



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

VANDA MICHELI BURGINSKI

**EDUCAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE GÊNERO: MULHERES DA
LEGISLATURA 2003-2007 EM MATO-GROSSO**

**CUIABÁ – MT
2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

VANDA MICHELI BURGINSKI

**EDUCAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE GÊNERO: MULHERES DA
LEGISLATURA 2003-2007 EM MATO-GROSSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação na Área de Concentração Educação, Cultura e Sociedade, Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta

**Cuiabá-MT
2007**

Ficha Catalográfica

Setor de Catalogação e Classificação UFT – Miracema - Biblioteca

Geraldo Costa - Bibliotecário/Documentalista CRB2/1038

<p>B956e Burginski, Vanda Micheli Educação política e consciência de gênero: mulheres da legislatura 2003-2007 em Mato Grosso / por Vanda Micheli Burginski. - Cuiabá: UFMT / Instituto de Educação, 2007. x, 124 f. : tabs. ; 31 cm. Orientador: Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta. Tese (mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007. 1. Educação - Mato Grosso – Mulheres - Atuação parlamentar. 2. Educação e política – Tese. I. Motta, Manoel Francisco de Vasconcelos. II. Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">328.8102 22. Ed.</p>
--

Todos os direitos reservados em Língua Portuguesa, no Brasil, de acordo com a Lei n.º 9.610/98. Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, incluindo fotocópia, gravação ou informação computadorizada, sem a permissão escrita do (a) autor (a). A violação dos direitos do (a) autor (a) é crime estabelecido pelo Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

A muitas mulheres famosas, e muitas mais desconhecidas e esquecidas, que vieram antes de mim, tornando a trilha suave, e orientando meus passos (Virginia Woolf, janeiro de 1931).

Dentre essas mulheres: Marta (minha mãe), Madalena e Vera (mestras).

AGRADECIMENTO

Às parlamentares que me concederam as entrevistas, agradeço a atenção e disponibilidade, sem as quais seria difícil realizar esse trabalho.

À minha mãe que me criou com muito carinho.

Aos meus irmãos que sempre me deram ânimo e entusiasmo para continuar caminhando em frente.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta, pela ousadia de orientar essa temática e chegar comigo a fase final desse trabalho, sobretudo, pela amizade e carinho dedicados, do qual nunca vou me esquecer.

Às colegas do Grupo de Pesquisa “Educação, Jovens e Democracia” pela convivência e estudos realizados.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Educação. Em especial ao Prof. Dr. Carlos Máximo, Profa. Dra. Ártemis Torres, Profa. Dra. Michèle Sato e ao Prof. Dr. Luiz Augusto Passos.

À Profa. Dra. Tânia Maria Lima Beraldo pelas contribuições acadêmicas no período de qualificação e conclusão do trabalho.

À Profa. Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo por aceitar o convite para compor a banca examinadora do trabalho e pelas valorosas contribuições.

À amiga Aline Wendpap, sem sua ajuda seria difícil chegar até aqui.

Ao meu grande amigo e irmão fraterno Marcos Caron.

À professora, mestra e amiga Madalena Rodrigues, a Madá. Sei que posso contar com você!

À Mariana e Luíza, funcionárias do PPGE que sempre atenderam minhas solicitações.

À todos amigos e amigas que de alguma maneira contribuíram com a realização desse trabalho. Muito Obrigado!

Toda segunda-feira mamãe lava,
Eu ajudo com a lavagem
Assim e assado
Eu a ajudo com a lavagem
Toda terça-feira mamãe passa a
ferro,
Eu a ajudo com o ferro,
Assim e assado
Eu a ajudo com o ferro...

(Cantiga íídiche ensinada desde cedo às meninas judias)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO POLÍTICA E FEMINISMO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	15
--	-----------

1. Educação Política e Redemocratização no Brasil: uma leitura das perspectivas contemporâneas....	15
1.1 Feminismo e Educação política no Brasil: (1970-1980).....	22
1.2 Gênero e Educação Política: uma abordagem a respeito das pedagogias feministas.....	30
1.2.1 O conceito de gênero.....	31
1.2.2 Uma abordagem sobre as pedagogias feministas (1980-1990).....	35

CAPÍTULO II

CULTURA POLÍTICA E PODER: PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	44
---	-----------

2. O Conceito de Participação e Cultura Política.....	44
2.1 Considerações sobre a luta pelo sufrágio feminino: liberação das mulheres à participação política.....	47
2.2 A ampliação do conceito de cidadania: uma contribuição do feminismo.....	53
2.3 Participação e Cultura Política da Mulher Brasileira: (1960-80).....	57
2.4 As Mulheres e as Rotas de Ingresso ao Poder.....	61
2.4.1 As Mulheres e os Partidos Políticos no Brasil.....	62
2.4.2 A permanência da Subrepresentação Feminina no Poder Legislativo Brasileiro.....	65
2.5 A implantação das cotas no Brasil e o debate em torno de sua natureza.....	66
2.6 O que os estudos sobre mulher e política têm abordado.....	71

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DAS MULHERES NO PODER EM MATO GROSSO: TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS, POLÍTICAS, CONSCIÊNCIA DE GÊNERO E ATUAÇÃO PARLAMENTAR	74
--	-----------

3. Breve Panorama acerca da Representação Política das Mulheres no estado de Mato Grosso.....	74
3.1 Perfil das parlamentares Mato-grossenses.....	77
3.1.1 Breve Biografia das entrevistadas.....	78
3.1.2 Serys Marly Silhessarenko – Senadora pelo PT (mandato 2003-2007).....	78
3.1.3 Aparecida Maria Borges Bezerra – Deputada Federal pelo PMDB (mandato 2003-2007).....	79
3.1.4 Celcita Rosa Pinheiro da Silva – Deputada Federal pelo DEM-PFL (mandato 2003-2007).....	81
3.1.5 Thelma de Oliveira - Deputada Federal pelo PSDB (mandato 2003-2007).....	83

3.1.6 Vera Araújo - Deputada Estadual pelo PT (mandato 2003-2007).....	84
3.2 Trajetórias de ingresso ao poder.....	86
3.2.1 De candidatas a legisladoras.....	92
3.2.2 Partido, formação e Consciência de gênero.....	96
3.2.3 Mulheres na Elite Política Mato-grossense: atuação parlamentar.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO.....	122

RESUMO

O presente trabalho “Educação Política e Consciência de Gênero: Mulheres da Legislatura 2003-2007 em Mato Grosso” trata-se de um estudo a respeito de trajetórias educacionais, políticas e sociais de mulheres que se ascenderam à elite política mato-grossense e elegeram-se para a legislatura em nível federal e estadual: deputadas federais, senadora e deputada estadual. Essa legislatura foi marcada como aquela que mais elegeu mulheres em nível federal de toda história política do estado: três deputadas federais, uma senadora e uma deputada estadual. Portanto, o estudo partiu da “presença” e não das “ausências” das mulheres no poder. O objetivo foi analisar em que medida as atividades políticas de nossas entrevistadas propiciaram ou propiciam a consciência de gênero, ou seja, em que medida, são capazes de perceber as desigualdades de gênero e propor ações para superá-las. A pesquisa foi realizada em duas etapas: na etapa inicial, fez-se uma revisão bibliográfica de autores e autoras que realizaram pesquisas sobre a temática e através da leitura de artigos, livros, dissertações, teses e outros documentos, visou construir os pressupostos orientadores das análises realizadas nesse estudo; a segunda etapa constou-se de trabalho empírico, através da técnica de entrevistas semi-estruturadas, conformando-se em uma base de coleta de dados, a partir de fonte primária a serem analisados a partir dos referenciais estudados. Os resultados do trabalho apontam que com relação à trajetória de ascensão política foi possível identificar algumas diferenças: as mulheres que se ascenderam pela via familiar, particularmente a marital, elegeram-se diretamente ao poder legislativo federal. Distintamente, as candidatas que se destacaram na política formal a partir dos movimentos sociais, a ascensão aos cargos de representação deu-se de forma gradativa, sendo primeiro, eleita vereadora, deputada estadual e depois, deputada federal ou senado. A exclusão das mulheres não é mais defendida abertamente pelos partidos e nem está presente nos discursos políticos de nossas entrevistadas, porém, é preciso destacar que há ausência em suas campanhas de plataformas de lutas específicas das mulheres ou bandeiras de lutas identificadas com o movimento feminista. Há em diferentes níveis, a absorção em termos de discurso de uma simpatia à eleição de mais mulheres pelos partidos, em algumas representantes de partidos isso se dá de forma mais retórica e outras de forma mais efetiva.

Palavras-chave: Educação Política, Consciência de Gênero, Feminismo e Representação Política.

ABSTRACT

This “Education Policy and Awareness of Gender: Women of the Legislature 2003-2007 in Mato Grosso” this is a study about the educational trajectories, political and social women who have ascended the political elite of Mato Grosso and elected him to the legislature at the federal level and state: federal deputies, state representative and senator. This term has been marked as one that more women elected at the federal level of the entire political history of the state, three federal deputies, a senator and a state representative. Therefore, the study was the “presence” and not the “missing” women in power. The objective was to examine to what extent the political activities of our respondents favored or provide gender awareness, that is, to what extent, are able to perceive gender inequalities and propose actions to overcome them. The survey was conducted in two stages: initial stage, there was a review of authors who have undertaken research on the topic and by reading articles, books, dissertations, theses and other documents aimed at building the assumptions guiding the analysis performed in this study, the second step is comprised of empirical work, using the technique of semi-structured interviews, conforming to a basic collection of data from primary source to be analyzed from the benchmarks studied. The results of the study indicate that with respect to the path of political rise was possible to identify some differences: women who rose through the family, particularly marital, elected directly to the federal legislative power. Distinctly, the candidates who stood out in formal politics from social movements, the rise to positions of representation took place gradually, being first elected city council, state senate and then Congresswoman and Senate. The exclusion of women is no longer supported openly by the parties and neither is present in the political discourse of our interviewees, however, is that there is no need to highlight in their campaign platforms for specific struggles of women or flags identified with the struggles of the feminist movement. There are different level, the absorption in terms of a discourse of sympathy to the election of more women among the parties, in some representatives of parties that takes a more rhetorical and other more effectively.

Keywords: Education Policy, Awareness of Gender, Feminism and Political Representation.

INTRODUÇÃO

A partir das duas últimas décadas, o acesso das mulheres à representação política e, particularmente nos espaços do legislativo e executivo, tem-se tornado objeto de inúmeros estudos acadêmicos, principalmente no campo da ciência política. Com relação a pesquisas realizadas em âmbito estadual, Lúcia Avelar (2001) alerta para a necessidade de se avançar no conhecimento da situação política das mulheres e do grau de abertura partidária às candidaturas femininas. Sem o recurso de informações qualitativas, tornam-se difíceis análises mais aprofundadas sobre a situação das mulheres em cada estado brasileiro.

Partindo dessa idéia o presente estudo realizou uma análise acerca da temática da mulher e política no estado de Mato Grosso, tendo como sujeito de pesquisa as mulheres parlamentares federais e estaduais da legislatura 2003-2007. Essa legislatura foi marcada como aquela que mais elegeu mulheres em nível federal de toda história política do estado: três deputadas federais, uma senadora e uma deputada estadual. Em nível federal dos sete eleitos por Mato Grosso para compor a Câmara Federal, três eram mulheres. Portanto, o presente estudo partiu da “presença” e não das “ausências” das mulheres no poder.

Quanto à representação política das mulheres é preciso ressaltar que se trata de uma representação recente, considerando que na história da humanidade a exclusão das mulheres se revela a partir de sua ausência nos espaços de poder. A recusa dos direitos civis e políticos da mulher foram ancorados pela concepção de Estado Moderno, onde o espaço público é valorizado em detrimento do privado.

A dicotomia entre as esferas pública e privada, reforçaram a idéia de naturalização de espaços destinados aos homens e às mulheres, legitimando domínio masculino no espaço público e, portanto, no campo da política formal. A atribuição da razão enquanto virtude tipicamente masculina e imprescindível para lidar com a “coisa pública” é colocada em oposição à “irracionalidade” e a “emoção”, tidas como virtudes exclusivamente femininas e, portanto, as mulheres são consideradas ineficientes para gerir os negócios públicos. Aos homens, o espaço público do palanque ao senado, às mulheres a “criação dos filhos”, à reprodução do espaço privado e as atividades para a manutenção do bom funcionamento do lar.

Foi a partir da década de 70 no Brasil, que a condição da mulher começa a alterar. A década de 70 não resultou só em impactos de ordem política, mas também social e econômica

que afetou consideravelmente a vida das mulheres brasileiras. As transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificado pelo impacto do movimento feminista desde os anos 70 e a presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho e à vida pública.

É nesse contexto que a cultura política das mulheres abrange outro patamar. A alteração da cultura política das mulheres em uma determinada sociedade pode ser compreendida a partir de um processo de transformações que ocorrem no âmbito da educação, do trabalho, dos costumes, dos valores e também, decisivamente quando passa a participar da sociedade enquanto sujeito de direitos. O movimento de mulheres da década de 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades, que realizam manifestações de denúncia de suas desigualdades, diferente da versão conservadora que deu bases ao golpe militar, o que implicará em mudanças na cultura política das mulheres brasileiras.

A influência do feminismo no Brasil vai se dar mais enfaticamente a partir da abertura política em 1979, com a volta das mulheres exiladas pelas perseguições da ditadura. A construção de uma consciência feminista só foi possível no exílio, devido ao contexto de forte atuação do movimento feminista francês, principalmente com a elaboração de estudos sobre a especificidade da condição da mulher na sociedade, como também despertou para a necessidade de se trabalhar a participação e consciência das mulheres no interior das organizações políticas.

É com esse espírito que na década de 80, as idéias feministas adentram o continente latino-americano e vão ter grande influência na organização dos movimentos de mulheres, bem como, a necessidade de se realizar intervenções político-pedagógicas junto às mulheres pobres. No Brasil, esses movimentos também atuam fortemente no processo de revisão da Constituição, iniciada em 1985, que culminou na Constituição Federal de 1988. A partir da década de 80 uma série de conquistas no plano formal e legislativo para as mulheres vai sendo consolidada, como também, a criação do Conselho da Condição Feminina e as Delegacias Especializadas de Defesa das Mulheres.

Enquanto os direitos das mulheres foram sendo garantidos formalmente na Constituição Federal, os movimentos de mulheres foram cada vez mais se institucionalizando a partir da década de 90. Há o surgimento de várias ONG's – organizações não-

governamentais, criadas por feministas. Nesse sentido, as práticas educativas, antes com características alternativas, realizadas junto às comunidades populares, passam cada vez mais a institucionalizar-se e em função da adoção de políticas para as mulheres, passou a assumir gradativamente, a concepção de capacitação de profissionais para atuarem no âmbito das políticas sociais.

A partir da década de 90 também ganha enfoque o tema da participação da mulher na política e sua inserção nos espaços de poder. A representação política das mulheres tem sido um fenômeno desafiador para as democracias ocidentais, apesar das conquistas femininas ocorridas no âmbito da educação e do trabalho, parece não atingir o âmbito da política formal, pois, na ordem política mundial, os cargos de poder são majoritariamente ocupados por homens, o que desmascara uma hierarquia entre os sexos, ou seja, o mundo da política, do Estado e da condução das nações tem sido empreendido pelos homens. Em função da manutenção dessa desigualdade, a temática da subrepresentação feminina tem sido objeto de vários estudos acadêmicos, principalmente da ciência política.

Esse trabalho situa-se na área da educação e tem como objeto as trajetórias educacionais e políticas das mulheres parlamentares, eleitas por Mato Grosso em nível federal e estadual, que exerceram mandatos na legislatura 2003-2007. Distintamente dos demais estudos, partiu-se da “presença” e não da “ausência”, procurou-se analisar trajetórias de mulheres, cujas rotas às levaram a ascensão política. Nesse sentido, a análise procurou centrar-se em aspectos onde as mediações conformaram-se no acesso à representação política.

Parte-se da concepção de que a educação, por ser um ato eminentemente político, tem muito a contribuir com estudos a respeito da questão da formação política de sujeitos sociais que desempenham importante papel na sociedade, como é o caso das legisladoras. Ao considerar o terreno da cultura como espaço de educação e construção das identidades, sobretudo, a de gênero significa pensar em um processo dinâmico de incorporação de valores, hábitos e concepções políticas que são transmitidos por gerações através das instituições sociais em determinado tempo histórico. Trata-se de ensinamentos que acompanham a pessoa por toda a vida, são apropriados como verdades e possuem um caráter político, pois, influencia as trajetórias de sujeitos e irão determinar escolhas.

É nessa perspectiva que se elaborou o presente estudo, pois, trata-se de mulheres que atuam na vida pública e, portanto, exercem algum tipo de atividade política. O objetivo foi analisar em que medida as atividades políticas de nossas entrevistadas propiciaram ou

propiciam uma consciência de gênero, ou seja, em que medida, são capazes de perceber as desigualdades de gênero e propor ações para superá-las.

Para atender ao objetivo proposto, a pesquisa foi realizada em duas etapas: na etapa inicial, fez-se uma revisão bibliográfica de autores que realizaram pesquisas sobre a temática e através da leitura de artigos, livros, dissertações, teses e outros documentos visou construir os pressupostos orientadores das análises realizadas nesse estudo; a segunda etapa constou-se de trabalho empírico, através da técnica de entrevistas semi-estruturadas, conformando-se em uma base de coleta de dados, a partir de fonte primária a serem analisados a partir dos referenciais estudados.

O roteiro de entrevistas (em anexo) seguiu um modelo básico, determinando questões gerais como a educação escolar, família, infância e juventude, sexualidade, trabalho e educação política, propiciando as entrevistadas narrarem suas histórias, e, também à pesquisadora de participar ativamente da pesquisa a partir do momento em que as perguntas são desencadeadas por uma progressão narrativa e não presas somente ao roteiro. Priorizou-se trabalhar os aspectos abordados no roteiro que dizem respeito à escolarização, vida profissional, atuação e ascensão política, relação partidária e atuação parlamentar.

As trajetórias individuais não são entendidas a partir de uma visão personalista, pois, entendemos que elas exprimem a estrutura das relações objetivas passadas e presentes. Essas trajetórias são importantes condensados da vida social, que permite de certa forma compreender de que maneira e sob quais condições essas mulheres vão ocupar espaços de poder considerados tradicionalmente masculinos. Ao analisar as trajetórias procurou-se compreender o trajeto que as levaram ascenderem à elite política. Trata-se de trajetórias que chegam a um ponto comum: “o ingresso dessas mulheres ao poder”.

Estudar as mulheres, representantes políticas de Mato Grosso objetivou contribuir com discussões e reflexões acerca da inserção das mulheres nos espaços de poder no estado, bem como, a abertura da estrutura política às mulheres, a estrutura dos preconceitos, bem como, identificar de que forma a presença das relações de natureza clientelística, a estrutura oligárquica da política partidária, bem como, a educação política influencia ou não nesse processo.

Este trabalho está organizado em três capítulos: no capítulo I discute-se o processo de educação política empreendida no Brasil a partir da redemocratização e a influência do feminismo nessas ações, com vistas a contribuir com a consciência política das mulheres. No

capítulo II, tendo como temas a cultura política, o poder, a participação e representação das mulheres, discute-se as principais transformações ocorridas com relação à cultura política e a cidadania das mulheres, sobretudo, a partir da década de 70, sob a influência do movimento feminista. Em seguida, o capítulo III analisou as trajetórias educacionais, profissionais e políticas das parlamentares, enfocando as questões referentes às dificuldades das mulheres no ingresso ao poder, a cultura política, a consciência de gênero e atuação parlamentar.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO POLÍTICA E FEMINISMO NO BRASIL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

1. Educação Política e Redemocratização no Brasil: uma leitura das perspectivas contemporâneas

“A Relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente ‘escolásticas’, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem as suas experiências e os seus valores historicamente necessários ‘amadurecendo’ e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo em relação aos outros indivíduos, bem como entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguarda e corpos de exército. Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo campo nacional e internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais”.

Antonio Gramsci.

O período de redemocratização no Brasil trouxe a tona na década de 80 a importância e a necessidade das ações político-educativas que durante um longo período de ditadura militar foram consideradas subversivas, colocada em uma posição de marginalidade e muitas vezes, na clandestinidade. É também no período de redemocratização que as obras de Paulo Freire em suas concepções ideológicas e em suas práticas político-pedagógicas ganham destaque no cenário nacional e latino-americano.

A reflexão amplamente difundida por Freire de que *“todo processo educativo é um ato político”* consagrou a indissociabilidade entre educação e política, pois, toda educação revela uma dimensão de luta pelo poder. O que vai marcar a perspectiva da educação popular nesse contexto particular é a crença na criatividade de setores populares e do resgate não só da democracia no país, mas o enfoque na valorização da cultura e do ressurgimento do povo enquanto força política.

Os movimentos sociais, as associações e os partidos políticos que há tempos existiam na clandestinidade e também outras organizações que surgem na década de 80 passam não só

a ser considerados espaços de conquistas de hegemonia entre grupos políticos, mas embora não sejam únicos, tornam-se também espaço privilegiado para as ações político-educativas. O que há é uma ênfase no papel dessas organizações no que diz respeito ao lócus de realização de ações político-educativas. Isso, porque para muitas organizações que passam a atuar em um contexto democrático torna-se importante a formação política de seus militantes e dirigentes, inclusive, muitas vezes, necessário para a própria manutenção dessas organizações. Pois, em tempos de democracia liberal a correlação de forças se complexifica e a preparação de quadros para atuação na vida pública, torna-se, muitas vezes “arma” indispensável para adentrar o terreno da disputa política em âmbito eleitoral e também ideológico.

Faz-se necessário entender, que a formação de quadros é uma prática bem antiga e tem sido ao longo da história realizado pelas diversas instituições sociais ocidentais. Um dos exemplos é a formação político-pedagógica dos quadros da igreja católica. Sem pretender esgotar a temática somente vou descrever brevemente a formação dos quadros da igreja com intuito de centrar-se no papel político-pedagógico que as instituições exercem sobre seus membros. Antes mesmo de tornar-se padre, o jovem ingressa hoje em um seminário, o que em tempos da idade média, período de hegemonia política e econômica da igreja católica era os famosos “mosteiros”. Nessas escolas irão receber a educação religiosa e política necessária para atuar como sacerdote, ou melhor, como dirigente da paróquia e que ao difundir as concepções pedagógicas da igreja, também entra no contexto de disputa hegemônica no campo das idéias.

Algo similar acontece com as mulheres que se dedicarão à prática religiosa, porém, com relação à educação e à carreira dentro da igreja católica há substanciais diferenças entre homens e mulheres. Sem querer adentrar minuciosamente nessa discussão, pois, não se pretende nesse momento, abordar diferenças educacionais entre homens e mulheres promovidas pela igreja, o que demandaria análises mais aprofundadas a respeito das relações de gênero. Tratarei de focar de forma breve apenas algumas diferenças, com intuito de retomar as reflexões de gênero mais à frente.

As mulheres designadas como “religiosas” distintamente dos homens religiosos, antes mesmo de se tornarem freiras recebem a formação necessária em conventos, antigamente esses espaços, eram ambientes de completa clausura. Trata-se de uma educação que tem como ênfase o comportamento feminino e o adestramento do corpo. O próprio uso do hábito, o esconder o corpo, o abdicar da beleza e da vaidade faz parte de uma educação voltada para as mulheres religiosas. A carreira religiosa e o destino de homens e mulheres já estão bem traçados pela instituição.

O homem se tornará padre e realizará o sermão no cadafalso da igreja, se dedicará a difundir as idéias, comportamentos e concepções religiosas a todos os fiéis. Seu espaço de atuação é o mundo público. Enquanto a mulher, ao tornar-se freira se dedicará às obras de caridade, à bondade e assistência aos pobres. A pureza é o seu principal atributo, se tornará mãe de todos, a “exemplo” e “imagem” da virgem Maria. O silêncio, a sujeição e a complacência são atributos fundamentais que lhe imprimem o dom para a vida religiosa, o privado é o espaço para exercício desses atributos.

O que é importante frisar é que há tempos, as mais diversas instituições trabalham com a educação de seus quadros, com vistas à manutenção de seu poder. Marx (1985) em a Miséria da Filosofia ao compreender o papel político-pedagógico que as instituições exercem sobre os sujeitos fornecerá as bases dessa compreensão ao elaborar a distinção entre “consciência em si” e “consciência para si”. Marx (1985) atribui a “consciência em si” a característica de apenas ter consciência da existência econômica, enquanto, que a segunda, a “consciência para si” para além da existência econômica, o proletariado possuiria a consciência da sua capacidade enquanto classe revolucionária. O entendimento de que esse “trânsito de em si e para si” não se dá de maneira ‘automática’ ou ‘espontânea’ será utilizado por Lênin para justificar a necessidade de um amplo processo de esclarecimento da classe através da ação pedagógica do partido, não obstante, a criação de escolas para formação de quadros dirigentes torna-se uma característica dos partidos de orientação marxista-leninista¹.

A peculiaridade das experiências de educação política pensada por Lênin está no fato de que essas ações pedagógicas foram desenvolvidas num processo revolucionário, de tomada do Estado e de suas instituições do por parte do proletariado russo. Nessa perspectiva a educação política de militantes e dirigentes era uma das principais preocupações das organizações de orientação marxista-leninista, pois dessa ação dependia o êxito do processo revolucionário.

O papel das instituições, responsáveis pela socialização dos sujeitos e, portanto, formadoras de consciência foi uma das principais preocupações apontadas por Gramsci. Ao abordar a questão da hegemonia, Gramsci (1989) realiza uma crítica às leituras puramente economicistas de Marx, colocando a necessidade de afirmar o princípio marxiano de “*que os homens adquirem consciência dos conflitos de classe no terreno das ideologias*”. Nesse sentido, Gramsci (1989) destaca a função das ideologias no âmbito das instituições como a escola, a igreja, a cultura enquanto elementos indispensáveis para uma educação política, que

¹ MOTTA, M.F.V. As Escolas de Partido. In: O Projeto Político-Pedagógico dos Stalinistas Brasileiros (Formação de Quadros e Educação Política no PCB: 1950/1958). Tese de Doutorado, USP, 1995.

fazem parte da tática para organizar a classe trabalhadora em direção à construção de uma visão de mundo superior à da burguesia.

No Brasil, a partir da década de 80 algumas interpretações da concepção da cultura em Gramsci dão ênfase ao reconhecimento do folclore e das associações populares para a construção de uma hegemonia política da classe subalterna. O conceito de hegemonia passa a ser utilizado para explicar a disputa e correlações de forças presentes no interior da sociedade civil, onde a cultura adquire centralidade na construção da identidade do povo. Gohn (2001, p.43) enfoca que a cultura se tornará “ferramenta fundamental” de transformação da sociedade rumo à construção de uma cultura política dos dominados que é distinta dos dominantes.

Essas interpretações de Gramsci vão culminar com o contexto de redemocratização na América Latina, com o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, com a crise do Socialismo Real e das organizações de orientação marxista que tinham, sobretudo, a centralidade de sua ação política na perspectiva de classe. Conseqüentemente, em fins da década de 80, a “queda do muro de Berlim” vai simbolizar a conquista da hegemonia econômica e política por parte das grandes potências capitalistas mundiais, representado particularmente pelos Estados Unidos.

Os “novos” movimentos sociais aparecem ainda na década de 60 e sua gênese tem uma estreita ligação com as crises dos regimes socialistas e do movimento operário. SANTOS (2003) ressalta que alguns fatores foram primordiais para o surgimento desses movimentos, dentre eles, o fato de que as décadas de 70 e 80 foram contraditórias por não estar estabilizado nos países centrais o novo modelo de produção que iria substituir o fordista e, ainda a presença da hegemonia do mercado e a luta contra essa hegemonia e por fim, a presença de “novos” sujeitos sociais, que não necessariamente, representavam uma identidade de luta ligada ao movimento operário.

Sherer-Warren (2000) aborda que o acréscimo do adjetivo “novo” aos movimentos sociais se dá em função do surgimento de “novos” sujeitos sociais. Esses movimentos surgem em função da atuação política de sujeitos sociais como mulheres, negros, homossexuais que trazem o enfoque em torno da identidade e do reconhecimento da diversidade. Sherer-Warren (2000) ainda destaca algumas substanciais diferenças entre os “novos movimentos sociais” e os movimentos sociais de base marxista-leninista:

A noção de centralidade de classe social em torno do partido e da tomada revolucionária do poder passa a dar lugar, nesse período, à análise da hegemonia e da possibilidade de criação de uma vontade coletiva nacional-popular. A ênfase que

recaía antes na explicação dos condicionamentos infra-estruturais da ação da classe dará lugar ao exame dos potenciais de articulação em torno da categoria “povo” e dos nexos à categoria “nação” (SCHERER-WARREN, 2000, p. 116).

Eis a natureza dos chamados “novos” movimentos sociais que se potencializaram na reconfiguração democrática: reivindicação por ampliação de poderes políticos a partir da democracia representativa, combinados com lutas por melhoria da qualidade de vida e acesso a serviços como saúde, educação, assistência, saneamento básico, o que para muitos setores de esquerda, implicou, no abandono do ideário de ruptura com a ordem social e econômica capitalista e no potencial da classe trabalhadora enquanto revolucionária. Nessas interpretações a classe perde centralidade e se dilui na palavra povo e nação.

A educação popular ganha força no cenário nacional e guarda em suas perspectivas político-pedagógicas diferenças substanciais com relação à educação política da vanguarda dos partidos comunistas. As práticas pedagógicas da educação popular são empreendidas por um conjunto de intelectuais da academia, dos movimentos sociais e da igreja católica que irão contestar a centralidade da organização da classe trabalhadora e da educação política promovida pelos partidos e por organizações da classe operária de orientação teórica e ideológica marxista-leninista como também de outros grupos. Surge então a figura do “novo” intelectual orgânico que é distinto do intelectual dos setores de vanguarda dos partidos comunistas.

O enfoque dado pelos setores adeptos à educação popular em sua prática político-pedagógica está na conscientização. O processo de conscientização se dá quando educadores e educandos, mediatizados pelo mundo e através de suas experiências dialogadas, desvelam a realidade de forma crítica e são capazes de recriarem o conhecimento. Ao refletirem sobre a realidade são capazes de se descobrirem “refazedores” desse processo. Nessa perspectiva, acredita-se que a descoberta de si e do outro no mundo e a busca por se refazer nesse mundo vivido do eu e do outro, os levariam a uma participação autêntica na busca de libertação, conduzindo ao engajamento necessário para que essa libertação aconteça. Na “pedagogia do oprimido”, considerada a obra mais importante de Freire, encontra-se as bases para a prática político-pedagógica da educação popular:

No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”; não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo (FREIRE, 2005, p.10).

Uma das questões fundamentais da prática pedagógica para uma educação libertadora pensada por Freire está relacionada à cultura. Sua metodologia aponta para a crítica da forma como os líderes revolucionários da esquerda, particularmente, dos partidos comunistas, historicamente conduziram o processo de educação política da classe trabalhadora. Nessa perspectiva acredita-se que a direção e a propaganda política empreendida pela vanguarda do partido são práticas pedagógicas manipulatórias e que não podem tornar-se instrumentos de reconstrução. Nesse sentido, a única alternativa possível para a libertação do povo seria o caminho de uma prática pedagógica humanizadora, onde a liderança revolucionária manteria uma relação dialógica permanente com os oprimidos.

Não obstante, muitos grupos de esquerda ligados ao marxismo-leninismo, após a ditadura militar mantiveram os princípios de organização política reafirmando o partido, enquanto principal instituição promotora da revolução e libertação do proletariado:

Para a luta econômica contra os patrões e o governo é absolutamente desnecessária uma organização centralizada para toda a Rússia (que, por isso mesmo, não pode ser formar no decorrer de tal luta), uma organização que reúna num único impulso comum todas as manifestações de oposição política, de protesto e de indignação, uma organização formada por revolucionários profissionais e dirigida por verdadeiros líderes políticos de todo o povo. [...] O caráter da estrutura de qualquer instituição é determinado, natural e inevitavelmente pelo conteúdo da atividade dessa instituição (LÊNIN, 2005, p.161-162).

Os escritos de Lênin sobre a organização do partido e a necessária racionalidade dessa organização para se chegar à revolução do proletariado fornecem as bases para se pensar essa organização. Os grupos e organizações de orientação marxista-leninistas defenderam esses mesmos princípios de organização: baseados na figura do líder político e no programa de partido que fornecerá a direção para a prática revolucionária. Nessa perspectiva, a formação de quadros para empreender a tarefa revolucionária, mantém-se como prática político-pedagógica fundamental do partido.

Cabe lembrar que Lênin forneceu essas bases de organização no contexto particular da Revolução Russa, onde o que se entendia por revolucionários profissionais, naquele contexto, não necessariamente possa ser idêntico aos dirigentes dessas organizações em um contexto de democracia burguesa. Sobretudo, compreender se esses líderes, ainda, guardam semelhanças, no que diz respeito à sua formação e atividade política em relação aos mesmos líderes revolucionários de que Lênin falava, pode ser uma questão interessante a ser estudada. Porém, esse não é cerne da discussão nesse trabalho, o que exigiria análises mais aprofundadas sobre o tema.

O que é fundamental destacar é que após a ditadura militar, os grupos que mantêm a perspectiva de organização política de orientação marxista-leninista, vão guardar substanciais diferenças e divergências em relação à perspectiva defendida pelos adeptos da educação popular. Dentre as principais críticas elaboradas pelos marxista-leninistas está no caráter espontaneísta e na falta de direção política empreendida pela prática pedagógica dessas organizações.

Longe de querer aproximar as concepções tanto defendidas pelos adeptos da educação popular, como pelos setores orientados pelo marxismo-leninismo, menos ainda conciliar o irreconciliável, sobretudo, porque essas perspectivas guardam profundas divergências metodológicas. Trata-se, sobretudo, de enfatizar que no período de redemocratização essas práticas político-pedagógicas começam a ganhar maior visibilidade e interesse por parte dos estudos acadêmicos, onde se reconhecem os movimentos sociais, os partidos, associações e as demais instituições também como educadoras. Há, sobretudo, uma ampliação do conceito de educação para além da escola, alargando a concepção de educação para uma perspectiva de totalidade.

No entanto, o enfoque dado às práticas político-pedagógicas realizadas para além dos muros escolares após a ditadura, não pode ser entendido como uma invenção própria do período de redemocratização, mas deve ser entendido como momento crucial para a realização de estudos que levaram a difusão dessas interpretações, devido em grande parte à volta de vários intelectuais identificados com a luta democrática à academia e como também a possibilidade de ingresso de outros intelectuais formados pelos setores de esquerda à academia.

É dentro desse debate, que ressurgem os grupos feministas. Diversas feministas ligadas tanto aos setores da educação popular, como também, aos grupos de orientação marxista-leninista no período da ditadura, elaboraram no contexto de redemocratização a sua prática político-pedagógica. Mulheres ligadas a vários setores anti-ditadura, muitas delas obtiveram contato com os movimentos feministas de outros países no exílio e que ao voltarem ao Brasil, trouxeram as influências recebidas do feminismo norte-americano e europeu. Esse período vai marcar substancialmente o aparecimento de metodologias pedagógicas feministas bem definidas.

A participação de mulheres consideradas da intelectualidade brasileira em guerrilhas urbanas e setores anti-ditadura irá marcar profundamente o feminismo brasileiro. Nesse período a estreita vinculação entre feminismo e socialismo representará um duplo desafio de ordem teórico-metodológica que é articulação entre sexo e classe. Portanto, as práticas

político-pedagógicas feministas aparecem enquanto perspectiva de emancipação das mulheres, introduzindo temas relacionados à violência contra a mulher, a opressão, a educação, ao preconceito e à discriminação das mulheres, mas também enfocam a desigualdade social e a pobreza de grande parte da população brasileira. Nesse sentido, torna-se necessário retomar algumas questões de ordem teórico-metodológica trazidas pelas pedagogias feministas, as quais, enfocaremos a seguir.

1.1 Feminismo e Educação política no Brasil: (1970-1980)

[...] “Não é necessário só educação. É preciso que as mulheres tenham liberdade de experimentar, que possam ser diferentes dos homens, sem medo, e que expressem essas diferenças livremente (pois não concordo com Falcão Afável que homens e mulheres sejam semelhantes); que toda atividade intelectual seja bastante estimulada de forma que sempre haja um núcleo de mulheres que pensem, inventem, imaginem, e criem tão livremente quantos os homens e, com tão pouco medo do ridículo ou de condescendência”.

Virginia Woolf

“Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas, eis o que procurarei descrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo”.

Simone de Beauvoir

Consideradas matriarcas do movimento feminista no Ocidente, Virgínia Woolf e Simone de Beauvoir, trazem visibilidade acerca da condição das mulheres na sociedade através de seus escritos que expressam as idéias em que se inspiraram a organização do movimento feminista. Virginia Woolf é sem dúvida considerada uma grande expressão da militância feminista no meio literário. Suas obras retratam o universo feminino do século XIX e XX, período de pressões para aprovação do voto universal e de lutas pela emancipação civil e política das mulheres.

Em 1.949, exatamente vinte anos após a publicação de “Um teto todo seu” (1929) de Virgínia Woolf, Simone de Beauvoir² publica o Segundo Sexo. Nas primeiras linhas de sua obra faz uma contundente afirmação “*não se nasce mulher, torna-se mulher*”. Nessa única

² BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

frase, Simone expressa a idéia básica do feminismo, a luta das mulheres em torno da desnaturalização da mulher enquanto sujeito inferior e, portanto, as mulheres não devem ser guiadas pelo destino biológico de seu sexo que determina seu lugar na sociedade. Influenciadas pelo contexto histórico do surgimento do feminismo essas duas mulheres são consideradas precursoras teóricas do feminismo, sugerindo o gênero como categoria de análise.

O feminismo surgiu enquanto movimento político de caráter coletivo a partir do século XIX, considerada a primeira versão do feminismo, nesse momento as discussões e ações políticas das mulheres centravam-se em torno da reivindicação pelo voto feminino, pelo direito à educação e alterações de normas e leis. A segunda Guerra Mundial (1939-1945) propiciou um clima favorável para o ressurgimento de um novo feminismo. Em virtude da guerra, os homens foram para os campos de batalha e as mulheres ingressaram nos postos de trabalho antes ocupados pelos homens, como forma de manter a família e o funcionamento econômico-político das nações. Porém, ao término da guerra, muitos homens voltaram para os antigos postos de trabalho, o que implicou na volta de muitas mulheres para casa, gerando conflitos. Não obstante, a ida das mulheres para o mercado de trabalho, mesmo no período de guerra, contribuiu para que muitas ingressassem em profissões que não necessariamente, eram tidas como femininas. O ambiente pós-guerra favorecerá o ressurgimento do feminismo ou do novo feminismo na década de 60.

Inserido no contexto do surgimento dos novos movimentos sociais, o feminismo traz de novo ao contexto de crise do pensamento socialista, atrizes sociais que se colocam como protagonistas da luta pela emancipação, organizando-se em torno de propostas e demandas por reconhecimento. Setores excluídos culturalmente da sociedade começam a organizar-se enquanto movimento, como é caso das mulheres, dos homossexuais, dos negros e também a rebelião juvenil conhecida como movimento de contracultura, que diferente dos movimentos tradicionais, orientados basicamente em torno da classe, são portadores de exigências por direitos historicamente negados e são ao mesmo tempo, produtores de novos direitos.

Esses movimentos trazem como novidade, segundo Moraes (2007) a existência, em várias partes do mundo ocidental, de uma juventude extremamente politizada e militante, unida na mesma recusa ao imperialismo norte-americano, ao “aparelhismo” e burocratismo dos partidos comunistas, aos graves equívocos políticos do socialismo soviético e aos valores burgueses e conservadores. Carregam o lema da ‘liberdade sexual’ e da questão da “identidade”. A adesão dos jovens às formas alternativas de vida, a oposição à guerra do

Vietnã³ e propondo mudanças nas artes, literatura, música, bem como, no comportamento individual e na atuação política.

O surgimento do novo feminismo na América Latina acontece nas décadas de 70 e 80. De forma simultânea também se presenciavam na América Latina o aparecimento de ditaduras militares na grande maioria dos países do continente. A vasta bibliografia⁴ a respeito do assunto no Brasil, aponta para o surgimento de um feminismo de esquerda, comprometido com as lutas democráticas. Ridenti (1990) ao pesquisar a participação das mulheres na política brasileira nos considerados “anos de chumbo”, período mais violento da ditadura, apresenta que a média de 18% de participação de mulheres nos grupos armados representava um grande avanço para a conjuntura política brasileira, pois, pelo menos até final da década de 60, as mulheres ocupavam posições submissas na política reafirmando seus lugares de mães, esposas e donas de casa, cuja participação e apoio que culminou no golpe de 1964. Segundo Ridenti (1990):

[...] a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher estrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino. Em segundo lugar, a opção dos grupos guerrilheiros implicava uma luta militar que, pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina, pois historicamente sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados. De modo que é até surpreendente a presença numérica relativamente significativa do chamado “sexo frágil” em organizações tipicamente militaristas, como a ALN (76; 15,4% do total), e a VPR (35; 24,1%). Em terceiro lugar, a participação feminina nos grupos armados era percentualmente mais elevada que nas esquerdas tradicionais, como revelam os dados sobre as mulheres processadas por integração ao PCB, antes e após 1964 (cerca de 5%) (RIDENTI, 1990, p. 114-115).

Seria equivocado afirmar a existência, nesse momento, de uma proposta feminista elaborada a partir da ação das mulheres nos grupos de esquerda armada, nem mesmo a existência de uma ação político-educativa feminista. Como analisa Moraes (2007) “a presença das mulheres na luta armada representou uma profunda transgressão ao que era designado como próprio do sexo feminino”. A participação das mulheres nesses grupos representava também a transgressão de gênero, pois as militantes “comportaram-se como homens”,

³ SONTAG, Susan. *O que está acontecendo na América (1966)*. In: A Vontade Radical. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Trata-se de uma coleção de ensaios da autora sobre a Estética, o cinema, teatro e a sua participação enquanto líder de oposição à Guerra do Vietnã nos anos 1.960 nos Estados Unidos.

⁴ Dentre as quais destacam-se: RIDENTI, Marcelo S. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social* v. 2, n. 02, p. 113-128, 2 sem, 1990. MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte Anos de Feminismo. Tese (Livre-Docência em Sociologia)* – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1996. FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres – Militância e Memória*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996. GOLDENBERG, Mirian. *Mulheres e Militantes*. *Revista Estudos feministas* v. 05, n. 02, p. 349-364, 1997.

“pegaram em armas e assumiram um comportamento sexual que punha em questão a virgindade a instituição como o casamento”. Outro aspecto trazido a partir da presença das mulheres nas organizações de esquerda se deve à própria relação de gênero estabelecida entre militantes no interior dessas organizações. Perante o machismo, predominante nas concepções dos partidos comunistas, a presença das mulheres representava também uma ruptura com relação à predominância da participação masculina nos grupos armados⁵.

A presença do machismo nos grupos de esquerda se revela inclusive nas publicações produzidas por esses grupos. O Pasquim, um jornal alternativo publicado nos anos de chumbo da ditadura militar, se destacava pela mordacidade com que seus redatores libertários combatiam o regime militar e o feminismo. Soihet⁶ (1990) fez um estudo sobre as matérias e entrevistas veiculadas nesse jornal na década de 1970 e identificou a presença de antigos estereótipos atribuídos às mulheres como seres dotadas de menor inteligência e, portanto inferior. As matérias e entrevistas retratam a concepção a respeito da ‘questão da mulher’ por parte de alguns integrantes de movimentos opositores a ditadura:

A prova de que uma mulher é inferior ao homem é que pra guerra é o homem que vai. Os grandes médicos, os políticos, jogador de futebol, tudo é homem. Quando a mulher está no escuro e ouve um barulhinho, ela pede pra ser abraçada. Se joga pro homem (O Pasquim, n.º. 28, p. 10, 1º de janeiro de 1970. Trecho de Entrevista com Erasmo Carlos.).

Deve-se destacar que “O Pasquim” era um jornal de oposição à ditadura, seus idealizadores eram considerados no mínimo progressistas para época. O que o estudo de Soihet (1999) revela é que os conteúdos veiculados nesse jornal nos dão idéia de como o machismo estava presente não só na sociedade brasileira, mas refletia-se até mesmo no interior das organizações e de movimentos contra a ditadura.

Ridenti (1990) alerta que embora, muitas mulheres tentaram romper em diversos aspectos com séculos de submissão, não é correto relacionar a ação política das mulheres no período da ditadura com a luta de ruptura com a ordem vigente, pois, o sexo feminino está cortado pelas contradições da sociedade de classes. Essa afirmação é reveladora quando verificamos no decorrer da história brasileira que muitas mulheres legitimaram o conservadorismo na política. As mulheres tiveram papel fundamental na legitimação do

⁵ MORAES, Maria Lygia Quartim. *O Feminismo Político do Século XX*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

⁶ SOIHET, Rachel. *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, V.7, n. 1-2, 1999.

Golpe Militar de 1964, organizadas em torno do movimento “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” e que “liderados de fachada” por mulheres arrastaram milhares de pessoas às ruas antes e depois do golpe, contando com apoio de religiosos, do empresariado e de setores operários ligados à Igreja.

Outra questão a ser levantada é que nem toda oposição feminina à ditadura se deu de forma extremada como à das mulheres que aderiram aos movimentos armados. A repressão contra os oponentes da ditadura, nos anos de chumbo, fez surgir também um movimento feminista comprometido com as “liberdades democráticas”, atuando enquanto ativistas na divulgação do Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU em 1975, em torno da mobilização para proteção de perseguidos políticos e torturados, organizadas em torno dos movimentos de direitos humanos. Muitas mulheres inclusive não eram militantes ou opositoras à ditadura, mas tornaram-se ativistas em função de prisões, mortes ou desaparecimento de filhos, maridos e parentes. Segundo Ana Paula Portella & Taciana Gouveia:

Isto permitiu a construção de redes de apoio e solidariedade que, mais tarde, geraram, à margem dos partidos políticos, as grandes mobilizações em favor da democracia. Entre as feministas, os grupos de auto-reflexão e ajuda reuniam mulheres para refletirem sobre suas próprias vidas para que, juntas, encontrassem formas de modificá-las. Nestes grupos, gestou-se a idéia de educação como prática transformadora também das relações de gênero e constituiu-se a base de uma metodologia para se trabalhar com mulheres.

Foi no período mais duro do regime militar, principalmente com a criação do AI-5, em que a polícia política do Estado liquidava seus oponentes, que o feminismo como estratégia, partiu para a militância junto às CEBs - Comunidades Eclesiais de Base. Nessas comunidades desempenhou um papel muito importante com relação à educação política das mulheres da periferia. O movimento feminista se articulou à própria dinâmica dos movimentos sociais brasileiros, que possuem um caráter organizacional voltado a questões de ordem estrutural, relacionado à sobrevivência (água, luz, saneamento, creche, escolas, custo de vida), devido à má qualidade de vida, empobrecimento da população e desigualdades geradas pelo modelo sócio-econômico de dominação e exploração dos países latino-americanos. Estas questões voltadas para a reprodução da vida social em torno da satisfação das necessidades básicas foi o que moveu politicamente mulheres da periferia⁷.

⁷ Destacam-se o Movimento Contra a Carestia e Movimento de Luta por Creches.

Nesse sentido, o feminismo brasileiro adquire uma particularidade muito interessante, diferente de outros países, que é a preocupação com as mulheres pobres e, portanto, destinatárias das ações de cunho sócio-educativo. Como resultado dessa influência, a militância feminista nesse período, se via num duplo desafio: o de desvelar as relações de poder e opressão entre homens e mulheres que são estabelecidas no plano subjetivo e, ao mesmo tempo, articular com a questão de classe.

Decisivamente, foram na experiência do exílio que muitas mulheres, dentre as quais, as que participaram de grupos armados, aproximaram-se do feminismo, principalmente, o feminismo francês, pelo fato de que a França foi considerada o “epicentro do asilo político”. As palavras de Moraes (2007) retratam esse cenário:

Para mim e para muitos outros que viveram em Paris nos anos 70 e 80, o sentido da palavra “republicano” ganhou um significado muito forte de educação, saúde e cultura para todos. Passamos a enxergar com outros olhos a experiência de uma bem-sucedida medicina socializada e de escolas públicas com qualidade. Com o crescimento eleitoral, a esquerda francesa estava no auge e a França tornou-se o grande centro irradiador do feminismo europeu. [...] O país vivia uma ebulição social e a liberalização do aborto era uma reivindicação nacional, encabeçada pelas feministas com o apoio dos partidos comunistas e socialistas. A esquerda mantinha uma atitude de solidariedade para com os exilados políticos: estudantes e exiladas foram acolhidas pelos movimentos de libertação da mulher e puderam participar do debate no interior das esquerdas (MORAES, 2007, p. 133-134).

O depoimento de Moraes (2007) é contundente com relação ao caráter internacionalista do feminismo no que diz respeito à necessidade de participação da mulher na vida política, mas significava muito mais que a participação, significava trazer à cena política questões e demandas específicas das mulheres, mas também uma forte vinculação do feminismo com os setores políticos mais avançados da época, como o Partido Comunista Francês. Vários depoimentos contidos em *Memórias das Mulheres no Exílio* (Costa et al, 1980) mostram que foi somente na experiência do exílio que muitas mulheres, principalmente as latino-americanas, aproximaram-se do feminismo e começaram a adquirir uma consciência feminista, voltada para a análise da condição específica da mulher, puderam inclusive identificar a existência do machismo no interior das organizações da qual participavam e elaborar suas análises. O depoimento de Zuleita Alambert, ex-dirigente do PCB explicita essa idéia:

Foi o surgimento em diferentes países da Europa, de organizações, grupos, comissões de mulheres brasileiras, já então muito mais influenciados pelas correntes feministas européias. Estas organizações que começam a surgir em 1974 tomam um grande impulso em 75, com o Ano Internacional da Mulher. Mas aí já não são só mulheres exiladas com a sua problemática política, são também mulheres estudantes

ou profissionais, radicadas nos países por razões as mais diversas, e que tinham uma grande preocupação em relação ao estudo da especificidade feminina. E então me dou conta de que não se trata apenas de elevar o nível político das mulheres, mas que elas só poderão vir a emergir para uma atividade se forem sensibilizadas a partir da sua própria condição. [...] E aí começo a sentir a minha própria condição. Começo uma reavaliação de toda a minha trajetória. Porque comecei por um conhecimento político, um engajamento político, não sabendo interpretar muito bem as dificuldades que encontrava nesta trajetória, as razões destas dificuldades. Com minha chegada à Europa, começo a perceber, pelos debates que então se travam, que há alguma coisa que me tinha sido vedada até então. Eu só vim a me dar conta disso realmente na Europa! (COSTA et al, 1980, p. 45-46).

O depoimento de Zuleika Alambert (Costa *et al*, 1980) revela que a consciência feminista só foi possível no exílio devido ao contexto de forte atuação do movimento feminista francês, principalmente com a elaboração de estudos sobre a especificidade da condição da mulher na sociedade, como também despertou para a necessidade de se trabalhar a participação e consciência das mulheres no interior das organizações políticas. Através dos grupos de reflexões, onde participavam principalmente as mulheres exiladas dos países Latino-Americanos, foi possível não só construir um ambiente de solidariedade, mas de identificar as semelhanças que havia entre as mulheres: as opressões, as discriminações, a questão da sexualidade, do amor, da família, o casamento e, sobretudo, influenciadas pelo pensamento de Simone de Beauvoir e Virginia Woolf foi possível analisar a educação das mulheres. Alguns trechos do depoimento de Maricota Silva (Costa *et al*, 1980) revelam a tomada de consciência sobre a condição da mulher na sociedade, a partir de uma perspectiva feminista e da necessidade de se trabalhar uma educação não diferenciada para meninos e meninas:

[...] gostaria imensamente de que uma experiência fantástica como foi o grupo de mulheres da América Latina se pudesse repetir... gostaria que outros grupos de reflexão como aquele fossem feitos, gostaria de participar desses grupos, gostaria de participar ativamente...ah... gostaria principalmente de influenciar crianças, acho que mulheres mais jovens não. Crianças certamente, levá-las a criar muito... tivessem muita possibilidade de reflexão. [...] Qual é o presente que você dá de preferência para uma menina? É uma boneca... estou farta de ver gente que já refletiu milhões de vezes sobre o assunto, na hora de mandar a filha deitar diz: “filhinha... vai fazer a sua filha dormir”. Quer dizer, vai fazer a sua boneca dormir, vai dormir. Já viu alguém dizer isso a um menino? (COSTA et al, 1980, p. 45-46).

A participação das mulheres anistiadas em movimentos que traziam especificamente à problemática da mulher, contribuiu com a formação de uma consciência feminista, portanto, pode-se afirmar que esses espaços constituíram-se em lócus de transformação, construindo subjetividades femininas no âmbito da luta política o que conseqüentemente, pode provocar mudanças de ordem política, cultural e nas estruturas de poder. A anistia em 1979 propiciou a

volta de muitas mulheres que estavam no exílio e com elas também vieram experiências de trabalhos com mulheres adquiridas no exterior, principalmente, o que vai marcar o trabalho dessas mulheres é a influência do feminismo. Foi na década de 80, período de redemocratização que insurge vários grupos feministas no Brasil e também é nesse período que as estudiosas feministas remanescentes desses movimentos sociais começaram a organizar núcleos de estudos sobre a mulher e passaram a incorporar em suas análises o termo gênero.

A transposição “do feminismo ao gênero” se deu após a abertura política no Brasil e os estudos acadêmicos, cada vez mais foram incorporando o gênero enquanto categoria de análise. Porém, o conflito teórico em torno do “gênero enquanto categoria de análise” ainda persiste. Esses dilemas teóricos são frutos da herança histórica que situou o feminismo entre as tensões de uma identidade sexual compartilhada “nós mulheres”, definida pela anatomia e recortada pela diversidade dos mundos sociais e culturais, nos quais a mulher se torna mulher, vai se formular, posteriormente, como identidade de gênero inscrita na cultura (SARTI, 2004:35).

Sarti (2001) afirma que o movimento feminista brasileiro terá algumas características fundamentais: a primeira delas é que esses grupos, em sua maioria, serão marcados pelo compromisso de oposição à ditadura e de restabelecimento das liberdades democráticas, portanto, são grupos identificados de forma geral, com os ideais democráticos; outra característica é a forte vinculação de grupos feministas com os grupos de mulheres da periferia que lutavam por suas demandas estruturais como saneamento básico, alimentação, saúde, creches etc; e por último, uma terceira característica o de no plano teórico e político articular as questões de gênero com a questão de classe.

No período de redemocratização do país, como já abordado anteriormente, insurgem vários grupos feministas, inclusive, muitos deles atrelados às organizações não governamentais - ONGs, no âmbito acadêmico são criados os núcleos de estudos sobre a mulher, que posteriormente, irá incorporar a nomenclatura de estudos voltados à questão de gênero e esse contexto irá influenciar substancialmente o surgimento do que chamo de pedagogias feministas. As pedagogias feministas constituem-se a partir da prática político-pedagógica elaborada e desempenhada por diversos grupos feministas, mas, ao mesmo tempo tornam-se uma pedagogia feminista no singular, pelo fato de possuírem aspectos e princípios que são comuns nas metodologias de ação educativa.

1.2 Gênero e Educação Política: uma abordagem a respeito das pedagogias feministas

Não se nasce mulher, torna-se mulher.

Simone de Beauvoir.

A famosa frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher” constitui-se em ponto de partida para se pensar o surgimento do que chamo de pedagogia feminista. Essa frase de Beauvoir sintetizou a idéia de que não existe um destino biológico para o sexo feminino, pois o ser “mulher” é construído socialmente, a partir da educação, da cultura e dos costumes que irá determinar comportamentos, papéis e profissões. O que é importante observar é a idéia de movimento trazida na reflexão de Simone de Beauvoir ao colocar que a identidade feminina é construída socialmente a partir da cultura em momentos históricos determinados, portanto, não é imutável e sim passível de mudança, ou seja, é possível mudar objetivamente as condições em que as mulheres encontram-se na sociedade.

Como diz Donna Haraway “*todos os significados feministas modernos de gênero partem de Simone de Beauvoir e de sua afirmação de que ‘não se nasce mulher’*”. Porém, antes de realizar uma abordagem sobre os conteúdos e objetivos da pedagogia feminista é preciso situar que a reflexão acerca dessas metodologias educativas que está intrinsecamente ligada a ação política feminista que se desenrolaram-se na década de 80, período de redemocratização no Brasil e foram influenciadas pelo surgimento e desenvolvimento dos estudos sobre gênero.

Nas práticas político-pedagógicas as teorias de gênero passam a ser referências fundamentais e constituem-se o próprio conteúdo das atividades educativas, cujas ações são voltadas principalmente às mulheres pobres. Essas atividades político-educativas carregaram a herança do próprio movimento feminista brasileiro e Latino Americano que se articularam aos movimentos de mulheres da periferia e imprimiram uma característica fundamental a essas práticas político-pedagógicas que é o fato de que, elas não são elaboradas no âmbito acadêmico, mas, a partir da experiência da atuação junto aos grupos de reflexões, portanto se constituem no processo ‘fazendo e aprendendo’. Nesse sentido, é de fundamental importância abordar o significado de gênero e algumas das diversas interpretações produzidas no plano teórico.

1.2.1 O conceito de gênero

Como herança do movimento feminista, os estudos de gênero consistem em criticar o *determinismo biológico*⁸ que difunde a idéia de uma suposta “superioridade” dos homens em detrimento da “inferioridade” das mulheres. A ideologia de uma suposta inferioridade feminina alimenta a concepção de que mulheres e homens são destinados biologicamente a cumprir determinadas funções estabelecidas na sociedade, determinando espaços identificados como masculinos e femininos. Citeli (2001) define bem o determinismo biológico:

O conjunto de teorias segundo as quais a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades – ou comportamentos e variações das habilidades, capacidades, padrões cognitivos e sexualidade humanos – derivam de limites ou privilégios inscritos na Constituição biológica. Muitos dos cientistas sociais e dos biólogos que discutem as limitações das diversas vertentes do determinismo biológico não estão apenas preocupados com os deslizes propriamente científicos do determinismo, mas com as conseqüências sociais e políticas que advém dessas afirmações (CITELI,200, p. 134).

Nesse sentido, a potencialidade explicativa e analítica do gênero está no fato de que ele suscita dois pontos fundamentais: o primeiro diz respeito à desnaturalização do ser mulher e ser homem, onde o aspecto biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, que são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. Outro ponto refere-se ao caráter essencialmente político promovido pela teoria do determinismo biológico que diz respeito à noção de “*poder*”.

Os estudos de gênero revelam que o que acontece é que devido à suposta “inferioridade” da mulher, difundida pelo determinismo biológico criam-se obstáculos de ordem cultural, econômico e social de seu acesso ao poder. O resultado disso é que historicamente esse poder tem sido desigualmente distribuído entre os sexos. A mulher encontra-se em situação de subalternidade e, portanto, nesse sentido, o gênero se aproxima da noção de patriarcado, pois, há uma dominação dos homens sobre as mulheres. Pinheiro (2007) coloca que os conceitos “gênero” e “patriarcado” não podem ser considerados sinônimos. Gênero diz respeito à relação entre os sexos sem determinar um pólo dominante, enquanto que “no patriarcado o pólo dominante é, por definição, o homem”.

São muitas as vias teóricas em que se definem o gênero. A influência dos estudos da historiadora Joan Scott (1995) realizado na década de 80, ao colocar o gênero como categoria

⁸ CITELI, Maria Teresa. *Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento*. In: Revista Estudos Feministas, V. 09, 2001.

de análise foi de fundamental importância para o feminismo. Para Scott (1995) gênero é um “elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças anatômicas percebidas entre os sexos” e, portanto, “é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Esta definição de gênero, enquanto categoria de análise visa explicitar os efeitos das desigualdades entre homens e mulheres no âmbito das relações sociais e institucionais.

No âmbito acadêmico e político, essa definição não foi imune a divergências, inclusive por parte das teóricas feministas socialistas. A principal crítica se dá no sentido, de colocar o gênero como status de categoria de análise. Nesse sentido, Saffioti (2004) faz uma ponderação muito importante ao afirmar que o gênero não se resume a uma “categoria de análise”, mas possui uma grande utilidade enquanto tal. Essa afirmação traz à tona a potencialidade de análise do gênero que, independentemente da perspectiva que se assuma: expressa fundamentalmente a construção do ser homem e ser mulher, enquanto sujeitos históricos, contrapondo-se à naturalização do feminino e do masculino.

O legado trazido pelo feminismo consiste em desnaturalizar hierarquias de poder baseadas em diferenças de sexo. Portanto, gênero a partir de uma perspectiva feminista é um conceito eminentemente político, que tem por princípio a recusa do determinismo biológico, que historicamente foi utilizado a partir de argumentos biologizantes para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente. Outro aspecto trazido pelos estudos de gênero é seu caráter relacional, onde homens e mulheres convivem de forma recíproca e, portanto, ao compreender a condição de um dos sexos deve-se levar em consideração o outro. Informações sobre a condição feminina necessariamente revela, também, a condição masculina.

O gênero tal qual como proposto pelo movimento feminista não tem sido imune a várias críticas. Judith Butler (1987) adepta da corrente pós-moderna propõe a desconstrução do conceito de gênero, não com a intenção de destruí-lo, mas de revisitar alguns problemas teóricos que a categoria suscita. Um deles se dá a partir da impossibilidade de agrupar todas as mulheres a partir de uma identidade unívoca, sendo impossível a categoria gênero representar o sujeito universal “mulher”, a qual o feminismo se propõe. Nesse sentido, escreve Butler:

[...] em nível mais profundo, porém, uma mulher não pode ‘ser’; é algo que nem mesmo pertence à ordem do ‘ser’. Mulheres é pois um falso substantivo e significante unívoco que disfarça e prejudica uma experiência de gênero internamente variada e contraditória. E se as mulheres são, como um modo de tornar-se que é interrompido prematuramente, por assim dizer, pela imposição redutora de uma nomenclatura substancializante, então a liberação da experiência internamente complexa da mulher, uma experiência que faria do próprio nome

“experiência de mulheres”, uma significação vazia, poderia tornar-se liberada e ou precipitada (BUTLER, 1987, p. 153).

A crítica de Butler (1987) se dirige à noção de identidade feminina trazida pela categoria de gênero. Segundo a autora o gênero persiste em “nos tornarmos sempre em certo sentido o que sempre fomos”, dessa forma, restringe a ambigüidade sexual, seja ela explicada pela “bissexualidade” ou pelo “caráter polifórmico” da sexualidade, a identidade de gênero esconde, portanto, “essa ambigüidade reprimida”. Nesse sentido, a crítica se dá em torno do dualismo sexo X gênero, natureza X cultura. Para Butler, esses dualismos recaem em um determinismo, onde o sexo é natural e o gênero é cultural. As colocações da autora vão ao sentido de questionar se o sexo é natural, talvez também seja cultural, pois, não há essência feminina, portanto, as mulheres podem estar enganadas sobre o fato de serem mulheres. Suas reflexões vão ainda ao sentido de questionar: “o que acontece quando mulheres individuais não se reconhecem nas teorias que lhes explicam suas essências insuperáveis”?

Embora reconheça as críticas a essa perspectiva, este trabalho situa-se na proposta defendida pelo movimento feminista, acerca do conceito de gênero em sua definição original. Este estudo concorda com a perspectiva feminista e seu legado, na afirmação do caráter coletivo que se pode construir a partir do sujeito político, nesse sentido, reconhecendo a identidade primária das mulheres, parte-se “da idéia de que o que une as mulheres, ultrapassa as diferenças que as separam”⁹. Nessa perspectiva, concordamos com Ávila (2002) ao afirmar que:

O feminismo contemporâneo em sua trajetória realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero, ao instituir as mulheres como um sujeito político do processo de transformação social. Considero que essa é, com certeza, sua grande contribuição histórica para o movimento das mulheres no geral, uma vez que a construção desse sujeito produziu uma ruptura com a heteronomia do que se denomina condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítima ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por essa condição (ÁVILA, 2002, p. 128).

A citação acima nos traz a idéia fundamental de pensar as mulheres enquanto sujeitos políticos no sentido de reconhecer a situação de subordinação a que se encontram na sociedade. Porém, é preciso enfatizar que o feminismo, enquanto movimento político ultrapassa a questão do reconhecimento baseado na idéia fixa de uma identidade feminina, defendendo que a transformação da condição de subordinação da mulher na sociedade é

⁹ PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Brasil: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2007.

operada no plano político. Fraser (2002) propõe que os conceitos de “gênero” e “justiça” devem implicar uma abordagem feminista alternativa que vise o reconhecimento e não a identidade. Na visão da autora, “o reconhecimento é uma questão de *status quo*” e nos chama atenção que a identidade feminina não precisa de reconhecimento, mas sim, a garantia da condição das mulheres enquanto parceiras plenas na interação social:

Significa uma política que busca vencer a subordinação por meio do estabelecimento das mulheres como membros plenos da sociedade, capazes de participar lado a lado com os homens sendo seus pares. Explico. A abordagem via *status* requer um exame dos padrões institucionalizados de valor cultural para verificar seus efeitos na posição (*standing*) relativa das mulheres. Se tais padrões constituírem as mulheres como pares, capazes de participar na vida social em iguais condições com os homens, então, poderemos falar em *reconhecimento recíproco e igualdade de status* (FRASER, 2002, p. 73).

As reflexões acima elaboradas por Fraser (2002) despertam para a necessidade de se estabelecer igualdade de condições entre os sexos e isto se dá a partir da luta política. Trata-se de uma condição de injustiça, porque durante muito tempo, a mulher foi impedida de se inserir na vida pública. Esses impedimentos foram tanto de ordem legal, como o não reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs nas legislações dos Estados Modernos, como também de ordem simbólica. Portanto, ao afirmar o reconhecimento a partir do *status quo* e não a partir da identidade, a autora deixa claro, a dimensão objetiva das relações de gênero, ou seja, como as discriminações projetadas no campo simbólico, traduzem-se em desigualdades concretas.

As reflexões de Araújo (2000) são importantes para pensar a potencialidade do conceito de gênero levando em consideração o seu caráter relacional. Para a autora o problema deixa de ser apenas das mulheres e passa-se a pensar em alterações nos lugares, práticas e valores dos atores em geral. Não obstante, esse conceito tem contribuído para incorporar na agenda feminista a luta no plano da cultura e da ideologia, fornecendo um espaço para a subjetividade na construção e reprodução dos lugares e significados socialmente identificados com o masculino e com o feminino.

Esse estudo se insere na tradição feminista, em que o “gênero” está atrelado à noção de “poder”. As análises a partir dessa perspectiva podem ser realizadas em todos os âmbitos da vida social: nas relações de família, nas instituições e também na política. A política é apenas um lócus que se pode analisar a partir de uma perspectiva de gênero. Tendo em vista o objetivo desse estudo que é o de abordar a idéia de como as mulheres podem adquirir consciência de sua condição, a partir do entendimento das relações de gênero em uma

perspectiva em que o poder encontra-se inserido nessas relações, tenho chamado o aprendizado que a mulher adquire sobre sua própria condição de ‘consciência de gênero’. Porém, não se trata de apenas adquirir a consciência do “ser mulher” e compreender como as injustiças são gestadas na sociedade, mas do seu papel político na transformação dessa condição, portanto, a idéia de consciência de gênero ultrapassa o sujeito “mulher no singular” para constituição do “sujeito mulher no coletivo”.

Outro parâmetro pelo qual se guia esse trabalho é a concepção de que a política não está dissociada da prática educativa. É na atuação política que as mulheres podem adquirir consciência de sua própria condição e se constituírem sujeitos no coletivo, para que se possam alterar práticas, valores, injustiças e desigualdades.

1.2.2 Uma abordagem sobre as pedagogias feministas (1980-1990)

O reconhecimento de que a mulher historicamente tem se situado em uma relação de poder desfavorável e que isso se constituiu em uma injustiça social é o que impulsionou as feministas a pensarem em novas formas de ação que poderiam levar à mudança social. O movimento feminista brasileiro no contexto da redemocratização elaborou práticas político-pedagógicas e ações políticas que buscassem elevar o nível cultural e político das mulheres. No momento, em que o país encontrava-se no seu auge de mobilização política e também de reordenamento dos grupos políticos em função do restabelecimento do regime democrático, é que o feminismo tem uma forte atuação no Estado, com a criação do Conselho da condição Feminina em São Paulo em 1982, a partir da primeira eleição livre e também a criação das delegacias das mulheres e os programas de saúde da mulher.

A compreensão da relação entre público e privado passa a ser incorporado nas análises feministas e essas análises, possibilitou uma redefinição do político quanto à sua natureza e âmbito, conseqüentemente essa compreensão influenciará as concepções pedagógicas feministas. A idéia de que a esfera privada é a da não política, passa a ser revisto em uma perspectiva de crítica da teoria da separação entre as esferas, a pública e a privada. Tradicionalmente, a esfera privada tem sido identificada e diretamente associada à dimensão da vida conjugal, familiar, do convívio estabelecido entre “quatro paredes”. Enquanto que a esfera pública, tradicionalmente tem sido diretamente associada à vida pública, à política e ao exercício do poder.

Os homens, historicamente estavam destinados ao espaço público, “do palanque ao senado” e às mulheres eram destinadas à “criação dos filhos”, à reprodução do espaço privado e ao bom funcionamento do lar. A associação do espaço público como espaço político promoveu a exclusão das mulheres e a permanência dos homens no exercício do poder político. A esfera pública é identificada como o local da liberdade, do exercício do poder, enquanto que a esfera privada não é vista como politicamente relevante. Um aspecto fundamental que alicerçou a construção das Democracias Ocidentais é a idéia de família como base de sustentação da sociedade. Portanto, a idéia de sujeição da mulher enquanto mantenedoras do lar liberavam os homens a participar da esfera pública e, portanto da política.

A politização da esfera privada, não somente possibilitou a ampliação do conceito de político, conforme destaca Brito (2001), mas também possibilitou que se considerassem políticos temas tidos como privados, destacando a necessidade de se olhar mais atentamente para a política do cotidiano, onde se vivencia as injustiças. Portanto, questões como o trabalho doméstico, a educação dos filhos, a violência doméstica, o corpo e a sexualidade que durante muito tempo ficaram intocados, devido a essa despolitização começam a tornar-se alvo de ações por parte do Estado. Ao dar visibilidade a essas questões, trazendo-as para a esfera política, também os trazem para a esfera da negociação, politizando o privado e conseqüentemente, dando um novo significado à participação política.

Essa redefinição do político, sintetizado no slogan feminista amplamente divulgado na década de 60 de que o “pessoal é político” e da discussão política que o cenário possibilitava, influenciou a educação política de mulheres e também a necessidade de elaboração de uma prática político-educativa que se propunha buscar a superação da condição de injustiça das mulheres. A militância feminista passa a reconfigurar a partir de então o próprio significado da cidadania, porque rompe de certa forma com a concepção clássica de cidadania defendida pelo liberalismo clássico do século XVIII em que os destinatários de direitos eram os “homens, brancos e possuidores de propriedade”. Nesse sentido, a cidadania começa a ser exercida pelas mulheres à medida que ela passa a ser sujeito de direitos, ou melhor, de direito a ter direitos. Ávila (2002) reforça essa idéia afirmando que:

Esses processos educativos ganham maior impacto quando vão imbricando na vida cotidiana das pessoas. É no cotidiano da casa, do bairro, do sítio, da escola, da empresa, das cidades, que estão materializados os efeitos do modelo socioeconômico produtor de injustiça social. Esses também são os espaços onde a violência sexual dos homens contra as mulheres se exerce, onde a discriminação impede a realização da vida afetiva e profissional, onde as jornadas de trabalho não

têm fim, sendo duplas, triplas, infundáveis, mal remuneradas ou não remuneradas. É onde a desigualdade se reproduz como parte da existência. Mas, a partir daí, pode também se forjar os sentimentos de injustiça e os desejos de mudança (ÁVILA, 2002, p. 140).

A politização do cotidiano das mulheres a partir da esfera privada trouxe a necessidade de trabalhar a questão da subjetividade ligada ao empoderamento das mulheres, por isso, as pedagogias feministas abordam “conteúdos relacionados à individuação dos sujeitos, notadamente aos processos de formação da identidade, onde as questões de gênero ocupam um lugar primário” (PORTELLA & GOUVEIA, s/d). Trata-se de estabelecer claramente uma interrelação entre “identidade pessoal, social e coletiva”. Nesse sentido, a metodologia de abordagem da pedagogia feminista está voltada para politizar através de experiências subjetivas, as injustiças vivenciadas na esfera privada e ao mesmo tempo, refletir sobre as relações de poder mantidas nessa esfera. Nessa perspectiva, as ações político-educativas têm como parâmetro a articulação entre as relações de gênero e poder, procurando despertar para o que chamo de uma consciência de gênero. Pinto (1992) ressalta que:

A mulher deixando de atuar nos limites do privado provoca novas situações no interior da família e nas relações informais de vizinhança e amizade; a mulher passa a articular, no interior dos movimentos, lutas diferenciadas em relação a seus companheiros homens; e mulheres organizadas em torno de questões tradicionalmente femininas passam a questionar sua própria condição de mulher (PINTO, 1992).

Com o objetivo de despertar a consciência da mulher sobre sua própria condição, as pedagogias feministas fixam as atividades educativas em dois campos fundamentais: a do “conflito e reconhecimento de uma estrutura desigual de poder que, historicamente, tem sido bastante desfavorável às mulheres”, abordando essas questões a partir do cotidiano das mulheres. O reconhecimento de que as desigualdades são historicamente construídas se dá a partir de informações que demonstram a situação de injustiça e exclusão a que estão submetidas às mulheres, articulando à importância da ação de mulheres como sujeitos políticos ao longo da história para a modificação dessa situação. Nesse sentido, procura-se revelar o papel da mulher na história, pois, durante muito tempo, a mulher ficou no esquecimento, como uma história não contada, como se a humanidade em seu passado não existisse mulheres. Ao mesmo tempo, surge por parte da academia o interesse de estudar as mulheres na história.

Em virtude do próprio contexto da década de 80, as metodologias de ações educativas empreendida pelas feministas, aproximaram-se da metodologia da educação popular de Paulo Freire no que diz respeito às intervenções junto às comunidades. Pois, essas metodologias assumem um caráter alternativo por atuar principalmente, no campo da educação de jovens e adultos no país, a maioria delas não estava inserida no campo da educação formal. Trata-se de ações educativas junto a grupos de mulheres ou mistos, tendo como alvo dessas ações as mulheres pobres.

Esse caráter alternativo das pedagogias feministas presente na década de 80 diz respeito às metodologias elaboradas por diversos grupos feministas junto aos movimentos sociais e comunidades, portanto, não se trata de uma metodologia produzida e pensada no âmbito acadêmico. Essas ações vão imprimir uma característica bastante marcante ao próprio movimento feminista e movimento de mulheres que é a organização de muitos desses movimentos à margem dos partidos políticos, pois questionavam a forma de organização dos partidos que entravam para a legalidade, o que implicou, em uma dificuldade de lançar quadros políticos femininos pelos partidos brasileiros às eleições, o que pode ter se configurado em um dos empecilhos para aumentar o acesso de mulheres a cargos legislativos e executivos tanto na esfera federal, como na estadual e municipal.

Pelo fato de ser uma metodologia construída em um processo ‘fazendo e aprendendo’ não quer dizer que esteja ausente de conteúdos científicos, pelo contrário, o gênero ao constituir-se no próprio conteúdo da pedagogia feminista irá exigir no plano teórico uma análise cuidadosa e aprofundada dos fundamentos teóricos e políticos que desvelam a opressão feminina, especialmente no campo da cultura. Sem, porém, desconsiderar as fortes conseqüências que a dimensão cultural e simbólica das relações de gênero traz para relações sociais, políticas e econômicas.

Portanto, uma questão importante a se destacar sobre as ações político-educativas é o seu caráter interventivo, ou seja, consistem em uma educação política que visa alterar relações de injustiça que está presente na vida das mulheres, reduzindo, assim as desigualdades sociais. A metodologia de trabalho com intervenções político-educativas da SOS CORPO¹⁰, por exemplo, explicita bem alguns conceitos elaborados no plano teórico e político que orientam as ações político-educativas realizadas com grupos de mulheres ou mistos. Trata-se de uma sistematização de ações educativas realizadas no Brasil desde 1981, quando a organização foi criada. De acordo com manuais e trabalhos produzidos pela SOS CORPO o conjunto de

¹⁰ O SOS CORPO Gênero e Cidadania é uma organização da sociedade civil brasileira fundada em 1981 e tem por objetivo promover a cidadania das mulheres.

técnicas e instrumentos não são neutros, portanto, as ações educativas são orientadas por uma concepção político-teórica feminista.

Nesse sentido a ação político-educativa é um processo que não se encerra a partir de uma atividade isolada. Parte-se da própria realidade dos sujeitos envolvidos no processo, como forma de desvelar as relações de poder no qual se encontram inseridos. Valorizam-se os conhecimentos e experiências das pessoas com suas histórias pessoais e coletivas, sem, contudo, considerar a importância do conhecimento acumulado por parte do educador, pois, tenta-se “evitar o risco de se construir processos educativos apenas baseados na experiência do grupo educando” (PORTELLA & GOUVEIA, s/d, 23).

Essa questão me parece importante ressaltar pelo fato que a metodologia utilizada nas ações político-educativas tem por parâmetro que as análises e as sistematizações produzidas pelo educador são fundamentais para o desenvolvimento das atividades que levam à reflexão crítica sobre as razões socioeconômicas, culturais, sexuais e políticas que colocam determinados grupos em situação de subordinação. Nessa perspectiva, admite-se que há uma direção político-pedagógica ao imprimir essas ações e que, ao que parece, essa direção político-pedagógica tem sido operada pelas feministas. Nesse sentido, reconhece-se que sem essa direção política podem-se reforçar situações de desigualdade e subordinação.

Na década de 90, os movimentos feministas enfrentam mudanças significativas na dinâmica política, econômica e cultural, tendência presente em toda a América Latina. A característica mais significativa será a generalização da democracia liberal como sistema de governo. Os feminismos passam a incorporar os discursos da cidadania e democracia, estabelecendo alianças com os governos liberais, distanciando-se das referências da esquerda combativa organizada em torno da idéia de revolução e socialismo.

Com a institucionalização do movimento na década de 90 e a opção pela perspectiva participacionista-liberal, as feministas tem trabalhado com a idéia de introduzir as agendas feministas nos planos de governo, paradoxalmente a isso também tem havido uma desconfiguração do movimento. Nesse sentido, concordo com Alvarez (2000) que a expansão e a especialização dos movimentos feministas têm sido acompanhadas, de uma intensificação de desequilíbrios entre mulheres atuando em diferentes níveis e ocupando diversos espaços dentro desse campo. O campo feminista, conclui a autora, está minado por desiguais relações de poder, revelando uma crescente divisão entre os fundamentos do projeto de transformação dos feminismos dos anos 70 e 80: sua dimensão ético-cultural e suas dimensões estruturais e institucionais. Com relação à dimensão ético-cultural, Sonia Alvarez considera que se encontra debilitada. Por outro lado, ao disputar conteúdos e espaços para incursão das agendas

feministas nos espaços da política formal, tem havido muitos casos de desconfiguração da visibilidade dos movimentos feministas enquanto força contestatória da sociedade.

Moraes (2007) coloca que a onguização e a opção participacionista-liberal dos movimentos feministas nos anos 90, contribuiu para a sua despolitização. Essa relativa despolitização nos dizeres de Moraes (2007) está relacionada ao enquadramento dos movimentos às regras jurídicas e ao “mercado financiador” monopolizados pelas Fundações Ford, Rockefeller e MacArthur diante de uma oferta cada vez maior de serviços para a mulher, que transformou uma grande parcela das feministas em profissionais competentes de políticas sociais. Os pequenos grupos heróicos do feminismo nos anos 70 seguiram a tendência da onguização e a luta pelo poder dentro dos aparelhos do Estado foi um fenômeno nos países latino-americanos, à medida que os movimentos sociais conquistaram maior espaço no governo, conheceram as contraditórias conseqüências de “ser governo”.

Nas conclusões de Moraes (2007) as palavras de ordem de autonomia e novos métodos de fazer política dos movimentos feministas da década de 70 e 80 foram abandonados e os grupos “minoritários” transformaram as ONGs em alternativas de trabalho, em estratégias de sobrevivência – um meio de vida. A *internacionalização* da pauta feminista sob a hegemonia do modelo norte-americano implicou na *despolitização* crescente do feminismo organizado, um enquadramento que alimentou disputas intelectuais estéreis (igualdade versus diferença) extremamente dependentes dos interesses estratégicos norte-americanos, no qual a luta contra os “fundamentalismos” deixa de fora o capitalismo e o cristianismo (MORAES, 2007:138-139).

Vargas (2000) diz que a desconfiguração e despolitização dos movimentos feministas estão relacionadas em partes, com a dinâmica fragmentadora e individualistas dos movimentos sociais na era da globalização e do neoliberalismo, em que predomina um ambiente cultural que não tem favorecido ações articuladas a partir do coletivo. O tema da fragmentação, da institucionalização e da relação com o poder político, principalmente com o Estado tem sido um dos mais complexos e conflituosos no campo feminista. Sonia Alvarez (2000) insiste em alertar que a generalizada onguização dos grupos feministas na América Latina nos anos 90 tem-se expressado basicamente através do trabalho contido nas agendas das ONGs feministas, que tem acesso a financiamentos externos cada vez maiores, portanto, contam com profissionais em tempo completo e, por isso mesmo, ocupam uma posição privilegiada para definir as estratégias e dinâmicas feministas mais visíveis.

Nessa linha é possível afirmar que as ações político-educativas atualmente são empreendidas em sua grande maioria por ONGs feministas que através dos financiamentos

externos, principalmente a partir da década de 90, tem custeado em grande parte essas ações. Em alguns casos, o próprio Estado tem absorvido como demanda a necessidade de educação política das mulheres, dependendo do nível de negociação e permeabilidade do poder do Estado por parte dos grupos feministas. Passa-se também cada vez mais a institucionalizar as ações político-educativas. Diferentemente da década de 70 e 80, as ações político-educativas junto aos grupos populares, consistia em organização do movimento feminista e de mulheres voltados para constituição das mulheres enquanto sujeitos coletivos e devido a essa característica tratava-se de uma pedagogia alternativa que se passa cada vez mais a institucionalizar-se, podendo perder em parte ou totalmente essa perspectiva alternativa.

Atualmente nos trabalhos com grupos tem-se difundido cada vez mais as questões de gênero, porém, verifica-se ainda muito presente no ideário o preconceito em relação ao feminismo, o que tem gerado uma estereotipação das feministas, geralmente associadas à vertente do feminismo radical, que difundia a idéia de eliminação dos homens. Essa associação generalizada implicou em preconceitos e em virtude disso, muitas mulheres negam-se a se auto-afirmarem feministas ou propriamente fazer parte de grupos feministas. O que tem contribuído para pensar gênero, muitas vezes, desatrelado do feminismo. Em contrapartida, tem-se dado muito enfoque à capacitação, geralmente dirigida a profissionais que operam no âmbito de políticas públicas destinadas a população feminina, como é o caso dos profissionais que atuam nas delegacias das mulheres e no poder judiciário.

Nesse percurso de institucionalização como se verificou, houve conseqüências, porém, dialeticamente, não se trata somente de conseqüências negativas. Muitas conquistas foram realizadas, principalmente, no que diz respeito à questão dos direitos civis e políticos formalmente garantidos na legislação dos países no Ocidente. Não dá pra negar que o feminismo alavancou e provocou mudanças culturais, sociais e políticas que influenciaram a vida de mulheres e homens.

Ao protagonizarem junto ao Estado, as organizações de mulheres tiveram a capacidade de fazer o Estado atuar enquanto agente de transformação, a partir de políticas públicas, voltadas para educação em uma perspectiva não-sexista, como também, no âmbito da segurança pública, incorporando a idéia de um atendimento às mulheres que leve em consideração a sua condição de gênero. Ou seja, amplia-se o universo de atuação das organizações feministas no âmbito do Estado e suas ações passam cada vez mais a institucionalizar-se, bem como, as próprias organizações.

Nas duas últimas décadas, o Brasil apresentou um alto índice na taxa de redução da fecundidade e isso significa que as mulheres estão cada vez mais evitando a gravidez, por

outro lado, os índices de gravidez na adolescência continuam alarmantes. Com relação à redução do número de filhos nas famílias brasileiras, acredito que está relacionado muito mais às condições materiais da vida, em virtude da falta de emprego e pobreza das famílias brasileiras, do que propriamente, a consciência por parte das mulheres de que o fato de ter filhos ou não está ligado ao desejo, ao prazer e à autonomia, tanto defendidos pelo feminismo e ao que parece está fora da luta do contexto atual.

Outra questão que é relevante lembrar é o insucesso com relação à aprovação da descriminalização do aborto ou legalização da prática¹¹. Esse debate suscita dois pontos fundamentais: de um lado o debate em torno da democracia da vida privada que está relacionada à autonomia e liberdade das mulheres em decidir sobre sua vida, trata-se de um direito individual que está ligado ao projeto de vida das mulheres. Por outro lado, na sociedade brasileira essa temática tem causado muitos conflitos, em virtude da ausência de um Estado laico que esteja desvinculado da ordem religiosa. A Igreja Católica tem exercido forte repressão ao tema da descriminalização do aborto o que ocasiona um prejuízo no exercício da democracia pela via do Estado, ou seja, o Estado influenciado pela Igreja e as religiões impõe a todos independentemente de sua crença uma determinada imposição que é garantida e mantida sob força de lei.

No terreno de lutas e disputas políticas para concretização da descriminalização do aborto, ainda encontra-se muitos obstáculos em virtude dos valores cristãos arraigados na população. A presença de legisladores e também de religiosos como padres e pastores exercendo o poder executivo em nível municipal e federal é alarmante, pois, as igrejas têm financiado campanhas com o fim de defender seus interesses e legitimando-os através do poder de Estado, afetando drasticamente a democracia brasileira e o princípio de laicidade do Estado, essa presença tem inviabilizado o projeto de descriminalização da prática de aborto.

A não aprovação da descriminalização do aborto e a manutenção no Código Penal Brasileiro dessa prática enquanto crime, não tem apontado para resolução desse problema. Os abortos clandestinos continuam ocorrendo e a faceta mais cruel dessa realidade é revelada pela desigualdade de classe. Pois, meninas e mulheres de classe média realizam abortos em clínicas clandestinas com auxílio de especialistas na área médica, enquanto que mulheres pobres as realizam das formas mais precárias e muitas falecem na tentativa de realização, não obstante, quando sobrevivem vivenciam as mazelas geradas em função da prática do aborto. Em contrapartida, em virtude das pressões pela descriminalização do aborto tem-se avançado

¹¹ AVILA, M. B. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed.34,2002.

a discussão em torno do planejamento familiar e da contracepção, que por durante muito tempo foi uma prática condenada pela Igreja Católica.

Diferentemente do contexto de 68 em que houve o auge dos movimentos contra culturais com a presença de uma juventude politizada que contestava o poder da Igreja, do Estado, da Família atualmente nota-se que muitas dessas características se perderam quando os sujeitos passam a tornarem-se dependentes da caridade e das políticas compensatórias (MORAES, 2007). Nesse sentido, faço minhas as considerações de Moraes (2007):

Ao mesmo tempo, apesar das conquistas jurídicas obtidas nos lugares do mundo ocidental onde o feminismo foi atuante, as mudanças se dão nos limites das sociedades de classes e, numa sociedade tão desigual quanto a brasileira, as oportunidades e possibilidades são limitadas, transformando o sonho de ser modelo e esportista de sucesso no grande ideal dos adolescentes. Outra consequência do fundamentalismo do mercado são as crescentes taxas de desemprego disfarçado ou subemprego. A maior pobreza das mulheres implica, entre outras coisas, que elas sejam as mais atingidas pela (falta de) qualidade dos serviços públicos; mais favorecidas pela incompetência da justiça (atraso nas pensões etc.). Vale dizer, a questão estratégica dos direitos de seguridade social afeta principalmente as mulheres pobres (MORAES, 2007, p. 140).

Se claramente podemos perceber que a situação de desigualdade entre homens e mulheres ainda persiste, ou ainda, podemos destacar a visível desigualdade de classes nos países periféricos, apesar de todos os esforços empreendidos pelas organizações feministas em alterar essa condição, por outro lado, é preocupante a fraca atuação no sentido de renovar quadros para continuar as lutas futuras.

CAPITULO II

CULTURA POLÍTICA E PODER: PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

“[...] Domésticas, donas de casa, negras, brancas, mestiças, cholas, indígenas, madres, guerrilheiras, margaridas, evitas, beneditas, a história do feminismo por aqui, muitas vezes na contramão da pós-modernidade, se inscreveu em sofridas lutas, onde a classe e a raça necessariamente se articulavam ao gênero, colocadas suas urgências todas na ordem do dia, antes mesmo de tal articulação imperar na agendas dos feminismos metropolitanos”.

Simone Pereira Schmidt, Como e porque somos feministas.

2. O Conceito de Participação e Cultura Política

A participação está relacionada às múltiplas formas de ações e atividades de indivíduos na sociedade, portanto, trata-se de uma definição ampla. Apesar da participação se referir a um conceito amplo e complexo, o conceito de participação compreendido é o de que não está relacionada à simples presença física, mas o exercício e desempenho de papéis sociais que refletem a vontade de pertencer a um grupo ou instituição e nele integrar-se como parte do todo¹². A prática da participação envolve [...] “o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e levar a valorização de si mesmo pelos outros” (BORDENAVE, 1994, p. 16). Ou ainda, a participação de sujeitos políticos na sociedade, pode interferir em uma cultura política de uma determinada época ou nação.

Essa interferência se dá no sentido da transformação política, que configura uma cultura política, nesse sentido, participação e cultura política estão intrinsecamente relacionados. O conceito de “cultura política”, segundo Gohn (2001) entrou definitivamente

¹² TOSCANO, M. *Mulher na Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

para a agenda de conceitos fundamentais na tentativa de entender a sociedade e a política neste final de milênio.

Esse conceito foi utilizado por volta da década de 50 e 60 em que se tornou instrumento analítico dos estudos da ciência política. Gabriel Almond foi o pioneiro a inaugurar uma linha de pesquisa até então desprezada por parte dos estudos relacionados à vida política. Em suas elaborações esse conceito recebeu inúmeras críticas e foi colocado de lado. Essas críticas se referiam principalmente ao seu alcance explicativo, no sentido de que estava relacionado à cultura cívica ancoradas em uma cultura democrático-liberal de origem anglo-saxônica¹³.

No Brasil, o ressurgimento e a reformulação do conceito de cultura política se dá na década de 80, em virtude dos processos de redemocratização e consolidação da democracia na América Latina. Em particular o conceito passa a ser utilizado para explorar as ligações entre democracia e certos tipos de cultura, sendo considerado um referencial importante para os estudos acerca dos fenômenos políticos, em virtude da variedade de temas que surgem no cenário latino-americano.

Para Gohn (2001) a importância do conceito de cultura política está no fato da sua possibilidade em explicar a ação política dos indivíduos nos grupos sociais, o comportamento político dos indivíduos enquanto seres políticos, no sentido aristotélico e não apenas em relação às instituições políticas e/ou aos governantes, em especial no momento do voto. Com isto, a ênfase desloca-se das atitudes e opiniões dos indivíduos isolados para os indivíduos como membros participantes de grupos, de coletivos sociais com uma identidade: ser sem-terra, negro, mulher, defensor de causas ambientalistas etc.

O ressurgimento do conceito de cultura política traz implícito sua reformulação, que está relacionado à potencialidade de aumentar a compreensão acerca da vida política. Nesse sentido, cultura política não expressa uma determinação passiva para explicar os comportamentos humanos, mas principalmente a partir do desejo de busca por soluções. Para Gohn (2001) a apreensão do processo educativo está relacionada ao desenvolvimento de uma determinada cultura política:

A cultura é concebida como modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra. A educação de um povo consiste no

¹³ OUTHWAITE, W. & BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Social no Século XX. Verbetes Cultura Política. FEMIA, J. P. 170-171. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política de uma nação (GOHN 2001, p. 98).

Nesse sentido, concordo com Gohn (2001) ao estabelecer uma relação entre os processos educacionais e a cultura política, sendo este último conceito capaz de explicar determinados avanços e retrocessos estabelecidos em determinados contextos políticos. Pois, a educação pressupõe conhecimentos, atitudes e valores que caracterizam a cultura política de uma nação. Avelar (1989) ao realizar um importante estudo sobre as tendências do voto feminino no Brasil vai constatar que:

A prolongada “abertura democrática” favoreceu o aparecimento de novas formas de participação, surgidas efetivamente das necessidades de grupos sociais específicos. [...] Neste quadro amplo em que se evidenciam o desejo de participação, de igualdade e de ampliações da cidadania, é que surge a questão feminina. A quebra paulatina das bases tradicionais de discriminação, particularmente classe e sexo, possibilitaram o surgimento de novos atores políticos. No caso das mulheres, sua efetiva incorporação à sociedade capitalista urbana, mesmo que realizando-se em bases discriminatórias, faz delas mais m setor da população em que se terá de reconhecer um dos novos interessados na ordem democrática do país (AVELAR, 1989, p. 16).

A citação acima é contundente ao revelar a relação que a autora estabelece entre a “abertura democrática”, ocorrida no Brasil no final da década de 70 e a atuação política das mulheres. Trata-se de alterações ocorridas nas últimas décadas na sociedade brasileira que está relacionada, sobretudo, ao mundo do trabalho, com a incorporação por parte das mulheres, de outros papéis, bem como, a emergência de padrões urbanos de vida e uma maior inserção das mulheres no sistema educacional.

Bruschini e Lombardi (2001) afirmam que a década de 70 não resultou só em impactos de ordem política, mas também social e econômica que afetou consideravelmente a vida das mulheres brasileiras. As transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificado pelo impacto do movimento feminista desde os anos 70 e a presença cada vez mais atuantes das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho e à vida pública.

No caso das mulheres, é preciso considerar que sua cultura política é delineada no processo histórico enquanto sujeito político excluído do processo de participação política. Isso, porque tradicionalmente a esfera privada foi identificada como a da não política. A construção da subjetividade feminina foi condicionada às questões do âmbito privado e,

portanto, de caráter estritamente pessoal e não político. Sendo assim, a alteração da cultura política das mulheres em uma determinada sociedade pode ser compreendida a partir de um processo de transformações que ocorrem no âmbito da educação, do trabalho, dos costumes, dos valores e também, decisivamente quando passa a participar da sociedade enquanto sujeito de direitos, vejamos um pouco como foi esse processo.

2.1 Considerações sobre a luta pelo sufrágio feminino: liberação das mulheres à participação política

Um dos pontos-chaves para liberalização das mulheres à participação política se deu a partir da luta pelo sufrágio universal. No início do século XX, expandiram-se na América Latina os grupos que se intitularam feministas. Valdés (2000) detecta que nesse período na América Latina definir-se como feminista era algo que geralmente, acabava com os estatutos de fundações e agrupamentos, pois, algumas delas declaravam abertamente não compartilhar dessa postura. Porém, essas eram as opções. O feminismo explícito foi, em geral, o nome dado aos movimentos de mulheres que se organizavam a partir da luta em favor do sufrágio feminino.

A chamada primeira onda do feminismo se delineou no continente latino-americano, entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX influenciado pela luta do sufrágio universal, a exemplo dos movimentos feministas europeus e norte-americanos. Pois, a luta pelo sufrágio feminino na Europa começou no final do século XVIII ainda com a participação das mulheres na Revolução Francesa. As mulheres que participaram da Revolução Francesa constataram que após a concretização da revolução, nada foi realizado em seu favor.

A maior expoente da luta pelo sufrágio feminino na França foi Olympe de Gouges. Ao publicar “Os Direitos da Mulher e da Cidadã”, Gouges declara a opressão do sexo feminino, afirmando que a “revolução só se realizará quando as mulheres tiverem consciência de seu destino deplorável e dos direitos que ela perdeu na sociedade”. Contesta as idéias liberais, principalmente difundidas por Rousseau em que atribuía o direito de votar somente aos homens, de imporem exercícios naturais à mulher. Nesse sentido, segundo Gouges as mulheres só encontram “seus limites na tirania que o homem exerce sobre ela; essas limitações devem ser reformadas pelas leis da natureza e da razão”.

Após ter escrito o tratado, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793. A sua acusação seria o fato de ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido da condição imposta ao seu sexo. Após o ocorrido, diversos clubes se organizaram, porém, logo em seguida foram fechados e duramente reprimidos. Baseados nas idéias do intelectual da Revolução Francesa, Rousseau em que afirmava que o mundo público era dos homens e o mundo privado das mulheres, propiciou um clima em que obrigou as mulheres a silenciarem-se. É brilhante a contextualização histórica do século XIX feita por Perrot (2005):

Aquelas que, durante a Revolução Francesa, haviam pretendido alcançar a plenitude dos “direitos do Homem”, foram lembradas de que as mulheres não tinham, “ao menos no estado atual”, como dizia Siéyès, organizador do sufrágio, a estatura individual necessária para o pleno exercício da cidadania. Madame Roland se contentara com um papel de auxiliar, esboçando uma figura de companheira inteligente, modelo das esposas de grandes homens, tal qual o século 19 as celebraria. As mais contestatárias foram vigorosamente admoestadas. Olympe de Gouges foi guilhotinada, ainda que não tenha sido unicamente por essa razão. Os clubes de mulheres foram fechados e as cidadãs chamadas a seus deveres de esposa e mãe, alimentadora e professora. Napoleão reforçou a tendência e restabeleceu pelo código civil, o pai na plenitude de seus direitos. Madame de Staël, esta mulher que escrevia outra coisa além de romances e ousava a dar sua opinião sobre as questões de estado, foi para ele a encarnação do diabo: ele a exilou. O século 19 aumentou ainda mais a separação entre público e privado, considerados como esfera equivalente entre os sexos (PERROT, 2005).

A brilhante descrição do cenário do século XIX na França realizado por Perrot (2005) traz à tona a repressão às mulheres que buscavam a inserção na política. As repressões se deram a partir da violência, mas, sobretudo, foram projetadas no âmbito simbólico e ideológico. No contexto político, reformulações teóricas pautadas em preconceitos antigos são divulgadas como verdades e assumem uma intensidade muito particular em virtude da discussão em torno da construção das democracias ocidentais. Essas reformulações aparecem na rígida definição entre público e privado, delimitando, como diria Perrot (2001) espaços de poder entre os sexos. Portanto, não se trata de uma ideologia ingênua, ela está ancorada na manutenção do poder patriarcal, em que o poder político é apanágio dos homens, a ordem patriarcal deve reinar sobre tudo: na família e no Estado. É, portanto, a “lei do equilíbrio histórico” (PERROT, 2001:175).

A reivindicação pelo voto feminino não tardou a despontar no cenário político do século XX na Europa e Estados Unidos, no contexto de consolidação do capitalismo industrial. Considerado um dos movimentos mais importantes, a luta pelo sufrágio universal irá caracterizar esse século. Porém, é preciso fazer um destaque sobre o caráter universal do sufrágio. Gonçalves (2006) aborda bem essa questão colocando que o “termo sufrágio

universal, desde sua conquista pelo “povo” na luta contra os privilégios da nobreza, foi empregado de forma abusiva”. A luta pelo sufrágio universal, que abarcava as mulheres, até então impedidas de votar, também caracterizava uma luta contra o privilégio da nobreza, pois, o liberalismo clássico, não democrático só contemplava o direito de voto aos proprietários, excluindo as camadas populares.

Com o passar do tempo começava-se a mostrar que aquelas lideranças que defendiam o voto universal, já não eram tão a favor da extensão do voto a ponto de incluir as mulheres. A principal justificativa girava em torno de que a extensão do voto às mulheres seria reforçar uma tática conservadora¹⁴, porque o voto feminino também se estenderia às mulheres de classe média e elite.

A famosa frase “*o gênero nos une e a classe nos divide*” sintetiza as tensões estabelecidas entre as mulheres operárias e da classe média em favor do sufrágio feminino. Clara Zétkin, já no século XIX apontava esse inevitável dilema entre mulheres operárias e burguesas. Em uma carta escrita ao líder socialista Consideránt vai revelar que todos estão contra ela: “os homens, porque reivindico a emancipação das mulheres; os proprietários, porque reivindico a emancipação do proletariado”. O olhar que Clara Zétkin traz sobre as questões de gênero no interior do movimento operário europeu revela a percepção da existência do machismo também no interior das organizações operárias no século XIX.

De outro lado, as lideranças de direita não defendiam o voto feminino em nenhuma direção, muito menos entendiam que se tratava de reforçar o seu campo político, pois prevalecia a convicção acerca da inferioridade da mulher. Sendo assim, as mulheres só poderiam contar com sua disposição para a luta¹⁵. É, portanto, em torno dessa exclusão universal que atingiu metade da população mundial, “as mulheres”, que a luta pelo sufrágio feminino adquiriu um caráter coletivo, trazendo à cena política um novo sujeito político, ou seja, mulheres organizadas em torno do direito de votar.

As preocupações iniciais da organização das mulheres foram se convertendo em ações cada vez mais organizadas em torno de objetivos que se relacionavam com sua condição e posição na sociedade. Foram ampliando-se propostas e ações, ao mesmo tempo, em que tomaram consciência de sua exclusão da vida nacional e nas instâncias de tomada de decisões. Esse cenário influenciou também as mulheres latino-americanas. Desde o século XIX começaram a aparecer esporádicas manifestações de mulheres que se organizaram para reclamar seus direitos civis e políticos em diversos âmbitos e especificamente, o direito ao

¹⁴ GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.30.

¹⁵ *Idem*.

voto. Sem dúvida, as contradições de classe e as condições históricas dos países, cruzaram-se também o surgimento das diversas formas de organizações de mulheres latino-americanas.

Particularmente na região centroamericana, a situação econômica, as guerras, as sucessivas ditaduras, a constante violência – geraram condições para organização e luta de inúmeros grupos sociais e políticos que defendiam seus interesses, isso inclui a participação ativa das mulheres. Muitas das organizações reivindicavam igualdade de direitos para mulheres negras, mestiças, mulatas e índias.

Em vários países como a Argentina, Brasil, Chile e Uruguai o tema do sufrágio feminino produziu um debate interessante para alguns setores da sociedade. No Brasil, a discussão em torno dos direitos das mulheres no final do século XIX, coincidiu com as lutas pelo sufrágio feminino estavam condicionados a abranger apenas as mulheres cultas.

No caso do Brasil em 1891, por ocasião da elaboração da Constituição Republicana Brasileira, assim como outros temas políticos, foi debatido o sufrágio feminino. Porém, o direito ao sufrágio foi recusado para as mulheres, nem mesmo para as altamente qualificadas com títulos universitários, foi também recusado a inclusão de homens analfabetos e pobres. O artigo constitucional permaneceu inalterado: podiam ser eleitos cidadãos “maiores de vinte e um anos, adequadamente registrados, com exceção de mendigos, analfabetos, soldados e membros de ordens religiosas¹⁶”.

Pelo fato de algumas cartas magnas não deixarem claro em seu texto a exclusão das mulheres do direito de votar, na América Latina aconteceram alguns fatos interessantes. No ano de 1875 na cidade do Chile, grupos de mulheres se apresentaram nos registros eleitorais, amparadas em uma Lei de 1847 que não proibia explicitamente o voto feminino. Porém, foram impedidas de exercer o direito de voto, aparecendo em 1884 uma Lei Eleitoral que deixava claro o direito de votar estritamente reservado ao sexo masculino.

A equatoriana Matilde Hidalgo, precursora do movimento de mulheres em seu país, resolve inscrever-se no registro eleitoral às eleições do senado em 1924, fazendo uso dos direitos outorgados na Constituição de 1897, onde não existia nenhum impedimento explícito em razão de sexo para exercer o direito de voto. Pelo fato de encontrar resistências, a questão foi submetida à consulta e decidida a seu favor. Portanto, tem-se conhecimento de que Matilde Hidalgo foi a primeira mulher votante na América Latina¹⁷. Em virtude disso, as

¹⁶HÄHNER, J. E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 87.

¹⁷VALDÉS, T. *De lo social a lo político: la acción de las mujeres latinoamericanas*. Santiago-Chile: Editorial LOM, 2000.

mulheres equatorianas puderam votar em 1929, primeiro país da América Latina a conceder o direito de voto às mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX o tema dos direitos da mulher começa a ganhar destaque e vai se definindo um número crescente de grupo de mulheres latino-americanas que tem como metas: a inclusão das mulheres nos Estados Nacionais, o direito da mulher trabalhadora e, particularmente o direito ao voto.

No Brasil, a partir de 1920 inicia a movimentação em favor do sufrágio feminino. Bertha Lutz terá um papel muito importante nesse processo. Nascida em 1894 em São Paulo, filha de pai suíço e mãe inglesa iniciou sua educação no Brasil e terminou na Europa. Em 1918, Bertha Lutz retorna ao Brasil e influenciada pelo feminismo europeu começa a organização do movimento das sufragistas brasileiras. A Conferência Pan-Americana de Mulheres em Baltimore estimulou a criação da Associação Pan-Americana pelo Progresso das Mulheres que impulsionou os movimentos sufragistas latino-americanos. Em 1922 surge a Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino.

No Brasil, as mulheres conseguiriam o direito de votar apenas em 1932, através de decreto do então presidente Getúlio Vargas. Segundo Avelar (2001) os temas defendidos pelas feministas dos anos de 1930 eram: interesses da mulher trabalhadora, necessidade de educação em colégios mistos; alteração na legislação que reconhecia a mulher casada incapaz, emancipação econômica das mulheres.

No Uruguai, conforme aponta Rissotto (2004) a exemplo de outros países latino-americanos, os movimentos sufragistas não se limitaram a discutir os direitos civis e políticos das mulheres. Também se preocupou intensamente em facilitar o acesso da mulher no sistema educativo do país, assim como, eliminar os entraves legais que impediam o acesso de mulheres a determinadas profissões, porém, a questão do trabalho das mulheres não ocupava um lugar de destaque em seus programas e manifestos. O movimento sufragista no Uruguai nem foi e nem podia ser um movimento de massas, era composto por mulheres de classe média e alta que tinha um grande poder de influência na sociedade¹⁸.

Em 1911 funda-se no tradicional Ateneo de Montevideú, a Seção Uruguiaia da Federação Feminina Panamericana. Suas idéias e princípios não se limitavam a conquista de igualdade dos direitos civis e políticos para as mulheres, compreendiam que havia outros aspectos importantes para o desenvolvimento da sociedade. Manifestavam-se contra as calamidades trazidas pelas guerras civis que afetavam o Uruguai, o alcoolismo pelos efeitos

¹⁸ RISSOTTO, Rodolfo Gonzáles. *Mujeres y Política en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Plaza, 2004, p. 47-48.

devastadores que produzia na família e na sociedade, reivindicavam a necessidade de educação para mulheres, para elevar o nível cultural das mulheres a fim de que a mesma possa contribuir para superar os prejuízos e preconceitos da sociedade; sugeriam a adoção de medidas que facilitassem o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, para conquistar sua independência econômica. Portanto, podem-se identificar dois movimentos feministas no Uruguai, um de tendência operária e outro sufragista, que tinham objetivos em comum, porém, também uma série de divergências, em virtude das aspirações diferentes que defendiam¹⁹.

Entre 1911 e 1920 aumenta drasticamente o número de agrupações femininas de distintas tendências, que também reclamavam pelo custo de vida, realizavam atividades culturais, reivindicavam o direito ‘das mulheres trabalhadoras. Alguns exemplos são no Chile, os Centros Femininos “Belén de Zárraga” de orientação operária e anarquista. Também surge a Liga Feminina Nacional, o Clube de Senhoras e o Círculo de Senhoras, de onde surgirá o Conselho Nacional de Mulheres. Na Argentina, Alicia Moreau de Justo cria a União Feminista Nacional e, posteriormente nasceram a Associação pelos Direitos da Mulher e o Partido Feminista Nacional²⁰.

O processo de institucionalização do voto feminino também se desenvolveu a partir dos contextos nacionais, dependendo do grau de organização das mulheres e também de resistências e repressões políticas aos grupos de mulheres que reivindicavam o sufrágio feminino. Na Argentina a conquista do sufrágio feminino deu-se em 1947, no Uruguai o direito de voto foi concedido em 1934 e as primeiras eleições seriam em 1938, apenas dois anos após o Brasil ter aprovado o voto feminino, que ocorreu em 1932. No Paraguai o direito ao voto feminino é conquistado apenas em 1961. Nesse sentido, é possível afirmar que muitos países latino-americanos foram avançados se levamos em consideração que na Suíça, país europeu, as mulheres só obtiveram o direito de votar e serem votadas apenas em 1971.

A luta pelo sufrágio feminino foi uma das mais intrigantes batalhas não só no que diz respeito à violência e castigos aplicados às mulheres que ameaçavam a “ordem das coisas”, mas senão, também no sentido de romper com a via simbólica, que há tempos tem mantido as mulheres em silêncio. É importante lembrar do papel central da cultura que através da educação, da religião, da família e do Estado que durante muito tempo, constituíram-se em recursos para manutenção das mulheres no espaço privado, longe da vida pública, portanto, longe das decisões políticas, que amplamente foi difundida no discurso restrito do liberalismo

¹⁹ Idem.

²⁰ VALDÉS, T. *De lo social a lo político: la acción de las mujeres latinoamericanas*.

clássico do século XVIII, do qual excluía as mulheres. É preciso destacar que os resquícios de resistências à emancipação da mulher ainda persiste. Por exemplo, no Brasil pouco se tem dado destaque ao tema da conquista do voto feminino, quando tal fato não é acobertado nos livros de história é tratado de maneira tímida.

2.2 A ampliação do conceito de cidadania: uma contribuição do feminismo

As conquistas das mulheres no século XX, com relação ao trabalho, ao voto e à educação, propiciou o trânsito cada vez mais intenso das mulheres entre as esferas pública e privada. Com a participação das mulheres no mercado de trabalho, pela via da consolidação do capitalismo industrial, pouco a pouco essas esferas foram tornando-se cada vez mais confusas. Surgem interpretações que contestam a teoria das esferas separadas, em que durante muito tempo, alicerçou a idéia da existência de mundos separados, geneticamente, construídos para homens e mulheres. Aos primeiros, os homens, o mundo público, o da política. As mulheres, o espaço privado, o da reprodução e da casa.

Ao problematizarem a teoria das esferas separadas, as feministas, não só reivindicaram a igualdade de direitos civis e políticos entre mulheres e homens, o que implicou na possibilidade da mulher se inserir na política, como também, revelou-se as relações de poder existentes entre os sexos e, conseqüentemente, no âmbito político ampliou o conceito de cidadania antes restrito à figura do sexo masculino. De certa forma, a conquista do sufrágio feminino significou uma conquista não só no plano político para o reconhecimento das mulheres enquanto cidadãs, senão implicou também, no plano teórico a derruída de argumentos construídos pelos teóricos do liberalismo clássico, em sua perspectiva não democrática, como também machista.

Carole Pateman (1993) através de sua obra o “Contrato Sexual” tece análises sobre O Contrato Social, no qual se fundamentam a sociedade civil e os direitos políticos do Estado Moderno. O Contrato Social, diz a autora, é apresentado hipoteticamente como uma história sobre a liberdade. Uma interpretação sobre o contrato social, base da Constituição do Estado Moderno, é a de que os homens em seu estado natural trocam as inseguranças da liberdade por uma liberdade civil, resguardada pelo Estado:

Há apenas uma lei que exige unanimidade pela sua própria natureza; trata-se do pacto social; pois a associação civil é o mais voluntário ato do mundo; todo homem tendo nascido livre e senhor de si mesmo, ninguém pode, sob qualquer

pretexto, sujeitá-lo sem seu consentimento. Decidir que o filho de um escravo nasce escravo é decidir que não nasce homem. (ROUSSEAU, pág. 114, Do Contrato Social)

Acontece que no contrato social a liberdade civil não é universal, ela é atributo somente dos homens. Portanto, o Pacto Original é um contrato sexual, porque cria o direito político dos homens sobre as mulheres, direito inclusive do estabelecimento do acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. Pois, no estado “natural” os homens nascem livres e iguais entre si, portanto, são indivíduos. Se todos os homens nascem livres, então como estabelecer um governo sobre o outro? Ou ainda, como surgem os direitos políticos? Continuando a reflexão Pateman (1993) coloca que a grande astúcia dos teóricos do contrato foi a de fazer representar tanto o contrato original e os contratos reais como exemplificadores e asseguradores da liberdade individual. No entanto, as mulheres estão fora do contrato original, pois, não são consideradas livres, pois as mulheres, naturalmente não têm os atributos e as capacidades que as tornam indivíduos.

Portanto, o contrato social perpetua-se na história, cria-se uma sociedade em que indivíduos fazem contratos e espera-se que o Estado irá salvaguardar sua liberdade ao estabelecerem os contratos de trabalho e de casamento. Ocorre que a exploração é possível, porque a propriedade que a pessoa tem de si próprio, ou seja, sua força de trabalho é comprada pelo contratante, portanto, trata-se de uma condição de dominação em que o trabalhador situa-se em uma condição de desvantagem em relação ao capitalista, portanto, nos dizeres de Pateman (1993) “os capitalistas podem explorar os trabalhadores e os maridos podem explorar suas esposas porque trabalhadores e esposas constituem-se em subordinados através dos contratos de trabalho e casamento” (PATEMAN, 1993, p.24-25).

A dicotomia entre público e privado e a concepção de cidadania do Estado Moderno tem profundas ligações com a forma de organização política da sociedade grega. Na sociedade grega já estava criada as bases para se pensar a distinção entre público e privado e muitos resquícios permaneceu na sociedade moderna ocidental. Em a Condição Humana, Arendt (1993) retrata bem essa distinção entre público e privado:

A polis diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer ‘iguais’, ao passo que a família era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Não significava domínio, como também não significava submissão (ARENDRT, 1993:41).

Para os gregos, ser livre significava estar liberado do trabalho que garantia as necessidades, para ir à ágora discursar. Arendt (1993) esclarece de forma brilhante em a “Condição Humana”, que as atividades atreladas a “sobrevivência do indivíduo” não permitia a liberdade e a independência necessárias para se dedicar à vida pública, portanto, só era considerado um indivíduo “autenticamente humano” aquele que se encontrava desobrigado do trabalho e da necessidade, dedicando-se à vida política. O mundo das mulheres e dos escravos era o da casa, ligados ao espaço da reprodução e da satisfação das necessidades, portanto, encontrava-se em uma condição de não liberdade.

A arte da política, atividade somente possível para os homens livres, era acima de tudo, a busca por realização, pela imortalidade terrena. A polis grega era o espaço comunitário da aparência que possibilitava aos homens distinguirem dos demais, expressando através de atos e palavras sua identidade e conseguindo a admiração de seus iguais, o que era impossível no interior da família, no privado. Nesse sentido, a sociedade grega distinguia a esfera pública e a privada a partir da “necessidade e liberdade”, entre “futilidade e realização”, como também, “o que deveria ser exposto e oculto do público”.

Segundo Caponi (2006) a arte do discurso e do diálogo, o exercício de perguntar e responder valorizados entre os homens gregos era da natureza do mundo público, das praças, das ruas, do parlamento e tal exercício só podia haver entre os iguais. Na definição Aristotélica de homem enquanto “zoon politicon” é acrescentado outra definição “zoon logon ekhón” que pode ser pensado como ser vivo capaz de discursar. A polis era o local onde deveria se dissipar a violência e prevalecer o diálogo, porém, o uso da força e da persuasão eram formas utilizadas para tratar as pessoas à margem da polis:

Certamente era isso que permitia aos gregos conviver com formas despóticas de organização como a escravidão e patriarcado, que estavam reservadas exclusivamente ao âmbito do privado. Coexistiam, assim espaços onde regia a violência muda junto a esse espaço dialógico entre iguais, que era considerado como a esfera do propriamente humano. É que os escravos, os bárbaros e as mulheres eram “aneu logou” (sem logos) (CAPONI, 2006, p. 108).

Reportar mesmo que de forma breve aos gregos é sempre encontrar nexos para tentar compreender a cultura política ocidental. Talvez seja possível identificar que a exclusão das mulheres, enquanto sujeito político nas discussões acerca da construção das Democracias Ocidentais do século XIX, tenha muito da influência da organização grega, da separação entre público e privado. Para Arendt (1993) o declínio da esfera pública na modernidade se deu em virtude da preponderância do trabalho em relação à atividade política. A satisfação das

necessidades através do trabalho torna-se central na modernidade e com ela o surgimento, no âmbito da esfera pública, de uma massa de trabalhadores em decorrência do desenvolvimento do sistema capitalista. Nessa perspectiva, a ascensão da mulher à esfera pública na modernidade está relacionada à inversão de atividades que na sociedade grega estava condicionada à vida privada, tornando-se cada vez mais uma atividade pública, que se desenvolveu em um longo processo histórico.

Permaneceu no imaginário do mundo ocidental, a identificação da razão, enquanto virtude tipicamente masculina e imprescindível para lidar com a “coisa pública”, colocada em oposição à “irracionalidade” e a “emoção”, consideradas virtudes exclusivamente femininas. As mulheres são vistas enquanto ineficientes para gerir os negócios públicos. A associação do espaço público como espaço político promoveu por durante um longo período, a exclusão das mulheres e a permanência dos homens no exercício do Poder Político.

Retomando a discussão acerca da ampliação do conceito de cidadania, Pitanguy (2002) alerta que é preciso evitar a confusão entre cidadania e participação política, em que traz embutida a questão da exclusão, no caso das mulheres. Isso porque a idéia de cidadania na tradição ocidental, muitas vezes se confunde com participação política. Participação política e cidadania estão relacionados, porém, “o espaço da cidadania formal não se confunde com o espaço da cidadania efetiva”. O conceito de cidadania é demarcado pela ação política e está sujeito a avanços e retrocessos. A cidadania não está relacionada somente aos direitos civis e políticos, mas também, aos direitos sociais. Para a autora, as mudanças ocorridas na segunda metade do século XX, que se configura na atualidade é resultado de um processo de afirmação de atores políticos que trazem, para esse campo, questões ligadas a gênero, raça e etnia, meio ambiente, violência doméstica, reprodução, sexualidade.

Evidentemente, que cidadania é mais ampla que a participação política em sentido estrito (Bareiro, 2000, 26-27). Pode-se exercer cidadania em qualquer âmbito vinculado à esfera pública. Para Ávila (2002) a cidadania é “uma arena de conflito e o exercício do poder é parte da vivência”. A luta por sua efetivação vem rompendo com outras hierarquias fundadas em concepções naturalistas que engendraram e ainda engendram desigualdades em contextos diversos. Se o projeto de cidadania que inaugurou a modernidade tinha como sujeitos e destinatários os homens brancos, para as mulheres o processo de ruptura com a hierarquia naturalizada entre homens passa pela redefinição do ideal de igualdade preconizado na cidadania clássica (ÁVILA, 2002, p.125).

Suarez e Bandera (2002) salientam que houve uma ampliação da esfera pública a partir da politização do privado e que, conseqüentemente, constituiu-se num processo de luta

por cidadania. Em virtude das experiências privadas constituírem-se cada vez mais em acontecimentos que são debatidos na esfera pública, como por exemplo, os conflitos interpessoais e as violências vivenciadas no cotidiano da vida privada, há cada vez mais uma tendência da esfera privada reduzir-se e se ligar mais às especificidades dos sujeitos. Isto porque, nos últimos trinta anos houve uma crescente identificação dos indivíduos com a esfera privada e ao longo desse processo, a esfera pública passou a acolher propostas de mudanças dos indivíduos, as violências denunciadas pelas mulheres passaram da privacidade da vida doméstica para esfera pública.

O surgimento do feminismo na década de 70 no Brasil, enquanto movimento de luta pela reivindicação de direitos das mulheres trouxe à esfera da política e da negociação questões tratadas exclusivamente como privadas, nesse sentido, coloca demandas específicas relacionadas à saúde da mulher, educação dos filhos, direitos sexuais e reprodutivos, introduzindo novos direitos, o que possibilitará uma cultura política que busca romper com o conservadorismo presente na sociedade.

2.3 Participação e Cultura Política da Mulher Brasileira: (1960-80)

Assim como os homens, a participação e a cultura política das mulheres brasileiras, mesmo que ainda relacionada, somente ao exercício dos direitos políticos se desenvolveu em meio a curtos períodos de experiência democrática e outros períodos longos de governos autoritários. Embora, a mulher brasileira tivesse obtido o direito de votar e ser votada em 1932, através de decreto do presidente Getúlio Vargas, é preciso ressaltar que em 1937, antes mesmo de exercer esse direito, ocorre o Golpe do Estado Novo.

Somente em 1945 após a queda de Vargas é que se estabelece um período curto de experiência democrática, que vai até 1964, ano que se instaurou o Golpe Militar no Brasil. Nesse sentido, pode-se afirmar que as ditaduras, nos últimos dois séculos, foram as tradições políticas mais desenvolvidas não só no Brasil, mas no continente latino-americano. Toscano (1982) enfatiza que isso contribuiu para a conformação de uma determinada cultura política. Entre os brasileiros desenvolveu-se certo preconceito com relação à atividade política em geral, e em particular, a política partidária. Que configurou no imaginário popular, a política como algo distante, reduto de meia dúzia de predestinados que conduzem à sociedade distante do povo. O que durante muito tempo, prevaleceu no cenário político brasileiro.

Não vou me deter em descrever estes governos nos quais as mulheres, não tiveram grande participação, ou quando tiveram foi através da corte de dominação. Mas, apenas citar um dos exemplos que diz respeito à utilização das mulheres, enquanto massa de manobra em benefício da ditadura. A organização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que precedeu o golpe militar, foi um movimento que tinha somente de fachada lideranças femininas arregimentadas por setores conservadores da igreja e da elite política brasileira, que em apoio ao golpe arrastaram milhares de pessoas às ruas, declarando insatisfação pelo alto custo de vida e, a partir de uma propaganda anticomunista, principalmente divulgada pela Igreja Católica, colocou o governo militar no poder como alternativa de “salvação da pátria”. Durante muito tempo, as mulheres permaneceram identificadas a partir de uma cultura política conservadora.

É inevitável referir-se às últimas ditaduras militares que com pouquíssimas exceções se espalharam pelo continente nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX. O que realmente constituem em principal objetivo do enunciado. A palavra participação assumiu, sobretudo, a partir da década de 60, parte do vocabulário político popular²¹. Um dos principais motivos é o fato de que a última ditadura militar instaurou-se governos que infringiram violentamente os direitos humanos, cometeram graves arbitrariedades, os espaços de participação eram muito escassos e esse horror se constituiu em um terreno fértil para o surgimento do novo feminismo latino-americano, que se reunia em pequenos grupos autônomos de outras organizações consideradas inicialmente como mais perigosas que os grupos de mulheres (Bareiro, 2000, p. 21).

A intenção de despolarizar e restringir direitos a partir das práticas autoritárias e violentas dos governos militares propiciou exatamente o inverso. Concordo com Avelar (1989), quando afirma que assim como, os movimentos sindicais, movimentos negros, movimentos populares ligados à Igreja, também em relação às mulheres, os movimentos surgiram com mais força sob o regime autoritário, quando não havia para nenhum desses grupos canais efetivos de incorporação ao sistema de poder.

A partir da década de 70 começou a surgir grupos de mulheres que foram se configurando em movimentos sociais, que se encontravam marginais na política. Em plena ditadura militar, é que se vislumbra uma nova cultura política para as mulheres. A segunda onda do feminismo se distinguiu das sufragistas pelo fato de que as primeiras haviam debatido desde o liberalismo o princípio de igualdade, já as feministas que ressurgem na década de 70

²¹PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

no continente latino-americano discutem com a esquerda a respeito de suas contradições e seu cotidiano.

Para Soares (2000) o movimento de mulheres da década de 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades, que realizam manifestações de denúncia de suas desigualdades, diferente da versão conservadora que deu bases ao golpe militar, o que implicará em mudanças na cultura política das mulheres brasileiras. E, portanto, apesar da ausência de um “sólido substrato de práticas democráticas” que de certa forma, tem limitado o alcance do movimento feminista brasileiro, é possível afirmar que esse movimento ocupa um lugar importante na construção e consolidação da sociedade democrática (Sorj, 2002, p.100).

Avelar (1989) afirma que “a década de 70 parece ter sido decisiva no sentido de ampliar, articular e agregar interesses femininos no interior da sociedade brasileira” e que a década de 80, período de redemocratização foi crucial para consolidação da cidadania feminina e de uma cultura política democrática:

[...] a convivência democrática que se inicia em meados da década de 80 terá que reconhecer a mulher como um dos novos atores políticos interessados nas decisões sobre os novos rumos que deverá tomar a sociedade. Investidas em novos papéis pelas próprias modificações da vida urbana e da industrialização, elas apresentam hoje novas orientações, realizam novas escolhas, ao mesmo tempo em que mantém valores da antiga ordem social. Nestas circunstâncias é que se configura uma nova forma de opressão, com o desempenho dos papéis domésticos aliado ao desempenho de outros papéis de âmbito social mais amplo, particularmente no mercado de trabalho. Por mais que se saiba que esta vivência dual é ambígua, pois libera ao mesmo tempo que oprime, pelo aumento das responsabilidades femininas, é nestas circunstâncias que a mulher surge como novo ator político (AVELAR, 1989, p. 17).

A citação acima nos permite pensar em um processo de profundas transformações relacionadas principalmente ao acesso das mulheres ao mercado de trabalho e à educação. Portanto, o surgimento de uma cultura política das mulheres que vise a participação política na sociedade está relacionado às transformações de ordem econômica e também com o aumento cada vez maior do nível educacional das mulheres.

Entre os temas que mais preocupam as mulheres na América Latina está relacionado à sua pouca participação nas decisões sobre normas obrigatórias no conjunto da sociedade, na condução da administração pública, na disposição sobre os recursos sociais e na administração. Portanto, passou a ser tema prioritário na agenda das mulheres com poder de expressão, a ampliação da sua cidadania através da representação, do aumento da sua participação em poderes do Estado e das instituições sociais.

A consciência política das mulheres a respeito de sua condição é requisito básico para o reconhecimento das desigualdades, que se expressa na esfera cotidiana. Desse modo, Ávila (2002) diz que:

No desenrolar da vida cotidiana é possível perceber que tanto a consciência de ser sujeito como a de ser cidadã – e uma alimenta a outra – produz de imediato uma mudança na qualidade de vida das pessoas, uma vez que a recusa em aceitar a desigualdade passa a ser algo incontornável. As “micro-revoltas” passam a ser processos permanentes, e com elas acontecem as aquisições e os engajamentos no processo coletivo e político de mudança social. Nesse processo a repetição dos atos de dominação e exploração passa a ser desestabilizado, o que pode, assim, de maneira irregular, produzir rupturas mais profundas na forma de sociabilidade. A compreensão sobre direitos adquiridos como valor de sua condição de cidadã torna as mulheres mais fortes diante da adversidade (ÁVILA, 2002, p. 129-130).

Com relação à questão da mulher e política deve-se destacar a importância da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995, ocorrida em Beijing (Pequim) na China onde destacou a necessidade de se implementar mecanismos que visem facilitar o acesso das mulheres nas instâncias de poder decisão. Nesse sentido, Avelar (2001) aponta que:

Apontado pela Plataforma de Beijing -1995 – a sexta área prioritária para a melhoria da situação da mulher em todo o mundo é a sua presença nas instâncias do poder e nas decisões governamentais. A situação não correspondente à capacidade de liderança das mulheres observada em organizações comunitárias e não-governamentais. Recomenda-se um equilíbrio entre mulheres e homens nos cargos públicos, nas entidades da administração pública e nos órgãos judiciários, nos partidos políticos. Deve-se apoiar os institutos de pesquisa que realizem estudos sobre a participação e a influência das mulheres nos processos de decisão política, de modo que se avalie o peculiar desempenho político da mulher; fortalecer os mecanismos que garantem a presença das mulheres nos níveis superiores de decisão; revisar os critérios de contratação e nomeação para os órgãos consultivos, de modo que seja possível a ascensão das mulheres aos postos superiores; incentivar as empresas, sindicatos e organizações não-governamentais para a igual participação de homens nos órgãos de decisão; desenvolver estratégias de comunicação para fomentar o debate público sobre os novos papéis que são atribuídos às mulheres e aos homens na sociedade e na família; reestruturar os programas de contratação e desenvolvimento profissional, garantindo que as jovens tenham igualdade de acesso à capacitação nos assuntos de gestão, conhecimentos empresariais, técnicas de chefia; propor o equilíbrio entre homens e mulheres nas Nações Unidas e outros fóruns internacionais (AVELAR, 2001, p. 44-45).

A pequena representação feminina nos cargos e instâncias de poder de decisão na sociedade tem-se tornado um desafio para as democracias ocidentais. Portanto, essa questão começa a se tornar pauta de discussão do movimento feminista e de mulheres a partir da década de 90 que veremos a seguir.

2.4 As Mulheres e as Rotas de Ingresso ao Poder

Ao abordar a questão da participação e a representação política é preciso deter-se rapidamente numa distinção conceitual. A participação política é pensada em uma dimensão bem mais ampla que a representação. Enquanto o primeiro conceito diz respeito às múltiplas formas de ações e atividades dos indivíduos na sociedade, o segundo está relacionado ao exercício do poder delegado por outrem. Em uma sociedade democrática é impossível pensar em representação sem haver participação. Para chegar à representação tanto pela via eleitoral no sentido de acesso ao poder legislativo ou executivo como também em uma representação de sindicatos ou partidos políticos, por exemplo, é preciso haver articulações políticas.

A participação política não garante o ingresso ao poder representativo, ela pode ser via de acesso ao poder. Nesse sentido, é preciso ater-se ao fato de que a trajetória dos sujeitos em sua passagem de participante a representante é influenciada por uma série de fatores tanto de ordem econômica, social, simbólica e cultural. No caso das mulheres a baixa representatividade política para os cargos legislativo e executivo é um fenômeno universal (salvo os países escandinavos)²² que tem suas raízes históricas na exclusão das mulheres da vida política.

Avelar (2001) ressalva que o poder político não está relacionado somente as organizações ligadas ao sistema eleitoral e partidário, mas também à presença das mulheres em várias instâncias do trabalho público, como representação em entidades profissionais e associativas:

Tais instâncias também são, na prática, negociadoras, implementadoras de políticas, e têm influência discreta na política pública. Para se ter acesso a tais posições são necessárias, além dos conhecimentos e qualificações culturalmente valorizados, habilidades de valor estratégico, tais como a capacidade de realizar contatos e constituir uma rede de relações, que acabam sendo condição essencial para que um indivíduo seja alçado aos altos postos de poder (AVELAR, 200, p. 95).

A citação acima nos dá a idéia de que são várias as vias de acesso dos sujeitos ao poder. Portanto, é preciso distinguir essas vias de acesso, no qual em uma disputa eleitoral a forma de inserção nos partidos torna-se fundamental para entender de que forma os sujeitos chegam à elite política. No caso das mulheres no que diz respeito a sua inserção política é

²² Os países nórdicos apresentam um índice bastante elevado de representação feminina se comparado com os demais países. São eles: Suécia 42,7% de representação feminina, seguido de Dinamarca 37,4%, Finlândia 37% e Noruega 36,4%. Ver ARAUJO, C. As cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais. Revista de Ciências Sociais, RJ, 2001.

preciso analisar uma série de fatores. Começando pelo aspecto cultural, da falta de tradição política, como também, a questão econômica e política. Em se tratando especificamente a questão da representação nos poderes legislativos e executivos é preciso levar em conta as regras eleitorais, que muitas vezes, são decisivas para inserção ou não de grupos marginalizados da política.

Araújo (2006) alerta que ao analisar o aspecto relativo ao recrutamento político das mulheres que dá acesso à representação:

[...] chama-se a atenção que as disposições para a política, porque não são inatas, não dependem apenas de uma vontade individual ou de um despertar para o processo, mas que existem certas rotas predominantes de ingresso, que são mediadas por diversos fatores, de ordem material e de ordem subjetiva. Numa perspectiva de estudos institucionais sobre participação política, vem sendo demonstrado que trajetórias sindicais, determinadas carreiras profissionais e/ou lugares hierárquicos, ao lado de recursos econômicos, constituem formas de capital político relevantes nessas rotas (ARAÚJO, 2006, p. 208).

A participação das mulheres não se tem traduzido em resultados favoráveis quanto à representação nos espaços de decisões políticas. A sub-representação das mulheres, tanto nos mandatos parlamentares como no poder executivo tem demandado estudos, principalmente, no campo da sociologia e da ciência política, pois essa realidade de sub-representação tem-se constituído em um desafio para as democracias ocidentais. Os homens permanecem majoritariamente nos cargos de poder de decisão no mundo.

A seguir abordaremos a questão da mulher e os partidos políticos, que são os canais formais de ingresso ao poder e após uma breve apresentação acerca da subrepresentação feminina a partir dos estudos realizados por Avelar (2001) e Araújo (2005).

2.4.1 As Mulheres e os Partidos Políticos no Brasil

Os partidos políticos são os canais formais de acesso ao poder representativo no Sistema Político da Democracia Representativa Ocidental, nesse sentido, os partidos são organizados com o objetivo de disputar eleições e chegar a esse poder. Seguindo esse raciocínio, obviamente a entrada num partido político é pré-requisito para intenção de

inserção no poder político legislativo ou executivo e o “*voto constitui a forma de escolher e legitimar a representação política*” (ARAÚJO²³, 2005).

Os estudos realizados por Araújo (2005) e Avelar (2001) acerca da representação política das mulheres e sua relação com os partidos políticos, têm apontado uma série de fatores que influenciam a ascensão política das mulheres aos cargos de poder. Nesse sentido, é necessário tecer algumas considerações:

Um primeiro aspecto a ser abordado é que historicamente, os partidos políticos permaneceram fechados à representação das mulheres. Os departamentos femininos fundados no período de transição democrática no interior dos partidos políticos de esquerda tornaram-se verdadeiros guetos de discussões femininas, como forma de desqualificar suas bandeiras de luta. As mulheres brasileiras acabavam de certa forma seguindo orientações de grupos feministas internacionais, o que se expressou numa “diversificação ideológica do feminismo” (AVELAR, 2000, p.20).

Araújo (2006) vai enfatizar que devido a interpretações teóricas feministas, baseadas principalmente na teoria do patriarcado produziram historicamente uma leitura negativa do poder institucional, identificando-o com o poder masculino e, portanto, algo que soava uma conotação negativa. Segundo a autora:

[...] Bebendo na fonte das teorias que conferem centralidade ao patriarcado como sistema de dominação, uma terceira vertente residia, e reside, na crítica ao poder institucional como expressão da dominação masculina, como algo estruturalmente carregado de negatividade, portanto, algo exterior e não desejável. Note-se que a referência simultânea ao passado e ao presente deve-se ao fato de que estamos tratando de um deslocamento de ênfase, mas não de concepções superadas.

Essas análises estão presentes nos estudos comparativos com o Brasil e os países escandinavos, desenvolvidos por Araújo (2001). Constatou-se que a Suécia (42,7%), a Dinamarca (37,4%), A Finlândia (36,5%) e a Noruega (36,4%) e suas respectivas porcentagens de representação feminina no parlamento ocupam os melhores índices mundiais de representação política das mulheres nas câmaras legislativas, a explicação para isso deve-se: em parte às políticas de cotas implementadas no país e que atingem todos os partidos políticos, como também, é comum nesses países a presença de uma tradição política de mulheres organizadas no interior dos partidos políticos e “uma cultura política bastante comprometida com um ideário ‘igualitário’”.

²³ ARAUJO, C. M. O. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. In: Revista de Sociologia e Política. Curitiba, v. 24, n. 24, p. 193-216, 2005.

Diferente dos países escandinavos os movimentos feminista e de mulheres no Brasil, se organizaram a margem dos partidos políticos, o que fortaleceu outras formas de participação que não tinha por objetivo a representação política, o que de certa forma, pode ter contribuído com a baixa representação política das mulheres. Ainda é possível afirmar que aspectos relacionados às desigualdades de gênero que se refletem nas práticas internas dos partidos, em parte, desfavorecem o acesso das mulheres à representação política.

Em relação a esse aspecto Godinho (1998) enfatiza que:

É evidente que a dinâmica da exclusão funda-se em desigualdades sociais que estão além dos espaços da política, sejam os partidos ou as dinâmicas eleitorais. Mas com certeza é fortalecida por meio de mecanismos que reproduzem internamente a hierarquia de gênero, determinando a valorização diferenciada de tarefas e papéis e estigmatizando as mulheres em espaços de poder considerados secundários. Assim, a maneira como se concretizam as relações partidárias e os mecanismos de seleção das direções, ao contrário de introduzir críticas a esta segmentação, a reforça (GODINHO, 1998, p. 29).

Isso porque, a atuação em postos de destaque na estrutura interna dos partidos demanda uma série de requisitos tais como: dedicação, experiências acumuladas no sentido de disputar e articular politicamente, tempo livre para exercício dessas atividades e para se inteirar da dinâmica da vida partidária. Requisitos esses que faltam às mulheres uma vez que seu tempo livre, geralmente é dedicado a assuntos familiares e domésticos. Nesse sentido, os valores culturais se tornam muito relevantes para explicar em parte, a baixa representação política das mulheres.

Com relação ao estímulo da participação e das vivências das mulheres nas instâncias partidárias é relevante destacar o perfil ideológico dos partidos e o tipo de comprometimento com a inclusão das mulheres, nesse sentido Avelar (2001) enfoca que:

A conclusão a que chegamos é que os partidos políticos organizados sob o princípio de classes, os partidos menores, alinhados à esquerda, é que incorporam, em maior proporção, segmentos representativos das mulheres. Uma explicação coincide com aquela de outros países: a de que é por meio de partidos com tais características que os movimentos de mulheres viabilizam suas demandas pela proximidade com os objetivos mais gerais desses partidos. Nos outros, constituídos pelas forças políticas do poder tradicional, é muito pequena a participação da mulher (AVELAR, 2001, p. 81).

Partidos como PT (Partido dos Trabalhadores) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), por exemplo, adotaram a iniciativa de implantação das cotas em suas instâncias de representação partidária no início da década de 1990. Essas iniciativas contribuíram para elevar a participação das mulheres em suas instâncias internas, como também têm

influenciado outros partidos a adotarem as cotas para representação de mulheres no interior de suas instâncias partidárias. Porém, a discussão acerca das cotas é uma questão polêmica que merece ser mais bem discutida.

Um outro aspecto a ser considerado e é de extrema importância ao abordar a representação política das mulheres diz respeito ao sistema eleitoral brasileiro. Não bastando, as dificuldades de ordem cultural, há as dificuldades relacionadas aos requisitos básicos de uma campanha eleitoral, portanto, são aspectos que ultrapassam as desigualdades de gênero e estão relacionadas ao sistema eleitoral brasileiro e às regras eleitorais.

As articulações políticas exercida pelos partidos em suas campanhas junto aos vários segmentos da sociedade podem se dar de diversas maneiras seja através da mídia, das organizações, sindicatos, etc. A eleição dos representantes pressupõe de antemão a filiação partidária e, portanto, a participação política de sujeitos envolvidos num processo eleitoral. Assim, também para se chegar à representação de classe exige-se uma articulação política junto a segmentos no interior da organização.

2.4.2 A permanência da Subrepresentação Feminina no Poder Legislativo Brasileiro

Araújo (2005) enfatiza que a participação política institucional das mulheres começa efetivamente a modificar-se a partir da década de 80, isso deve-se a fatores de ordem socioeconômica, como o aumento do índice de participação das mulheres no mercado de trabalho e o aumento na taxa de escolaridade. Mas, foi o processo de redemocratização que propiciou um crescimento substancial da presença feminina nas esferas de representação do poder legislativo. Ainda, no pleito eleitoral de 1986 houve um aumento substancial da presença das mulheres no poder legislativo, a presença das mulheres na câmara de deputados passa de oito para vinte e seis parlamentares femininas. Até 1994 esse crescimento se manteve. A baixa participação é constatada em comparação com outros países latino-americanos como a Argentina que em 1999 possuía 26,5% de mulheres no parlamento, ou ainda, Costa Rica 19,3%. Sendo que o Brasil se situava em octogésimo nono lugar na América Latina com 5,6% de mulheres eleitas para o parlamento em 1999.

De acordo com estudos realizados por Avelar (2001) comparando os vários países da América Latina e do Caribe, destaca que o Brasil encontra-se em uma posição intermediária na proporção alcançada pelas mulheres na elite política, com uma estimativa de 13% da média

geral de mulheres na política, em 1995. Portanto, verifica-se que o Brasil situa-se em uma média geral internacional, um contexto que tem se demonstrado desfavorável à representação política das mulheres.

Segundo dados do CEFMEA sobre as eleições de 2002, a realidade de sub-representação das mulheres continuam se expressando nos dados estatísticos: foram eleitas 8,19% de mulheres à câmara federal, enquanto foram eleitos 91,81% de homens, não chegando a representar 10% do total de candidatos eleitos. Diante da conquista formal dos direitos políticos das mulheres e de sua participação na vida política do país, nota-se que a paridade entre homens e mulheres no poder ainda é um desafio para a sociedade brasileira.

No contexto estadual, em Mato Grosso, no pleito eleitoral de 2002 houve um avanço no que diz respeito à representação política das mulheres à câmara federal, foram eleitas 25% de mulheres, o que configura uma representação alta se levarmos em consideração à média nacional 8,19%. Com relação ao contexto estadual, Avelar (2001) tem focado em seus estudos que a presença das mulheres varia entre os estados brasileiros, pois, é diversa a situação em cada estado, principalmente no que tange ao crédito de confiança da atuação política das mulheres, à estrutura dos preconceitos e a possibilidade de conseguir recursos econômicos para as campanhas, todos esses são aspectos a serem considerados ao analisar a inserção das mulheres aos cargos legislativos. A autora ainda destaca a necessidade de se realizar estudos e pesquisas em âmbito estadual para que se produzam conhecimentos acerca da situação política das mulheres, o grau de abertura política dos partidos às candidaturas femininas. Sem essas informações torna-se difícil as análises aprofundadas sobre a situação das mulheres em cada estado brasileiro (AVELAR, 2001:65).

Com relação à inserção das mulheres aos cargos de representação nos poderes legislativos e executivos, tanto nas esferas, federal, estadual e municipal é importante destacar o papel que os partidos políticos exercem, enquanto canal de acesso ao poder no sistema político identificado como Democracia Representativa Ocidental, que será abordado a seguir.

2.5 A implantação das cotas no Brasil e o debate em torno de sua natureza

As cotas para mulheres foram aprovadas após a Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing na China, ocorrida em 1995. Essa aprovação tornou-se uma realidade devido à participação da bancada feminina do Congresso Nacional que foi influenciada pelo contexto

da década de 90 e também por algumas experiências exitosas de implantação de cotas em outros países. Dentre um dos objetos da Conferência foi o debate em torno da temática do acesso ao poder. Perante o problema da sub-representação das mulheres nos espaços de poder, procurou-se propor a inclusão na legislação eleitoral brasileira de um artigo que estabelecesse cota para mulheres nas candidaturas ao legislativo. Segundo Araújo (2001) apesar das polêmicas e debates trazidos em virtude da aprovação das cotas em outros países, a trajetória de aprovação das cotas no Brasil não foi acompanhada por grandes polêmicas:

Ao se refazer esse percurso através de pesquisas, constatou-se que, como proposta, a cota não chegou a mobilizar setores mais amplos da sociedade ou mesmo o movimento feminista, predominando, em geral, uma posição de interrogação acerca de sua natureza e viabilidade. No processo preparatório à IV Conferência de Beijing, em 1995, o tema foi objeto de análise, ocupando, entretanto, lugar residual entre as propostas indicadas nos relatórios resultantes dos encontros feministas. Naquele período, a política de cotas assumia um caráter ambíguo para os movimentos sociais de mulheres: ao mesmo tempo que era vista como algo inovador, havia reservas quanto à sua eficácia e natureza (ARAÚJO, 2001, p. 8).

Miguel (2001) também retrata um pouco do cenário de aprovação das cotas no Brasil, enfocando que:

Ao final do século 20, ao menos no mundo ocidental, a paridade dos sexos na representação política já era quase unanimemente vista como um objetivo justo. O Brasil serve de exemplo. No momento em que foi proposta a adoção de quotas de candidaturas (culminando na aprovação da lei nº 9.100/95), ouviram-se manifestações contra a medida específica, mas *nenhuma* voz significativa se elevou contra a meta de gerar uma representação política mais paritária. Embora continue presente nas práticas partidárias, a defesa da exclusão das mulheres já saiu do campo do discurso político (MIGUEL, 2001, p. 256).

A reserva de vagas entrou em vigor desde 1996 através da Lei 9.100/95 que assegurava por partido ou coligação um percentual de 20% para candidatura de mulheres às câmaras municipais. No ano seguinte em 1997, após a experiência eleitoral de cotas no âmbito legislativo municipal entra em vigor a Lei 9.504/97, assegurando uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para candidaturas de cada um dos sexos que se estende para a câmaras dos deputados, assembleias legislativas estaduais e câmara distrital no legislativo.

Araújo (2001) classifica as cotas voltadas para as mulheres em dois tipos:

[...] as aplicadas pela legislação e as adotadas por iniciativa dos partidos políticos. Em relação às primeiras, encontram-se aquelas que incidem sobre o processo

eleitoral, isto é, sobre as listas que os partidos irão apresentar para concorrer – um percentual mínimo de reserva das vagas dos concorrentes para as mulheres ou para cada sexo, ou ainda, através da paridade, como na legislação francesa recentemente aprovada; e existem as cotas que se aplicam diretamente ao parlamento, via a reserva de assentos a serem ocupados pelas mulheres (ARAÚJO, 2001, p. 03).

Com relação às cotas aplicadas como reserva de assento parlamentar para mulheres, Araújo (2001) observou que houve uma inserção substancial de mulheres aos cargos de poder, porém, essa iniciativa é considerada como uma expressão do conservadorismo e não uma expressão do poder das mulheres. No caso de Bangladesh e outros países da Índia, o procedimento de reserva especial no parlamento implicou o reforço da imagem da mulher em sua incapacidade de ocupar maior espaço na política, entretanto, culminou no aspecto simbólico em uma “representação protegida”.

Já as cotas como iniciativa dos partidos são geralmente introduzidas com a finalidade de ampliar a participação das mulheres nas direções internas. Essas iniciativas deram-se inicialmente a partir dos partidos de esquerda, ocorrendo após o que Araújo (2001) denomina de “efeito-contágio”, sendo que essa iniciativa também passa a ser adotada pelos partidos de direita. Isso porque há no mínimo o reconhecimento do potencial do eleitorado feminino. Pois, segundo Miguel (2001) “embora continue presente nas práticas partidárias, a defesa da exclusão das mulheres já saiu do campo do discurso político legítimo”.

Araújo (2001) conclui que embora os dados disponíveis não permitam conclusões definitivas o resultado da política de cotas não se tem demonstrado muito favorável. Porém, com relação às candidaturas o balanço é parcialmente positivo, pois, elevou o número de candidaturas femininas, embora os impactos eleitorais sejam inócuos. Nesse sentido, é necessário trabalhar com a multiplicidade de causas ao analisar o impacto das cotas. Implica em considerar diversas dimensões analíticas, que vão desde antecedentes da exclusão histórica das mulheres e suas trajetórias marcadas pelas relações de gênero, como também, as condições sócio-econômicas, os fatores que também interferem no processo eleitoral, como o tipo de sistema eleitoral, mais especificamente a lista eleitoral, a cultura política, além da própria característica da lei de cotas aprovada no país.

De maneira geral, as cotas eleitorais para as mulheres têm sido definidas como “políticas de ações afirmativas” (ARAÚJO, 2002; AVELAR, 2001). A discussão sobre essas políticas, ganha força num contexto em que há o enfraquecimento de projetos políticos alternativos à ordem do Capital e em contrapartida começam a se firmar as demandas a partir

do reconhecimento das “identidades”. Essas demandas consistem em afirmar grupos historicamente discriminados ou excluídos do acesso a bens de consumo, como também nos espaços de decisões políticas, como é o caso das mulheres (ARAÚJO, 2002). Portanto, a discussão em torno das cotas está relacionada à noção de justiça:

Muitas situações de injustiça e exclusão não foram definidas com base no sujeito individual, mas no “pertencimento coletivo” – físico ou social – de determinados conjuntos de indivíduos: ser mulher, ser negro, entre outros. Justiça, nesse sentido, passa a significar também direito de “ser” ou de “pertencer a”, de reconhecimento de diferenças culturais, sexuais, religiosas, ultrapassando a sua identificação com a igualdade social e as condições materiais (ARAÚJO, 2002, p.146-147).

As cotas trazem à dimensão do reconhecimento da identidade, porém, enquanto estratégia feminista de reivindicação por representação das mulheres nos espaços de poder possui muitos e diversos significados, portanto, trata-se de um assunto polêmico. Miguel (2001) versa sobre a polêmica expondo os argumentos utilizados para justificar a ampliação da presença das mulheres no parlamento. Um primeiro argumento refere-se ao fato de ser quase que intuitivo, em que procura demonstrar a disparidade entre homens e mulheres, onde não pode estar certo que cerca de metade da população mundial seja representada por apenas 5% de membros no congresso. Outro argumento está relacionado à “política do desvelo”, que segundo o autor trata-se de um argumento essencialista ligado ao “pensamento maternal” em que defende a idéia de que a presença das mulheres no parlamento traria um aporte diferenciado à esfera pública, por estarem acostumadas aos cuidados com os outros. Nessa perspectiva, as mulheres seriam capazes de trazer aos embates políticos uma valorização da compaixão, da solidariedade e da paz.

Araújo (1999) define três argumentos para se pensar nas estratégias de cotas na política: o primeiro baseado na noção de justiça, a noção da diversidade e tolerância e os argumentos que defendem a existência de interesses comuns às mulheres. O argumento baseado na justiça reconhece as cotas como uma reparação em virtude da segregação das mulheres dos espaços de poder, nessa perspectiva as cotas podem promover iniciativas para reverter esse quadro. A tese que defende a diversidade e a tolerância acredita na idéia que a presença da mulher irá enriquecer a vida política. O argumento centrado na categoria do interesse das mulheres considera a existência de valores e práticas políticas das mulheres que poderão ser trazidos para a arena do poder, modificando o jeito masculino de se fazer política.

A discussão em torno das cotas está relacionada a aumentar a presença das mulheres nos espaços da política formal, levantando aspectos centrais da política em geral e da política feminista. Os argumentos menos entusiastas alertam sobre o risco do essencialismo contido nas justificativas para ampliar a representação das mulheres e seus efeitos à medida que se constrói uma visão cada vez mais dominante da política no sentido de afirmar as perspectivas particulares que se encerra em indivíduos com identidades homogêneas, estáticas e essenciais. Nesse sentido, Miguel (2001) problematiza essa questão:

Parece que as mulheres, apenas por serem mulheres, terão sempre interesses idênticos. Contra isto, há o fato de que os indivíduos ocupam, ao mesmo tempo, diferentes “posições de sujeito”, cujas pressões são variadas e, por vezes, contraditórias (por exemplo, mulher, negra, mãe, trabalhadora manual, evangélica, consumidora de determinado tipo de produtos, usuária de determinados serviços e moradora da periferia). [...] Além do mais – e este é um dos pontos fortes da argumentação por uma “política de idéias”, atenta à plataforma dos representantes, e não às suas características individuais –, pertencer a um grupo não significa expressar suas demandas. Mulheres candidatas não precisam ter comprometimento com a questão feminina, e muitas vezes não têm. Enfim, é questionável a própria noção de que existem interesses objetivamente identificáveis, ligados às posições sociais. As mulheres podem discordar, como de fato o fazem, sobre quais são os seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar (MIGUEL, 2001:264).

Nessa mesma perspectiva, Htun (2001) questiona se o maior número de mulheres no poder implicaria em mudanças nas políticas públicas? Segundo a autora, não é possível afirmar que o maior número de mulheres no poder facilitaria a aprovação de leis novas que beneficie a todas as mulheres. Isto porque, existe em primeiro lugar a fidelidade e a disciplina partidárias. A disciplina partidária muitas vezes, impede que mulheres de diferentes partidos se unam a partir de interesses relacionados ao sexo feminino e, em segundo lugar as questões de igualdade ou discriminação sexual não são prioridades entre as mulheres que se elegem. Até porque praticamente ninguém faz campanha baseada apenas na plataforma de luta exclusiva das mulheres.

Segundo Araújo (2002) foi Phillips que pensando especificamente na questão da representação política irá identificar um processo de deslocamento em que as “políticas de idéias” centradas na afirmação ideológica cedem lugar à “política de presença”, baseada na figura de *quem* representa, portanto, essa figura torna-se elemento mais importante que as idéias. Esses deslocamentos devem ser acompanhados da necessidade de se incorporar dimensões coletivas e o risco de se abandonar dimensões políticas importantes relacionadas às questões materiais e ideológicas (ARAÚJO, 2002, p. 147).

Nesse sentido, deve-se atentar para a importância de aliar a questão da identidade feminina aos projetos coletivos da sociedade. Portanto, a mulher não deve ser eleita ou concorrer a uma eleição somente pelo fato de ser mulher, mas há a necessidade de se aliar a identidade feminina a capacidade de comando e liderança de determinado setor da sociedade. O que realmente deve ser questionado é a natureza do grupo político ao qual essa liderança pertence. Nessa perspectiva, é interessante analisar as trajetórias políticas das mulheres na tentativa de compreender sua ascensão política e chegada ao poder com objetivo de contribuir com a reflexão acerca da necessidade de representação política das mulheres.

2.6 O que os estudos sobre mulher e política têm abordado

AVELAR (2001:87) coloca que estudos²⁴, sobretudo realizados na década de 50 e 60 têm reafirmado a tese do apoliticismo das mulheres. Brito (2001) também aponta que os estudos sobre mulher e política produzidos entre as décadas de 50 e 60, sobretudo, o estudo pioneiro de Maurice Duverger (1955) serviu de referência básica para interpretações calcadas em análises de dados de comportamento eleitoral, participação partidária, representação parlamentar e sondagens de opinião, que demonstravam a imagem da mulher dedicada ao lar e afastada da política. Tais interpretações reforçavam a permanência de uma concepção tradicional de participação da mulher, pertencente ao domínio familiar e privado e do homem ligado ao domínio da atividade pública, e, portanto, da participação política.

Araújo (2001) discute que mais recentemente, sobretudo, a partir da década de 70 com a emergência do “feminismo radical” e o surgimento de sociólogos e cientistas políticos comprometidos com a perspectiva feminista têm propiciado uma leitura crítica da produção existente. Tais estudos vêm demonstrar que muitas interpretações são passíveis de controvérsia, em particular as análises que tratam da dimensão e da natureza das diferenças de gênero na participação política.

Os estudos que abordam a relação “mulher” e “política” a partir de uma perspectiva de gênero vêm desmistificar afirmações de ordem naturalistas, que justificam a existência de lugares sociais previamente identificados como femininos e masculinos. Brito (2001) enfatiza

²⁴ BERELSON, LAZARFELD e MACPHEE (1954), CAMPBELL (1960) e de ALMOND e VEGAS (1963) em suas análises sobre comportamento político feminino retratam que as mulheres possuem pequeno interesse pela política e um baixo senso de eficácia política, carentes de qualquer sofisticação intelectual no sistema de crenças. AVELAR, L. Mulheres na elite política brasileira. SP: F. Konrad Adenauer, Editora UNESP, 2001, pág. 87.

que os estudos que incorporam a perspectiva de gênero em suas análises, tem priorizado interpretações que buscam compreender a interação entre masculino e feminino na totalidade da vida social, contrariando os enfoques que procuram mostrar a incompatibilidade da mulher com a vida pública.

Considerado um estudo de relevância sobre a participação das mulheres brasileiras, a obra pioneira, “Mulher e Política” das autoras Fanny Tabak e Moema Toscano publicada em 1982 traz uma reflexão sobre a ausência das mulheres na política formal. Afinal, a “mulher é um animal político?”. A partir dessa indagação as autoras procuram encontrar motivos que expliquem a ausência da participação política das mulheres brasileiras.

O que chama atenção é o fato das autoras abordarem a cultura política das mulheres na década de 1980 e correlacionar com o contexto eleitoral brasileiro da época. Segundo as autoras, há no Brasil uma falta de tradição democrática e de participação feminina no poder e isso se reflete em atitudes negativas tanto de homens e principalmente das mulheres, no que diz respeito aos cargos de exercício de poder, eletivo ou de representação:

(...) nas associações de classe e nos sindicatos é baixa sua participação, até mesmo naquelas categorias profissionais em que o contingente feminino é majoritário, como é o caso do magistério primário e secundário, das costureiras e alfaiates, das operárias em indústrias têxteis e de alimentos etc. (TABAK & TOSCANO, 1982, p. 64).

A citação acima revela uma questão importante sobre o exercício de poder pelas mulheres, pois, mesmo em espaços onde elas são presença massiva quem exerce o poder é um homem. Com relação à representação política das mulheres no poder legislativo e executivo é importante ressaltar que os estudos feministas vêm trazendo relevante contribuição pelo fato de abordar a “não-presença das mulheres nas instituições políticas clássicas de poder representativo”.

Essas análises vão para além da simples relação a respeito da assimetria entre os sexos, procura-se sair da abordagem desse problema como individual para uma abordagem do problema para a esfera social em que o “lugar da mulher” na estrutura econômica, familiar e cultural está “relacionado com os valores e atitudes predominantes em relação ao gênero, ou seja, como problema coletivo envolvendo a construção e a natureza da democracia” (ARAÚJO, 2006).

É fato que a subrepresentação feminina das mulheres nos espaços de poder tem sido cada vez mais objeto de estudos das Ciências Sociais, pois, trata-se de um fenômeno que atinge a maioria dos países, portanto, diz respeito a um fenômeno em escala mundial. Os

determinantes para permanência dessa desigualdade estão cada vez mais sendo enfocados nesses estudos.

Bourdieu e suas tem sido cada vez mais utilizados para explicar o fenômeno de subrepresentação feminina. Em “A Dominação Masculina”, Bourdieu (2005) enfatiza que as instituições são habitadas por sujeitos, portanto, não são apenas estruturas materiais que a sustentam, mas antes de tudo são as estruturas “espirituais” que as fazem existir.

Parte-se da idéia, de pensar que as estruturas espirituais produzem efeitos reais. As estruturas espirituais de uma instituição são os valores, os comportamentos e o habitus produzidos e reproduzidos e que estão situados no terreno do simbólico. Bourdieu (2005) define de forma brilhante essa questão, ao esclarecer que o simbólico não é algo oposto ao real, ao efetivo. Ao abordar a violência simbólica, Bourdieu (2005) refuta a idéia de que esta seria apenas uma violência espiritual e que, portanto, não produziria efeitos na vida real. Longe de fazer oposição entre violência física e violência simbólica ou de dar mais importância à segunda, o que o autor procura explicitar é que esta última produz resultados reais, enfocando, sobretudo, o caráter da “*objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação*”:

Ora, longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas [...] pelo contrário [...] elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igrejas, Escola e Estado (BOURDIEU, 2005, p. 46).

Bourdieu (2005) nos fornece as reflexões necessárias para compreender o papel das instituições na educação política de seus quadros. Este tem sido um trabalho que mantém historicamente as instituições e juntamente com elas, costumes, comportamentos e valores que se materializam na sociedade, constituindo-se em estruturas de dominação e poder. Pois, o poder de uma instituição ou organização pode ser avaliado a partir da influência que ela exerce sobre as pessoas.

CAPÍTULO III

A PRESENÇA DAS MULHERES NO PODER EM MATO GROSSO: TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS, POLÍTICAS, CONSCIÊNCIA DE GÊNERO E ATUAÇÃO PARLAMENTAR

“Quando emprego as palavras “mulher” ou “feminino” não me refiro evidentemente a nenhum arquétipo, a nenhuma essência imutável; após a maior parte de minhas afirmações cabe subentender: no estado atual da educação e dos costumes. Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência feminina singular”.

Simone de Beauvoir.

3. Breve Panorama acerca da Representação Política das Mulheres no estado de Mato Grosso.

Neste primeiro item apresento um breve panorama sobre a representação política das mulheres a partir de pesquisas realizadas junto aos arquivos do Instituto Memória do Poder Legislativo do estado de Mato Grosso, com objetivo de introduzir o cenário, no qual nossas entrevistadas “as mulheres que ocupam cargos de representação política em âmbito estadual e federal” estão inseridas.

O estado de Mato Grosso foi criado em 1977, através da Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro, sendo sancionada pelo Congresso Nacional. A divisão do estado, portanto, ocorreu ainda no período da ditadura militar no Governo de Geisel constituindo-se em parte como estratégia de colonização e desenvolvimento da região centro-oeste do país. Mato Grosso dividiu-se em duas faixas territoriais: sua parte sul passou a constituir-se num novo estado da federação denominado Mato Grosso do Sul e conservou-se o norte do antigo território com a denominação histórica de “Mato Grosso” (SIQUEIRA, 2003:34).

Historicamente a presença das mulheres na representação política do estado foi inexpressiva. Ao longo de quase trinta (30) anos de existência do estado, o número de mulheres eleitas para as três casas legislativas (Câmara Federal, Assembléia e Senado) foi apenas oito. Recentemente, em 2003 uma delas foi eleita para o Senado Federal.

Mesmo com o início da abertura política em 1979 e o restabelecimento da democracia no Brasil, que se consolida em 1988, nota-se que no estado de Mato Grosso, pós-divisão, a realidade da representação feminina na legislatura estadual é pouco significativa, conforme demonstra tabela abaixo.

Tabela 1 – Total de Mulheres e Homens eleitos para Assembléia Legislativa de Mato Grosso Pós-divisão (1979-2007).

Mandato Eleitoral	Total de Mulheres Eleitas	Total de Homens eleitos	Total de Eleitos
1979-1983	01	23	24
1983-1987	00	24	24
1987-1991	01	23	24
1991-1995	01	23	24
1995-1999	02	22	24
1999-2002	01	23	24
2003-2007	01	23	24

Fonte: Instituto Memória do Poder Legislativo de estado de Mato Grosso. Elaboração Própria.

Em 1979 foi eleita a primeira deputada estadual para a Assembléia Legislativa para a primeira legislatura após a divisão. A primeira mulher a ser eleita deputada estadual em Mato Grosso foi Sarita Baracat, bacharel em direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, bacharel em Estudos Sociais pela Universidade Federal de Goiás, foi eleita pela ARENA. A eleição de outra mulher à assembléia legislativa se dará na transição democrática na legislatura 1987-1991, onde é eleita a enfermeira Tahís Bergo Duarte Barbosa pelo PMDB. Cabe ressaltar que no período de restrição de liberdades democráticas imposta pela ditadura militar, imperava o bipartidarismo composto pela ARENA, partido ligado aos setores mais conservadores da ditadura e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro, ou seja, o único partido autorizado pela ditadura nos períodos do golpe.

Em 1991 uma única mulher foi eleita a deputada estadual, a professora universitária Serys Marly Silhessarenko pelo PT – Partido dos Trabalhadores, que tinha forte atuação na área de educação. Somente na legislatura seguinte em 1995 que o número de candidatas eleitas aumenta, ainda que timidamente, com a reeleição de Serys e a eleição de Zilda Pereira Leite de Campos pelo PDT – Partido Democrático Trabalhista. Na legislatura de 1999-2002, volta-se a ter apenas uma deputada na Câmara Estadual de Mato Grosso, pois, somente Serys Marly é reeleita. Na legislatura 2003-2007 é eleita apenas a professora Vera Araújo, mais conhecida como Verinha Araújo pelo PT – Partido dos Trabalhadores.

No tocante à representação de mulheres à Câmara Federal houve um avanço em relação à eleição para os cargos de deputada federal no último mandato de 2003-2007. Conforme tabela abaixo:

Tabela 2. Total de Mulheres e Homens eleitos para Câmara Federal de Mato Grosso (1995-2007).

Ano da Eleição	Total de Mulheres Eleitas	Total de Homens Eleitos	Total de Eleitos
1995-1999	01	06	07
1999-2003	02	05	07
2003-2007	03	04	07

Fonte: Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso. Elaboração Própria.

A tabela acima evidencia que somente em 1995 é que se elege a primeira deputada federal por Mato Grosso pelo PMDB. Aparecida Maria Borges Bezerra, conhecida como Tete Bezerra é a primeira mulher eleita para representar a Câmara Federal por Mato Grosso. Na legislatura seguinte (1999-2003), ela é reeleita para exercer seu segundo mandato. Para esta legislatura, também é eleita a professora Celcita Pinheiro, pelo então PFL – Partido da Frente Liberal.

Para a legislatura seguinte (2003-2007) foram eleitas o maior número de deputadas federais da história de Mato Grosso, três mulheres: Tete Bezerra (PMDB), Celcita Pinheiro (DEM-PFL) e Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira (PSDB). Cabe destacar que nenhuma dessas mulheres havia se candidatado a outros cargos e em sua primeira candidatura para a legislatura federal são eleitas. Outro fato marcante dessa legislatura é a eleição de Serys Marly Shlessarenko(PT) para o Senado, sendo a primeira mulher a ingressar no senado por Mato Grosso. Em âmbito federal, a senadora Serys tem uma trajetória diferenciada, exerceu três mandatos de deputada estadual e teve forte atuação no âmbito dos movimentos sociais, particularmente, nos movimentos sociais em favor da educação pública no estado.

Na história política de Mato Grosso, considerando o período a partir da divisão do estado (1979), percebe-se que o número de mulheres eleitas para a Câmara Estadual e Federal foi sempre pequeno, no caso da Câmara Federal na legislatura 2003-2007 foi uma excepcionalidade até o momento. Uma parcela dos estudos sobre mulher e política tem se dedicado a compreender os motivos dessa baixa presença feminina na esfera da política institucional.

Em geral, os estudos apontam os determinantes que dificultam a ocupação dos espaços de poder pelas mulheres, que de acordo com Pinheiro (2007) está relacionado a vários fatores

como a resistências e preconceitos presentes nas organizações partidárias, também ao acesso seletivo aos recursos econômicos e sociais e aos papéis de gênero e à socialização diferenciada que, por meio da formação educacional e da cultura dominante, não favorece a preparação da mulher para a disputa política e para o exercício do poder.

O presente estudo traça o caminho inverso, pois, parte da “presença” e não das “ausências” das mulheres nos cargos institucionais. Portanto, os sujeitos da pesquisa são as mulheres da elite política mato-grossense, que a partir de seus depoimentos nos revelaram suas trajetórias de ingresso ao poder.

3.1 Perfil das parlamentares Mato-grossenses

Neste item do capítulo, faço uma breve apresentação biográfica das parlamentares mato-grossenses que narraram suas trajetórias de vida para a pesquisa que fundamentou a presente dissertação. No mandato eleitoral de 2003-2007 foram eleitas em Mato Grosso cinco parlamentares: sendo uma senadora, três deputadas federais e uma deputada estadual. Em nível federal, a eleição dessas mulheres marca essa legislatura como aquela que elegeu o maior número de mulheres representantes em toda a história de Mato Grosso.

De fato essas trajetórias não devem ser compreendidas isoladamente, de maneira estanque, pois, as histórias individuais são, sobretudo, condensados da história social. Para tanto, adoto duas formas de exposição. Nesse segundo item, traço uma breve biografia das entrevistadas a partir dos depoimentos de sua socialização, escolarização e profissão. Procuramos preservar seus depoimentos sobre as trajetórias educacionais e profissionais em virtude da riqueza das narrativas de nossas entrevistadas.

No terceiro item utilizo os depoimentos das entrevistadas para tecer análises sobre a vinculação político-partidária e suas trajetórias de ingresso ao poder, tratando também, em subitens as candidaturas e as eleições, as relações de gênero no partido e suas experiências parlamentares.

3.1.1 Breve Biografia das entrevistadas

3.1.2 Serys Marly Slhessarenko – Senadora pelo PT (mandato 2003-2007).

Serys Marly Slhessarenko nasceu em Cruz Alta, no estado do Rio Grande do Sul. É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso e licenciada em Pedagogia pela mesma universidade. Mestre em educação pela PUC do Rio de Janeiro e professora do Ensino Superior. Exerceu por três vezes o mandato de deputada estadual em Mato Grosso e em 2003 se elegeu senadora por Mato Grosso pelo PT – Partido dos Trabalhadores e permanecerá no mandato até 2010. É divorciada e tem quatro filhos.

Seus primeiros anos de alfabetização foram em casa devido a um problema grave de saúde na coluna. Não podia andar e, portanto, até os 11 anos de idade não podia freqüentar a escola. De origem rural, seus pais eram quase analfabetos e sua mãe foi sua primeira professora que lhe tomava lições de tabuada. Sua alfabetização foi em casa, com professoras que mal sabiam escrever o nome. Foi para a escola com doze anos de idade e ingressou diretamente na terceira série em função de realizar provas de aproveitamento, desde então, nos relatou que não teve problemas na escola.

As dificuldades encontradas na escola foi relativo ao acesso. Pelo fato de morarem na zona rural o trajeto a percorrer para ir a escola era muito longo. Então, por muitas vezes, tinham que ficar em casa de parentes. Nos relatou que foi muito difícil para continuar os estudos, pois, para pegar o ônibus para ir à escola, tinham que percorrer cerca de cinquenta quilômetros. Nesse trecho, a mãe levava de charrete com frio, com chuva, de qualquer jeito. Em função dos sacrifícios de sua mãe, ela e todos os seus irmãos são pós-graduados:

E durante a semana, ou durante um mês inteiro, a gente tava lá na cidade: eu primeiro, e depois meus irmãos, porque eu sou a mais velha (eu tenho três irmãos homens), aí, ela (minha mãe) sempre andava comigo. Meu pai falava: “Ah não, tem que trabalhar!” E a minha mãe dizia: “não, tem é que estudar!” Tanto é que todos os meus irmãos são pós-graduados (eu tenho um irmão engenheiro agrônomo, um engenheiro florestal e um engenheiro civil), dois deles já fizeram mestrado e doutorado, e o agrônomo só fez especialização. Dois são professores na Universidade Federal de Mato Grosso. Eu sou a mais velha, então a satisfação de ver a gente estudar. Foi muito, mas muito difícil, a gente sempre estudou em escola pública, e sempre nos saímos muito bem. Mas muito bem. A gente estudava, e não demos trabalhos pra eles (os pais) não. Mas a minha mãe foi uma heroína.

Com relação ao fato de ter sofrido algum tipo de discriminação na escola Serys nos relata que na infância não se lembra de ter sofrido discriminação, porém, quando fez

vestibular e ingressou para o curso de direito começou a enfrentar dificuldades. Eram pouquíssimas mulheres, de sessenta alunos, eram apenas oito ou dez mulheres. Relata-nos que “naquela época, era uma situação complicada”, pois, nessa fase de sua formação foi discriminada “porque vivia aparecendo grávida”. O relato a seguir demonstra essa situação:

No curso de Direito, eles viviam brincando comigo, dizendo que iam me dar o diploma de “mãe do curso”, porque eu parei um ano o curso. Fiquei cinco anos e “só tive quatro filhos”, durante os cinco anos (risos), só um ano não tive filho, então tinha muita dificuldade. Aquele barrigão. Nunca me era permitido, de jeito nenhum, fazer prova em outro horário. Me lembro de uma prova, no curso de Direito, que foi dia 22 de Novembro, e o meu nome é com “S”, e o professor era muito rigoroso, ele dividia em dois grupos no dia de prova. Pra não colar, pra evitar a cola, e então dividia a turma: 30 e 30. 30 das 7 às 9:30 h de 9:30 às 11 h. Eu sou “S”, e cheguei às 6 horas da tarde, lá no Colégio Estadual, a barriga tava enorme, tanto é que, no outro dia às 7 da manhã, ela nasceu. E eu cheguei às 6 horas, com a perna inchada, a barriga muito grande, caminhava até não sei quanto, até o centro da cidade, pegava uma Kombi lotação, na época não tinha ônibus, e pedi pra fazer a prova das 7 às 9 h, porque eu não tava agüentando aquela barriga, muito grande, tava apertada, pedi pra deixar, pedi pra deixar, ele não deixou. O problema era meu. Aí eu fiquei lá, sentada mais duas horas até as 9 h. Fiz a prova correndo, porque eu estava realmente numa dificuldade. [...] No mês anterior eu tinha tirado 4 nessa disciplina, o professor era rigorosíssimo. Eu tinha estudado muito. Eu precisava de média 7. Então eu tinha que tirar 10. Porque ia nascer o neném e como é que eu ia fazer a prova oral? Aí ele falou que não, eu fiz a prova e ele me deu 9,5 e arredondou pra baixo. Então eu tive que ir pra prova oral. Fui pra prova oral, fiz, eu acho, que em uma semana, dois dias, tinha nascido o neném. E eu fui lá, fazer a prova oral, porque senão eu tava reprovada. Então, é uma situação bem complicada. Aí, eu acho que era uma discriminação total sobre essa questão de você ser mulher, entendeu? [...] Você é tratada como se não tivesse parindo ali um filho. Todo mundo tava vendo, entendeu? Então, não tinha porque ser tratada daquele jeito. Eu não podia esperar pra fazer a prova mais tarde. Ou então... sei lá, alguma coisa. Mas não, era tratada absolutamente igual, ninguém tinha...

3.1.3 Aparecida Maria Borges Bezerra (Tete Bezerra) – Deputada Federal pelo PMDB (mandato 2003-2007)

Aparecida Maria B. Bezerra conhecida como Tete Bezerra nasceu em Pirajuí-SP. Veio para Rondonópolis, estado de Mato Grosso, com a família na década de 1960. Possui o curso técnico em enfermagem e não chegou a concluir o curso de Pedagogia. Casou-se em 1976 com o então deputado do MDB Carlos Bezerra (atualmente é deputado federal) um grande nome da política mato-grosense. Filiada ao PMDB, foi primeira dama do estado de Mato Grosso e presidiu a PROSOL (Promoção Social) em 1986 por ocasião da eleição de seu

marido (PMDB) a governador. Foi a primeira deputada federal eleita pelo estado de Mato Grosso no mandato de 1995-1999 e, posteriormente reeleita por mais dois mandatos: 1999-2003, 2003-2007. Tem uma filha.

Fez o ensino fundamental em escola pública e cursou o segundo grau em um colégio particular em Lins-SP. Era um colégio interno feminino considerado da elite. Por ser a caçula e ter uma diferença grande de idade em relação à sua irmã e irmão, conta que foi a mais privilegiada, pelo fato de sua família estar estruturada economicamente nessa fase de sua educação.

Também relata que começou a ser alfabetizada em casa por uma prima sua e que nunca teve problemas em sua trajetória escolar. A figura da mãe é muito lembrada como incentivo para estudar:

Fui muito estimulada e incentivada pela minha mãe. Minha mãe sempre foi uma figura muito importante na família, [...] pela dedicação dela sempre foi o eixo da família e ela é uma mulher extremamente guerreira. Ela na infância dela era uma mulher numa família de doze irmãos e ela acabou durante a vida dela tendo que ficar dedicada à família e aos irmãos. [...] A minha mãe fazia todo o provimento da família, planejava, decidia e não tinha essa história de ter discriminação, eu e meus irmãos, porque na verdade tinha uma diferença de idade grande, pela minha mãe ter que sempre prover a família eu acabei sendo também criada pela minha irmã com onze anos de diferença, então minha irmã quando adolescente, treze e catorze anos ela tinha incumbência de mim. Minha mãe saía pra trabalhar, eu sempre conheci minha mãe trabalhando, minha mãe sempre foi uma trabalhadora, ela foi funcionária pública, ela trabalhava como atendente em posto de saúde de periferia no interior de São Paulo. [...] Meu pai foi doente e não conseguia prover a família, ela acabou tomando a iniciativa, [...] meu pai acatava as decisões, confirmava todas as decisões que ela tinha, ele apenas era aquele que endossava. Não havia essa história de discriminação entre filho, porque em casa é só um menino, duas mulheres e um homem, então não havia isso, nunca teve.

Tete Bezerra nos relata que na década de 1970 em Rondonópolis-MT só havia duas opções para a educação: “ou você fazia escola normal e ia ser professora ou você ia fazer curso de contabilidade”, mas, “as mulheres eram mais induzidas a fazer a escola normal que seria o curso de professora primária, curso técnico de professora primária e os homens mais nas áreas das ciências exatas, na matemática”. Em virtude disso, foi estudar em São Paulo em um colégio interno feminino em Lins, com a pretensão de se preparar para o vestibular de medicina. No colégio interno feminino que estudou em Lins-SP, Tete nos conta como se dava a educação de meninos e meninas:

Lá as meninas ficavam num internato e meninos em outro internato. Faziam o curso juntos, mas ficavam alojados em locais diferentes. Era um colégio interno feminino, nós só tínhamos atividades com os meninos na atividade curricular normal, então

pela manhã nós íamos num local onde tínhamos aula, você ficava livre no restante do dia. Em todas as outras atividades extracurriculares que nos tínhamos no internato eram só as meninas, por exemplo, chegava ao final do semestre tinha lá os jogos de encerramento, eram só as meninas que jogavam vôlei contra os meninos. Ai sim tinha tudo junto, os meninos e as meninas todos num local só as atividades esportivas, mas era só no final de semestre só nos campeonatos que a gente tinha isso. Durante o ano era só entre nós, o vôlei era só entre nós, a natação nas vezes que nós tínhamos natação, tinha os dias das meninas e tinha os dias dos meninos. Nós não íamos na piscina no mesmo horário que os meninos, íamos em horários separados: segunda, quarta e sexta os meninos. Terça, quinta e sábado as meninas. Tinha a piscina, era uma só do colégio só que era utilizada em horários diferentes, dias diferentes.

Com relação ao fato de ter sido discriminada em sua infância ou notar se havia discriminação de gênero, Tete nos relata que o colégio em que estudava era presbiteriano, portanto, “com uma visão um pouquinho mais liberal”. Porém, nos relata que em colégios católicos a questão da sexualidade era bastante reprimida:

Eu tinha amigas que estudavam, por exemplo, em colégios de freiras que era um horror. As meninas não podiam tomar banho sem calcinha num colégio de freira, aquela ignorância, você só fechada no banheiro. Você não pode tomar banho sem calcinha! Porque nos vestiários dos banheiros tinham os boxes dos chuveiros e mesmo ali, mesmo no boxe de porta fechada, você tinha que tomar banho de calcinha.

3.1.4 Celcita Rosa Pinheiro da Silva – Deputada Federal pelo DEM-PFL (mandato 2003-2007)

Celcita Pinheiro nasceu em Santo Antonio do Leverger-MT. Terminou o curso de normalista em 1962, sendo a primeira professora de Santo Antonio do Leverger a freqüentar a escola normal Pedro Celestino em Cuiabá-MT. Graduou-se em História pela Universidade Católica Dom Bosco e fez especialização em História de Mato Grosso. Casou-se em 1964 com Jonas Pinheiro (PFL) que atualmente exerce o mandato de Senador por Mato Grosso. Foi deputada federal por Mato Grosso durante dois mandatos (1999-2003 e 2003-2007). É filiada ao PFL desde 1982. Logo após o termino de seu mandato assumiu a Secretaria de Bem-Estar Social do município de Cuiabá-MT. Tem dois filhos.

Nos relatos sobre sua infância está muito presente a figura dos pais, enquanto principais estimuladores dos estudos. Conta que seus pais foram quase analfabetos e para aquela época (1950) eram muito avançados, trabalhavam apenas para educar os filhos. Em

uma família de sete irmãos, todos estudaram e todos cursaram nível superior. O pai era pedreiro e a mãe era doméstica.

Estudou em Santo Antônio do Leverger-MT no grupo escolar Leônidas de Matos, onde terminou o ensino primário. Depois veio para Cuiabá-MT fazer o exame de admissão para o colégio no antigo Colégio Brasil, na década de 1950. Fez a quinta série no antigo Ginásio Brasil em Cuiabá-MT e depois estudou no colégio Confessional Coração de Jesus, onde terminou o ginásio. Fez normal na escola Pedro Celestino e terminou o curso em 1962. Ao falar sobre as escolas em que estudou Celcita nos relata que:

Lá no ginásio Brasil era escola mista. No Coração de Jesus naquela época era escola só feminina, menino não estudava lá, estudava no colégio São Gonçalo. Os alunos da escola religiosa só tinha São Gonçalo e Coração de Jesus, os meninos ficavam no São Gonçalo e as meninas estudavam no Coração de Jesus. Quando eu fiz magistério naquela época rapaz quase não fazia magistério, magistério era específico de mulher, eu lembro de um único colega que nós tínhamos que fez magistério naquela época. Acho que na minha sala não tinha ninguém só tinha mulheres, era uma classe mais ou menos de uns 12 alunos, nos tínhamos só 12 alunos e só mulheres.

Sobre o fato de escolher fazer o curso de normalista e ser professora, Celcita Pinheiro fala que, na época as mulheres eram direcionadas pelos pais a serem professoras. Então, todas as mulheres iam fazer magistério, era uma forma de ascensão e projeção das mulheres ao mercado de trabalho:

Ainda mais a gente que era do interior, Santo Antonio pra mim era longe de Cuiabá, então a gente era do interior poderia se dizer. A gente estava fazendo magistério ia lecionar. Eu fui uma das primeiras professoras que chegou no magistério na cidade Santo Antonio de Leverger, então cheguei, tive emprego não tive problema.

Com relação ao fato de já ter sido discriminada ou notar alguma discriminação de gênero em sua trajetória escolar, Celcita nos relata que não notou nenhuma discriminação pelo fato de ser negra ou mulher, ou ainda, diferenças educacionais entre meninos e meninas:

[...] Eu tive uma infância tão bonita numa escola tão boa lá em Santo Antônio, vou falar pra você não tive complexo, de diferença de sexo nunca vi, hoje que eu sou adulta que eu to vendo esse negócio de cor, de negro, na minha época eu nunca vi, na escola onde eu estudava. Nunca soube que tinha discriminação de cor e de sexo. Eu estudava, fiz terceiro ano primário, nós éramos cinco meninas e o resto era todos meninos, nós convivíamos muito bem, é claro que a gente não sentava junto com menino naquela época, imagina! Era as meninas de um lado e os meninos do outro, mais eu não lembro se houve alguma época que teve alguma disparidade, não lembro.

[...] Eu nunca vi diferença de sexo não. A gente brincava meninos e meninas juntos, no quintal brincava de roda, de pegador.[...] Na escola também brincava junto, porque o recreio era comum, na sala de aula a gente separava as carteiras: “os meninos era de um lado e as meninas era de outro”, só sentava com meninas, mais a gente não tinha essa, eu nunca vi, nunca, a gente brincava, era feliz não tinha essa

preocupação de sexo que hoje é tão forte. Não chamou atenção, nunca me preocupei eu sempre sou de passar por cima dessas coisas, então nunca parei e fiquei: “ah eu sou preta e daí, não, não quero nem saber disso”. [...] Meus pais me educaram assim: “a gente quando tem cor negra, a gente tem que estudar portar-se bem, para mostrar pelo seu estudo e pelo seu trabalho”, então não fica preocupado com cor nada disso, se você estudar, trabalhar fica tudo certinho, tanto branco e preto é tudo igual.

3.1.5 Thelma de Oliveira - Deputada Federal pelo PSDB (mandato 2003-2007)

Thelma de Oliveira nasceu em Cuiabá e graduou-se em enfermagem pela UFMT, mas não exerceu a profissão. Filiou-se ao MDB em 1979, depois se filiou no PDT e é filiada ao PSDB desde 1995. Casou-se com Dante de Oliveira em 1980, destacado político mato-grossense. Foi primeira dama do município de Cuiabá-MT por duas vezes e também primeira dama do estado duas vezes, por ocasião da eleição de Dante de Oliveira (PSDB) a prefeito de Cuiabá e a governador do estado. Exerceu o mandato de deputada federal em 2003-2007 e foi reeleita para o atual mandato 2007-2010. É viúva e não tem filhos.

Sua mãe é de Mato Grosso do Sul e seu pai é de Alto Paraguai-MT. Nos relata que seu pai é de origem garimpeira, veio para Cuiabá-MT e “com muito sacrifício” se formou em direito. Sua mãe não tem nível superior, mas nos relatou que ela “teve uma boa base educacional”. Thelma estudou desde a educação infantil em escola particular e, posteriormente, fez o ensino superior na UFMT, onde cursou enfermagem. Afirma que sempre foi muito incentivada pela família a estudar. Pelo fato de estudar em escolas religiosas, Thelma nos relata que sua educação foi influenciada por uma formação de base religiosa:

[...] Eu estudei o primário numa escola particular, numa escola que na época a gente chamava educandário das irmãzinhas que é o educandário Sto Antonio que fica ali na praça Santos Dumont. [...] Fiz o segundo grau no ginásio São Gonçalo, no colégio São Gonçalo, então sempre tive muito marcante em todas essas escolas a questão da religião, eu era católica então isso teve um peso assim muito grande na minha formação religiosa, porque eu sempre estudei em colégios religiosos e no colégio São Gonçalo naquela época eu já tinha uma certa tendência. Eu já exercia algumas atividades de voluntariado no Abrigo Bom Jesus de Cuiabá.

Com relação à questão da discriminação de gênero na escola, Thelma nos relatou que nunca percebeu nenhuma diferença entre meninos e meninas:

O ensino era igual pra todos, especialmente no São Gonçalo o ensino era igual, eu acho que as oportunidades foram iguais, então nesse sentido eu não percebi essa diferença. [...] Quando eu estava no pré-primário que agora é educação infantil eu estudava em escola mista quando eu fui pro ginásio coração de Jesus, o ginásio

coração de Jesus na época era só meninas. [...] Mas, então naquela época era só menina depois quando eu fui para o segundo grau no São Gonçalo aí já era misto, aí o Colégio São Gonçalo desde aquela época era misto quando eu entrei.

3.1.6 Vera Araújo - Deputada Estadual pelo PT (mandato 2003-2007)

Nasceu em Valparaíso no interior de São Paulo. Veio para Rondonópolis com sua família em 1979. Graduiu-se em pedagogia pela UFMT. Foi professora da rede municipal de ensino em Rondonópolis e Cuiabá. Casou-se em 1986. Participou do movimento docente e foi dirigente sindical durante vários anos. É filiada ao PT – Partido dos Trabalhadores desde 1987. Foi vereadora em Cuiabá em 2000 e deputada estadual no período de 2003-2007. Em 2007, assumiu a Secretaria Adjunta de Educação do estado de Mato Grosso. Tem três filhos.

Vera Araújo nos relata que por ser de origem rural sempre teve muita dificuldade para estudar. Sua infância é marcada pela ausência da família, pois, onde moravam não tinha acesso à escola. Seus relatos revelam a importância que sua família dava à educação escolar:

[...] Comecei a ser alfabetizada em casa por tias e eu fui para a escola já praticamente tinha os primeiros seis meses de palavras, de algumas palavras e sílabas. Eu não tive muitas dificuldades na minha alfabetização dentro do processo formal de alfabetização. [...] Eu morava com meus avós eu fui criada e morava na fazenda, vivia no campo. [...] Meus pais moravam numa outra fazenda que não tinha acesso à escola. [...] Eu só vou colocar que, por exemplo, foi esforço do meu pai e da minha mãe, porque quando eu fui morar com meus avós, [...] onde meu pai e minha mãe moravam não tinha acesso à escola e a preocupação deles que nós tivéssemos estudos, eu e minha irmã, então, tanto é que minha irmã sacrificou um ano da sua vida escolar inclusive em função de mim, porque não podia ficar as duas com o meu avô. [...] Os dois primeiros anos de alfabetização, de iniciação escolar foi em escolas urbanas, mas fazia o trajeto do campo para a cidade. [...] nós íamos de charrete para a cidade, meu avô que nos levava naquela charrete de capota. Então íamos todos os dias, íamos e voltávamos, eram doze quilômetros de estrada de chão e durante dois anos, o primeiro e o segundo ano da minha vida escolar em escola pública e urbana na cidade de Valparaíso no interior de São Paulo. E fazia dessa forma o trajeto, morava no campo eram doze quilômetros, ia pra cidade [...] todos os dias. [...] tenho boas recordações, porque, primeiro pela dedicação do meu avô, porque ele tirava um tempo da sua vida todos os dias pra nos levar. [...] a preocupação dele que todos tivessem estudo [...] e os lugares por onde nossa charrete passava, ficou na memória da infância, as brincadeiras de fechar porteira, abrir porteira, essas coisas que a gente fazia na infância, então, foram boas recordações. [...] Sempre tiveram (pais) essa preocupação, tanto é que a minha vida, minha vida toda, praticamente eu não fiquei com meus pais, porque ficava estudando, onde eles moravam não tinha escola. Então, e aí assim, vamos supor, vamos pegar, de quatro, oito anos de vida escolar minha, da primeira a oitava série, praticamente eu fiquei fora, não tinha convivência com meu pai e minha mãe. Ficava estudando, por exemplo, nos dois primeiros anos morei com meus avós. Depois eles mudaram para Campo Grande[...] e aí eu morava na cidade, morava em Campo Grande (MS) com o casal que era proprietário da fazenda. Então, de novo, mais uma vez ausente deles. Vinha e ficava com eles na época das férias. Em 79 e a gente mudou pra Rondonópolis-MT. E aí eu convivi mais com minha mãe, com meu pai, estudando, trabalhando. Mas praticamente eu fiquei os oito anos da minha vida

escolar, da primeira a oitava série ausente da educação com eles, próxima a eles, porque precisava estudar. E isso demonstra a preocupação deles, se sacrificando para que a gente pudesse dar certo no estudo. [...] Então assim, uma coisa que talvez marcou muito minha vida foi essa falta. [...] Praticamente ela (mãe) ficou ausente, mas não porque ela quisesse. Porque ela sabia que era mais importante ter acesso aos estudos e se sacrificava, trabalhava e, muitas vezes, poderia estar próximo e não ter acesso aos estudos. E somos três irmãos, e praticamente foi a vida toda assim, eles fizeram isso pra nós três.

Na escola urbana, Vera Araújo relatou ter bastante dificuldade de se adaptar. Havia discriminações das crianças urbanas em relação às crianças que moravam na área rural. Sobre essa questão, a entrevistada nos conta uma passagem, que segundo ela marcou muito sua vida escolar:

[...] como eu fui criada no campo então eu não conhecia muitos hábitos urbanos, então tem uma passagem interessante da minha vida escolar que eu nunca tinha visto banana. [...] Eu tinha vontade de comer banana, então um dia eu comprei uma dúzia de bananas e levei para escola. Uma dúzia de bananas pro lanche! Então, até me emociono, com a passagem que marcou o meu tempo escolar e aquilo foi motivo até de risos na sala, então eu acho que aquilo marca primeiro o preconceito com criança que não conhecia a vida urbana, que não tinha acesso até a fruta, de onde a gente morava mesmo, a gente lá não comia banana. [...] Não era tradição, a gente comia manga, mas nunca faltava as coisas, a gente comia muita manga, muita pinha, tinha, por exemplo, jaca e não tinha banana. Mas, assim nunca faltava as coisas, uma vida farta, arroz, feijão, ovo, frango, as coisas dentro da medida, minha avó fazia pão caseiro e tal. Então o que eu acho que assim essa discriminação de eu chegar com aquela quantidade de banana e foi motivo de riso na sala, então eu acho que traz um pouco naquela época eu não percebi, mas porque me marcou, porque foi motivo de chacota e talvez um pouquinho de preconceito também pelo fato de ser menina.

Embora tenha ficado constrangida com esse episódio escolar, Vera Araújo diz não perceber ter sofrido discriminação naquele momento, mas hoje percebe ter sido discriminada por ser um fato que marcou muito a sua vida escolar. Quando perguntamos se ela pensa ter sido discriminada pelo fato de ser menina ou pela sua classe social, Vera Araújo nos diz que foi discriminação:

De gênero e de classe acho que as duas coisas e também pelo fato de, até porque o hábito urbano, de repente era um hábito de dominação, de dominação de saber, talvez fosse até um instrumento de dominação do saber. Naquele momento ali, você sabe, a gente sabe mais do que você, entende mais do que você, nós vamos te fazer esse constrangimento pra você perceber que nós temos mais, coisa assim.

Em Rondonópolis em 1979 continuou seus estudos e em seus relatos tem muito presente a questão do trabalho. Teve que começar a trabalhar muito cedo, com quatorze anos, para ajudar sua família. Estudava e trabalhava ao mesmo tempo:

Eu comecei a trabalhar com quatorze anos, quando eu me mudei para Rondonópolis, no final do ano de 79 [...] Eu comecei a fazer o magistério e eu tinha necessidade de trabalhar, meus pais eram pobres, então eu precisava trabalhar para ajudar em casa e mesmo optando pelo magistério eu fui à procura de emprego. Eu me lembro que eu mudei para Rondonópolis e fui procurar trabalho, saí procurando. [...] O meu primeiro emprego foi numa operadora de pneus, trabalhava como secretária, não sabia nem preencher nota, datilografar, não sabia nada, eu mesmo lá errando, tanto é que eu nunca fiz curso de datilografia, peguei a máquina e ficava lá todo dia e eu aprendi a datilografar assim. [...] Tanto é que eu fiquei quase um ano nesse trabalho, errando nota, eles brigavam comigo, os proprietários brigavam muito comigo, porque eu errava muita nota, mas eu fazia de novo. Tanto que quando eu consegui dominar, eu procurei um outro local melhor, melhor salário, numa empresa maior e eu fui trabalhar em uma outra empresa, inclusive articulada com revenda de pneus [...] assim foi, [...] fazendo magistério e eu fui ser bancária. Trabalhei em dois bancos e [...] eu vendo que eu já estava concluindo o magistério busquei um trabalho voltado para minha área de formação. Fui trabalhar com crianças numa escola particular, fiquei lá uns dois anos e aí eu fui para universidade, eu dando aula para crianças eu resolvi fazer o vestibular para pedagogia e fui fazer pedagogia, em função mais do meu trabalho mesmo. “Ah eu gostava também”.

3.2 Trajetórias de ingresso ao poder

Nesse item abordaremos a questão da vinculação político-partidária das parlamentares. Isto porque, no Sistema Político compreendido como Democracia Representativa presente no mundo ocidental, os partidos políticos são os canais de acesso ao poder representativo, portanto são espaços de atuação na política formal. A filiação a um partido político constitui-se em pré-requisito para investidura em cargos de representação.

Como bem define Araújo (2007) “o sistema partidário é mais amplo do que a representação partidária”, pois, não se restringe apenas à representação política eleita:

Constituindo-se em um dos vários canais de organização coletiva e de veiculação de idéias em relação à vida social e política. A política, na sua forma institucionalizada, é organizada e legitimada por meio de uma estrutura que tem na eleição de governantes e parlamentares, em geral por meio de partidos, o seu principal mecanismo legitimador. O poder político representativo é requisito e dado constitutivo da vida social moderna, e os partidos são organizados com vistas à disputa desse poder (ARAÚJO, 2005, p. 5).

Portanto, o partido deveria por lógica ser o lugar onde se prepara para ingressar na carreira política. Enfim, o partido político é o canal de ingresso ao poder. Para as mulheres chegarem aos cargos do poder representativo, precisam também conquistar espaços no interior dos partidos políticos, portanto, os partidos têm cada vez mais se tornado objeto de atenção particular, pois, enquanto mediadores ao trajeto de ingresso ao poder é, possível

compreender em partes, as razões pelas quais ainda permanece no cenário mundial uma tímida inserção das mulheres nos cargos de representação, se compararmos com as conquistas já alcançadas pelas mulheres em outros espaços como na educação, no trabalho e nas demais esferas da vida social (ARAUÚJO, 2005).

No caso do presente estudo trata-se de abordar as trajetórias de mulheres, cujas rotas às levaram a ascensão política, ao cargo de legisladoras. Nesse sentido, a análise centra-se em aspectos onde as mediações conformaram-se no acesso à representação política. Abordar essas trajetórias auxilia-nos a explicar de certa forma esse trajeto de ascensão e a participação dessas mulheres nos partidos. Trata-se de trajetórias distintas, mas que chegam a um ponto comum “o ingresso dessas mulheres ao poder”. Essas trajetórias são importantes condensados da vida social que permite de certa forma compreender de que forma e sob quais condições essas mulheres vão ocupar espaços de poder considerados tradicionalmente masculinos.

Como boa parte dos estudos sobre mulher e política tem abordado, são duas as principais vias de acesso das mulheres ao poder: pela via familiar e pela via da liderança e participação nos movimentos sociais. Nesse estudo também identificou-se a presença dessas duas vias de acesso explícitas nas trajetórias das mulheres que chegaram à elite política. No caso das mulheres que chegaram ao poder pela via familiar, essa influência vai mais além, está presente também na decisão de filiação ao partido político. Enquanto, que para as que se ascenderam pela via dos movimentos sociais, o processo de decisão na filiação política se dá de maneira mais autônoma, a partir da trajetória de militância, conforme conteúdo contido nos dois depoimentos:

Jonas era do PFL, eu participava das reuniões do PFL então eu fui logo me interessando por política. [...] Eu fui professora depois eu viajei pro Mato Grosso pelo PFL como presidente da associação de mulheres do PFL e viajava no município conclamando mulheres pra entrar na política, que era meta, era projeto que mulheres tinham que participar. E Jonas era meu marido e era deputado federal e eu viajava fazendo palestras conclamando as mulheres pra serem candidatas. Isso foi desde que Jonas entrou na campanha, em 83, desde 84 comecei e aí Jonas já ia comigo nas reuniões, já participava. Eu me filiei nessa época em 82- 83 eu me filiei no partido. Filiei lá em Santo Antonio, eu sou filiada lá em Santo Antonio. (Deputada Federal – PFL-DEM)

Foi essa a trajetória: formação acadêmica, do curso de pedagogia, uma inserção no movimento estudantil, depois no movimento sindical até ao partido político. Quando eu estava no movimento sindical, a maioria das pessoas que eu estava era do PT, o próprio Afrânio mesmo também já militava e eu comecei a conviver com algumas pessoas que discutia o PT e aí eu me defini por ele. [...] Fiz uma opção mais ligada ao que eu vivi na universidade, depois no movimento sindical, tive mais proximidade com o PT, com o pessoal do PT, demorei bastante pra decidir me filiar, demorei bastante (Deputada Estadual – PT).

Verifica-se, portanto, que são duas as principais vias de acesso dessas mulheres ao poder: a da participação em movimentos sociais e das relações familiares. É preciso enfatizar que o ponto de partida para ingresso ao partido e depois para a disputa pela representação política é um aspecto a ser observado, ou seja, um indicador importante que sinaliza a forma como as legisladoras ingressam ao poder e seu comprometimento com os diversos segmentos da sociedade.

Outro aspecto observado é que em suas trajetórias político-partidárias está presente a “aceitação” do conjugue quanto à questão da sua filiação a determinado partido. Mesmo àquelas que têm uma trajetória política construída a partir dos movimentos sociais, os seus conjugues são filiados e militantes inclusive do mesmo partido. De acordo com estudo realizado por Grossi & Miguel (2001), a presença das mulheres na cúpula do poder está relacionada com a questão da liberação ou consentimento dos maridos para exercer tal função. A não liberação parece ser um dos entraves sociais que tem impedido também as mulheres de se projetar na política:

Os homens que estão ao lado das mulheres políticas não foram treinados para suportar esse peso. As mulheres continuam suportando o peso dos outros, dos homens, dos filhos etc, e o seu peso próprio, o que resulta muitas vezes em separação conjugal. [...] A separação dos maridos e companheiros como consequência da inserção na vida política, é um dos problemas subjetivos que parece fundamental para as mulheres se elegerem, questão que antecede a temática das cotas (GROSSI & MIGUEL, 2001, p. 182-183).

A afirmação de que há questões que antecedem à temática das políticas afirmativas é muito pertinente, pois, a decisão pela filiação partidária e a investitura na carreira política, no caso das mulheres é demarcada pela socialização para dedicação ao casamento e à família, que em última instância estrutura a sociedade a partir de papéis femininos e masculinos e que vão se demarcar *a priori* a posição das mulheres na sociedade. Segundo Pinheiro (2007) valores de uma “cultura feminina” e de uma “cultura masculina” implicarão em escolhas futuras através de referências que são incorporadas pelos indivíduos. Nessa perspectiva, a incorporação de determinados valores irá influenciar fortemente o tipo de ação e participação adotado por indivíduos e grupos. Poder-se-ia afirmar que *a priori* as limitações do gênero, atingem todas as mulheres, independente de sua coloração partidária ou de classe, delimitando espaços identificados com o masculino e o feminino. Portanto, “socializar diferentemente homens e mulheres leva a padrões de comportamento e escolhas distintas no futuro”. Um dos depoimentos expõe essa problemática:

[...] Porque só a gente sente culpada? Os homens não, eles ficam fazendo política, é pai, mas não tem a responsabilidade que a gente tem, porque culturalmente a gente foi educada assim: que mulher é que tem que cuidar dos filhos, cuidar da casa, da educação, então a gente tem que se pensar muito mais, eu acho pai tão responsável por cuidar da educação e da casa é o homem e a mulher, porque que o homem quando ta fazendo política faz sem sentimento de culpa, porque ele culturalmente não se sente obrigado e a gente sim... (Deputada Estadual/PT).

As esferas do privado e do público para as mulheres tornam-se confusas, pois, mesmo as mulheres ingressando no mundo público, as preocupações com a família e com os filhos constituem-se em encargos. As mulheres que ingressam na carreira política também acumulam uma dupla jornada de trabalho, tendo mesmo que de longe acompanhar a educação dos filhos, a família e administrar a casa. O mesmo não acontece quando os homens ingressam na carreira política em que podem dedicar-se plenamente ao mundo público, sem nenhum sentimento de culpa.

As candidaturas masculinas geralmente são amparadas pelas companheiras. As mulheres são acompanhantes dos homens ao exercício do poder pelos mesmos, ocupam os cargos de primeiras-damas, auxiliando-os nas atividades políticas, o que é menos comum o inverso, pois nos depoimentos verifica-se a ausência de ações concretas que seus companheiros fazem no sentido do apoio. Na direção dessa reflexão, trechos de duas entrevistas constataam essa questão:

[...] Sempre fui pautada pelas emergências das campanhas, da militância e minha vida pessoal sempre foi deixada de lado, de realização profissional de trabalho, então meu trabalho era a dedicação, então eu tinha que fazer com esmero aquilo, eu tinha que fazer uma dedicação integral aqui e eu me realizava com aquilo. Era uma coisa que eu me sentia produzindo, eu me sentia integrada na relação e na vida do Bezerra também, na vida extremamente tumultuada que ele sempre teve, que nós tivemos (Deputada Federal/PMDB).

Sempre trabalhei nos bastidores, eu gostava muito de organizar as campanhas, organizar as convenções, de reuniões de filiação e tudo mais e nunca tinha pensado em ser parlamentar até porque a gente tinha na figura do Dante o nosso representante maior. Então não havia uma preocupação, aí depois fui primeira-dama e nunca tinha então uma preocupação em me candidatar a nenhum cargo parlamentar, nunca tive essa preocupação, mas a minha trajetória foi sempre muito marcada por uma militância partidária muito forte. Independente de estar ou não em cargo de direção, mesmo como simples militante eu sempre tive uma atuação muito forte. (Deputada Federal – PSDB)

Os depoimentos acima revelam que as habilidades femininas de lidar com o espaço privado acabam sendo incorporados a serviço dos partidos políticos, as mulheres atuam em

funções mais identificadas com os cuidados, portanto, com o feminino. As mulheres que ingressam nos partidos políticos e constroem uma carreira política em função dos conjugues dedicam-se a organização interna do partido e na organização de campanhas do companheiro. A idéia de “trabalhar nos bastidores” cai bem às mulheres, pois, revela certa sintonia com o mundo privado, a situação de invisibilidade das mulheres também se mantém no partido, no plano do simbólico quem se destaca é homem: “o homem da casa”, “o político” enfim, é o que em última instância detém o poder. Como bem apontado por Bourdieu em a “dominação masculina”, os processos de dominação se dão em concordância do próprio dominado, no caso das mulheres, acabam reproduzindo as mesmas construções e estereótipos que as colocam em situações subalternas.

Nessa direção, as mulheres que ingressaram nos partidos e atuam politicamente a partir da via familiar revelam uma rota de acesso ao poder que se constitui a partir da forma tradicional de projetar-se na política. Nessa trajetória, a atuação das mulheres na administração pública em locais como as secretarias de assistência social, a partir da figura da primeira-dama é uma tradição política brasileira. Em uma perspectiva de gênero é possível refletir que trata-se de um espaço em que a mulher projeta-se na política como figura subalterna, reforçando um papel da mulher atrelado ao homem, ou seja, o de primeira-dama, no plano simbólico reforça a idéia de do assistencialismo tem nas raízes histórica na política de assistência brasileira. Assim, o posto de primeira-dama é criado e consolidado na perspectiva de que a figura masculina é essencial para a efetivação do cargo, nessa perspectiva a conquista desse espaço de poder pela mulher se dá pela via da concessão, outorgado pelo poder masculino. A compreensão do primeiro-damismo aponta para a análise de uma relação de gênero, em que a mulher aparece como coadjuvante do ator principal.

Já as mulheres que se destacam a partir da participação e liderança nos movimentos sociais não constituem em suas trajetórias políticas o título de primeira-dama, sendo esta assumida somente por mulheres cujos conjugues assumiram cargos no poder executivo. O inverso também não ocorre com os conjugues das mulheres que assumem cargos executivos, pois, não há a figura do “primeiro-damo”, o que soa até estranho em nossa cultura política.

O que é importante ressaltar nessas trajetórias é a constituição de certo capital social, como bem expressa Bourdieu, o desenvolvimento de certa capacidade a partir do conhecimento, do acesso privilegiado a determinadas tarefas socialmente valorizadas na sociedade, como é o caso do campo da política. Nesse sentido, poderia-se afirmar que mesmo a mulher atuando na via tradicional, trata-se de uma forma de projetar-se na política. Assim, a

ascensão política também depende em grande parte, ao acesso às redes de relações e contato social, como bem expressa no depoimento de uma de nossas entrevistadas:

Durante o ano de 76 todinho nós organizamos o partido. Chegávamos aos diretórios, nos municípios não tinham nada. Era procurar alguém ali que fala do MDB, vamos lá conversar com o farmacêutico, convencê-lo de que ele pode montar um diretório. [...] Organizar o partido sempre pensando nas eleições que iam acontecer. Daí Bezerra vai para Brasília e eu fico mais voltada para a atividade parlamentar do gabinete. [...] Eu acho que complementava essa questão do gabinete [...] com a experiência do gabinete isso veio a se somar com a experiência política que eu tinha, a gente tem que pensar também que são praticamente 30 anos quase. (Deputada Federal/PMDB).

Na trajetória política de nossas entrevistadas, o capital social acumulado é fator indispensável para adquirir recursos necessários que viabiliza o acesso ao poder. Adquirir esse capital social não é só atributo de mulheres, os homens também precisam adquiri-lo, pois, é comum na política brasileira, os homens também se projetarem pela via familiar, principalmente quando o pai, avô ou tio é político de longa data. Nesse sentido, Pinheiro (2007) aponta que:

[...] em muitos casos as referências à herança familiar são utilizadas nas campanhas eleitorais como marketing político. Essa trajetória, porém, não é exclusividade das mulheres, sendo amplamente verificada também entre deputados homens. No entanto, ela se faz ainda mais importante para a parcela feminina da população, constituindo-se muitas vezes em seu primeiro contato com o mundo político e transformando-se em estímulo para o seu envolvimento. Em muitos casos, tal envolvimento inicia-se a partir da necessidade de acompanhar e colaborar para as campanhas dos maridos; assim, contribui para o rompimento de uma socialização que não incorpora o mundo político como parte do horizonte de possibilidades da mulher (PINHEIRO, 2007, p. 91).

Nessa perspectiva, a representação política nos revela a noção de uma carreira profissional, em que os atributos necessários como conhecimento, a incorporação de habitus e valores provenientes do mundo político é tarefa fundamental de quem se projeta aos cargos de poder. Em suma, há a presença de junção de vários capitais acumulados como também, o capital advindo da tradição familiar na política:

[...] e eu acho que nessa pesquisa que você vai fazer eu acho que vão ser poucas as mulheres em Mato Grosso que tem uma vida política ou um mandato político que não tenham por trás dela, dessa vida ou desse mandato uma influência familiar. Ou da família, ou um vínculo familiar. [...] uma influência também através de seu companheiro ou através da família mesmo. No meu caso eu tive a influência das duas questões: eu vinha de uma família que sempre teve militância política, sempre teve participação política e me associei a um homem que é na essência da vida dele movido pela política. (Deputada Federal – PMDB).

Pensar a política a partir da perspectiva de representação requer uma série de habilidades de quem está disposto ou disposta, a embrenhar-se nesse caminho. Portanto, antes de tudo é necessário ter a noção de construção de uma carreira. Quando falamos de carreira estamos nos referindo a uma espécie de carreira profissional que para sua consolidação exige investimentos. Esses investimentos não necessariamente são financeiros, implicam acesso a rede de relações, domínio do mundo público e da política, popularidade, enfim, uma série de capitais: culturais, sociais e políticos. No caso de nossa sociedade, os homens são mais preparados para ingressar nessa carreira.

Com relação às nossas entrevistadas isso é perfeitamente perceptível, pois, o fato de serem candidatas e elegerem-se exigiu uma série de capitais, para conseguir ascensão no plano da política representativa. Em alguns casos, essa ascensão chegou bem tarde após trinta anos de atuação política ao lado do conjugue, o que implica que mesmo, obtendo esses capitais, somente em um determinado espaço longo de tempo é que foram lançadas suas candidaturas pelos respectivos partidos, em um momento propício para renovação de seus quadros, diante da abertura retórica de inserção das mulheres ao poder.

3.2.1 De candidatas a legisladoras

A candidatura a um determinado cargo político é requisito para entrar na competição pela vaga e a campanha eleitoral é o processo de divulgação das candidaturas, das plataformas e propostas políticas e do programa partidário. Assim, tanto homens como mulheres que pretendem conquistar cargo de representação tem que passar pelos ritos da candidatura e da campanha eleitoral. É um processo de disputa acirrada, compostas de aliados e adversários.

As campanhas eleitorais no Brasil, têm caráter carregado de negatividade, são identificadas com a corrupção e caracterizadas por estratégias de campanha, muitas vezes, consideradas desleais. As práticas de falar da vida pessoal do candidato adversário, apelar para questões familiares tem sido uma constante nas estratégias de campanhas, com vistas a desqualificar moralmente o candidato adversário. Tais aspectos estão presentes no imaginário da população brasileira e é um componente desencorajador para vários atores e atrizes embrenharem-se nessa empreitada. Assim, a campanha eleitoral é entendida como um processo em que viabiliza também experiências e aprendizados.

Chegar à cúpula do poder não constitui uma tarefa fácil, no caso das mulheres essa ascensão torna-se mais difícil ainda, devido ao fato de serem socializadas de maneira diferenciada e sem estímulos para participação política que acabam se convertendo futuramente em habilidades relacionadas ao mundo privado, ou seja, mais aplicáveis à dominação interna da família, portanto, habilidades pouco identificadas com o campo político. É preciso levar em conta que a decisão de sua candidatura começa em casa, como explicita o depoimento de uma das deputadas:

[...] todas as dificuldades que elas enfrentam em todos os momentos de disputa, porque pra começar dentro de casa ela ser candidata já é uma disputa, porque eu conheço varias companheiras que não é candidata porque o marido não, as vezes até tenta mas daqui a pouco começa a incomodar, aí a casa não ta limpa na hora, que não sei o que..., aí ela tem que andar e ele não quer renunciar e não sei o que e ai começa, eu conheço muita mulher que não se submete por falta de companheirismo mesmo, começa dentro de casa a disputa, começa dentro da casa, depois é aquilo: comunidade, depois é o partido, depois é a rua (Deputada Estadual/PT).

Tais aspectos têm contribuído para a conformação da política como universo masculino. Nesse sentido, ser candidata e assumir cargos de poder político não é representado pelas próprias mulheres como algo atinente ao universo feminino. Apesar das conquistas resultantes do movimento feminista da década de 70 do século passado, o mundo da política formal ainda se situa em uma conformação desigual no cenário da representação política. Um dado bastante relevante é que as relações de gênero que se estruturam a sociedade também se refletem nas trajetórias de nossas entrevistadas, pois, revelam que nenhuma delas teve pretensões de candidatar-se, como expressam os depoimentos a seguir:

Me colocaram porque eu era mulher de Jonas e Jonas era candidato, pro partido mostrar que tinha candidata por isso eu fui, ganhei a eleição, mas não era, não sei até hoje se era isso mesmo que o partido queria. [...] Não foi uma trajetória, não foi uma coisa espontânea, ah eu quero ser candidata, não, de jeito nenhum. [...] Foi pra cumprir as cotas, o partido não tinha outra e me colocou. [...] mas eu me virei, mas só me colocou, eu tive que me virar pra me eleger, segundo mandato também a mesma coisa (Deputada Federal/DEM-PFL).

[...] Toda pessoa que se filia a um partido político e começa a atuar de forma que eu atuava de maneira muito presente, muito forte, chega um momento em que as pessoas pressionam pra que a gente seja candidata. Eu criei um espaço muito grande, porque até então eu tinha sido tudo isso que eu coloquei, eu já tinha sido militante de MR8, de MDB, de PDT, primeira-dama do município duas vezes, primeira-dama do estado duas vezes, então isso fez com que eu conseguisse um espaço político muito forte e as pessoas viam em nós uma representante através da qual eles pudessem direcionar aquilo que digamos assim era o pensamento deles também. Uma pessoa que estaria voltada para a área social, que já tinha experiência e tudo mais, que tinha convicções políticas muito fortes. Então chegou um determinado momento que eu fui pressionada pelo próprio pessoal dos bairros, pelo pessoal que eu ajudava, pelo próprio partido, pela juventude do meu partido, então chegou um momento que eu não tinha mais. Uma legenda ajuda um ao outro, então por isso que chegou um momento que eu não poderia dizer não ao partido. Eu já

tinha falado não em outros momentos e agora eu não tinha mais como recuar dessa situação. Porque na verdade quando você milita partidariamente todas as funções que você vai cumprindo, elas são funções que o teu partido está te delegando, então quando eu fui presidente de diretório essas coisas é o partido que está me delegando. No momento em que eu fui para a prefeitura que eu fui ser secretária municipal de promoção social, o partido e o prefeito me delegaram então são responsabilidades que a gente assume em nome do partido. E aí quando o partido te chama chega um momento que muitas vezes a gente vai pro sacrifício, mas tem que ir. (Deputada Federal/ PSDB).

Eu avaliava que o partido era a culminância mesmo de tudo isso daí, de toda essa trajetória, o partido era um instrumento maior, não adiantava ficar só no movimento sindical ou movimento estudantil se não tivesse um instrumento mais amplo pra poder atuar com essas questões que eu tinha afinidade, na verdade eu não tinha nenhuma projeção de candidatura, eu não tinha nada na cabeça sobre isso. (Deputada Estadual/PT)

A filiação em partido político como intenção de candidatura e acesso ao poder é atributo comum aos homens. Com relação à candidatura, como relata uma de nossas entrevistadas, é considerada como um “sacrifício” em função do partido. Sobre essa questão Tabak, traz uma discussão interessante sobre o apoio partidário às candidaturas femininas, que só aparecem enfaticamente “quando se trata de mulheres capazes de ‘arrastar votos’ para a legenda graças a seu prestígio”.

A idéia de lançar as esposas de destacados políticos, constitui-se em uma estratégia de grande parte dos partidos políticos. Pois, é consenso entre todos os partidos brasileiros o reconhecimento do potencial eleitoral feminino, conforme já apontado por estudos realizados por Miguel (2001), pois, embora, a exclusão e a discriminação das mulheres, estejam ainda presentes na prática partidária, a defesa da exclusão das mulheres no âmbito do discurso político é inviável. Assim, algumas candidaturas são lançadas como forma de angariar votos femininos para o partido.

A construção da candidatura foi bastante complicada, porque eu chegava num município pra pedir o apoio de um companheiro de história. Eu já tinha ido lá subido em palanque, pedido voto, feito campanha pra prefeito, e chegava pra mim: “ótimo que você é candidata, vou pedir pra minha mulher votar em você, vou pedir pra minha mulher, minha filha. olha aqui em casa tem minha mulher e três filhas”. Mas, tinha ali um quinto voto que eu quero também, quer dizer, as mulheres vão votar em você, mulheres da minha família votam em você. Apesar de eu ter sido a companheira dele, de ter pedido voto com ele, apesar de eu ter ralado com ele, ter comido poeira com ele, mas “mulheres da minha família vão votar em você” pra mim. Eu ouvi muito isso, muito, não sei se também foi, no momento eu não pensei isso, mas depois eu vi, eu fui muito pretensiosa também, eu não tinha tido outro mandato já saí direto pra deputada federal. Meus companheiros tiveram certa resistência em me apoiar no início, os meus companheiros que militavam comigo há 10 anos, que me conheciam há 15 anos. Num primeiro momento isso me chocou, num segundo momento eu já falava, eu contemporizava um pouquinho, ria e tal, mas chegava um momento que eu tudo bem, mas era importante o apoio delas, mas só o delas não, o seu também! (Deputada Federal/PMDB)

O depoimento acima revela a estratégia utilizada pelos partidos em lançar candidaturas para apresentar uma “versão feminina” do partido, ou seja, para difundir a idéia de uma voz feminina no partido, retoricamente, associada à idéia de inclusão da imagem das mulheres na política. Por outro lado, a resistência dos homens em apoiar as mulheres candidatas nos partidos revela que na prática política ocorre a discriminação de gênero. As discriminações de gênero não são tratadas pelo partido, nem no plano teórico, muito menos no prático ou político. Nesse sentido, a defesa de inclusão das mulheres na política se dá pela via retórica.

As mulheres de prestígio político que se ascenderam pela via familiar, particularmente a marital, elegeram-se diretamente ao poder legislativo federal. Distintamente, as candidatas que se destacaram na política formal a partir dos movimentos sociais, cuja ascensão aos cargos de representação deu-se de forma gradativa, sendo primeiro, eleita vereadora, deputada estadual e depois, deputada federal. Um dos depoimentos revela a linearidade dessa trajetória:

[...] Eu gosto da política, eu gosto de atuar, eu gosto do partido, eu gosto da militância, gosto do movimento social, eu gosto! Isso é uma coisa que está em mim. Então, você veja que eu fui passando pra você vários momentos que a gente foi passando, e foram anos, quer dizer, se eu tivesse ficado planejando, mas as coisas não foram planejadas as coisas foram acontecendo e todas as disputas eleitorais que eu fiz foi com muita dificuldade, nunca fiz disputa eleitoral com facilidade. [...] Em 1992 eu fui candidata pra ajudar o partido a eleger vereador que eu estava preocupada. Em 1996 eu fiz uma disputa interna com um grupo do partido que colocou o PT aliado com o PSDB. Em 2000 fiz uma disputa difícil pra vereadora, porque tinha vários candidatos a vereadores fortes. Em 2002 eu acho que assim o momento político que talvez eu tenha tido mais facilidade foi de 2000 pra 2002 pra deputada estadual por conta do trabalho que eu fiz como vereadora. A Câmara de Vereadores estava praticamente desaparecida do cenário político de Cuiabá e a gente era muito dinâmica e talvez isso me projetou, me colocou na mídia, o meu trabalho facilitou minha eleição pra deputada estadual (Deputada Estadual/PT).

Diferentemente do que ocorreu em âmbito federal, os resultados eleitorais têm evidenciado que no âmbito estadual tem sido mais difícil eleger mulheres, permanece um quadro em que tem sido pouco permeável à eleição de mulheres. Porém, é preciso ater-se ao fato de que o resultado da eleição para Câmara Federal no mandato 2003-2007, no tocante ao êxito de eleição de mulheres, nunca obtido antes na história de Mato Grosso, representando 25% de eleição de mulheres para a Câmara Federal, constituiu-se em uma excepcionalidade. É possível afirmar esse caráter excepcional a partir das trajetórias das legisladoras (câmara federal) que se projetam na política diretamente ao plano federal, a partir da influência marital, como alternativa, naquele momento político, de renovação de quadros. Em âmbito

estadual a pequena representação feminina revela um quadro de inércia, sendo eleita uma mulher apenas ao mandato de deputada estadual no período de 2003-2007.

3.2.2 Partido, formação e Consciência de gênero

Com relação à participação política das mulheres nos partidos é preciso destacar a importância da militância exercida na década de 80, pelo movimento feminista e de mulheres quanto à necessidade de organização das mulheres nos partidos. Tradicionalmente, foram os partidos de tendência ideológica de esquerda que mais sofreram influências da organização de mulheres no seu interior. É claro que essa aproximação não se deu sem conflitos. A respeito disso, Godinho ressalta (1998) que apesar do feminismo ter-se constituído e desenvolvido no campo da esquerda enfrentou o tensionamento e os limites da relação com a própria esquerda.

Araújo (2005) aborda que os partidos não são instituições imutáveis, à medida que fazem parte de um contexto político eleitoral e a partir da própria dinâmica da sociedade, os partidos podem mais ou menos, dependendo de seu caráter ideológico, incorporar demandas requisitadas por sujeitos que influenciam o contexto político. A literatura indica que embora a presença das mulheres nas cúpulas partidárias ainda é pequena, a maioria está concentrada nos partidos de tendência ideológica de esquerda, portanto, são esses partidos que tem-se demonstrado mais permeáveis às reivindicações dos movimentos de mulheres e feminista. Nos outros, constituídos por representantes das oligarquias tradicionais e emergentes, essa participação ainda é muito pequena.

Para compreender de que forma os partidos políticos que atuam em âmbito estadual vêm incorporando as reivindicações dos movimentos de mulheres e feminista, procurou-se analisar as entrevistas concedidas pelas parlamentares. As questões direcionadas foram ao sentido de obter informações acerca de como se dá a relação de nossas entrevistadas com seus respectivos partidos e também verificar de que forma se dá as discussões das relações de gênero no interior dos partidos políticos, consideradas como indicadores da consciência de gênero. As indagações dirigidas as parlamentares vão ao sentido de identificar: como percebem as relações de gênero estabelecidas na sociedade? Como se refletem essas relações no partido? Quais ações o partido tem desenvolvido para inserção das mulheres nas instâncias partidárias? E, por fim, como se posicionam diante das questões de gênero.

Por consciência de gênero compreende-se a consciência de que há uma construção social do “ser mulher” e do “ser homem” e que essa construção histórico-cultural colocou as mulheres em condição de subalternidade em relação aos homens na sociedade. Trata-se de um conceito intrinsecamente atrelado ao movimento feminista e parte da idéia básica do feminismo de que não há uma natureza feminina ou masculino e, que a condição de subalternidade da mulher pode ser potencialmente modificada através da luta política, da educação e das políticas públicas. A discussão sobre o poder é fundamental. Pois, a tomada do poder e adoção de políticas públicas que alterem essa questão exige incorporar as relações de gênero no âmbito de atuação dessas políticas.

Historicamente foram os partidos políticos de esquerda que se dedicaram a trabalhar a questão da formação e educação política de seus quadros e dirigentes. Nesse sentido, a participação de feministas em partidos de esquerda contribuiu para que se formassem no interior desses partidos, ações voltadas à educação política em uma perspectiva feminista. Godinho (1998) enfatiza que a organização das feministas no PT, que dentre os objetivos e desafios colocados eram: “construir um espaço para a organização das mulheres no partido, ganhar espaço para a agenda feminista no programa do PT e na sociedade, potencializar a presença das petistas no movimento de mulheres, incentivar o debate sobre uma plataforma feminista geral” (GODINHO, 1998, p. 20-21).

Nessa perspectiva os partidos políticos são os espaços em que se exercem determinadas funções, permitindo desenvolver habilidades necessárias para atuar na política formal. Portanto, por lógica os partidos políticos deveriam ser espaços privilegiados para formação política de seus quadros. Seguindo essa reflexão, as questões de gênero deveriam ser trabalhadas no interior dos partidos através da formação de mulheres dirigentes, com vistas à construção de candidaturas femininas.

Trata-se de ações que possuem interesses claramente definidos: a de formar mulheres para assumir os cargos de poder. Grosso modo, a perspectiva feminista defende que as mulheres que assumem o poder deveriam ter um comprometimento com os movimentos de mulheres e feminista e com suas bandeiras de luta para realmente fazer a “diferença” na política. È por isso que a política de “idéias” deve-se aliar à política de “presença”.

Nesse sentido, procuramos tecer algumas análises a partir dos depoimentos concedidos pelas parlamentares procurando identificar as relações que estabelecem com seus partidos, sendo eles o PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, DEM – Democratas (antigo PFL – Partido da Frente Liberal), PSDB – Partido Social-Democrata Brasileiro e PT – Partido dos Trabalhadores. Pretendeu-se compreender em que medida a militância nesses

partidos propiciou ou não a consciência voltada para reconhecer as desigualdades entre homens e mulheres e atuarem politicamente na alteração dessa condição, uma vez que são os partidos políticos que deveriam preparar seus/suas filiados/filiadas para ingressar na representação política e defender seus interesses.

Com relação ao compromisso dos partidos na inserção das mulheres nos espaços de poder, podemos identificar que as ações para que isso aconteça se dão em vários níveis. Há partidos em que essa questão nem sequer é trabalhada ou problematizada, de acordo com o depoimento de uma de nossas entrevistadas:

Eu não vejo eu nem sei o que é isso lá no partido, sinceramente nunca, sempre me senti um peixe fora d'água, não sei, ia lá no partido, eu também nunca me preocupei de ver isso, chegava lá e fazia o meu serviço, as reuniões que tinha eu ia lá participar, boa noite e ia embora não ficava lá assim no partido sentada pra ver essas coisas acontecer, nunca fiquei. Primeiro que eu não gosto de ir no diretório, porque eu acho que é um lugar assim que você não pode nem estudar, fazer nada, então agora eu não tenho, não frequentava mais. [...] Tem algumas mulheres lá que participam, conselho, presidente, assim o que é de mulher, por exemplo, quando se tem, presidente da, negócio de mulheres do PFL, aí põe, tem uma mulher, não tem eleição não tem nada, vem e indica lá, porque só tem essa mulher, então fulana de tal é a presidente do PFL Mulher, por exemplo, aí o partido indica uma mulher pra ser e acabou (Deputada Federal DEM-PFL).

O depoimento acima revela que as questões de gênero nem sequer tem visibilidade no partido, passam despercebidas como uma questão “natural”. A forma de participação é bastante frágil, apenas na perspectiva figurativa de preenchimento de um cargo feminino, é assim que se cria a ala das mulheres no partido, como forma, de imprimir uma versão feminina a ser utilizada como *marketing*, ou seja, mostrar de forma “figurativa” a idéia de que o partido vem sendo “simpático” à incorporação das mulheres ao poder.

As mulheres são geralmente indicadas para compor essas alas, até pelo fato de que os partidos mais alinhados às oligarquias tradicionais e emergentes possuem poucas mulheres para compor esse espaço, nesse sentido, as indicações são realizadas sem debates, o que não contribui para problematizar as desigualdades de gênero que atravessam as relações de poder no interior dos partidos, ficando adormecidas. As mulheres da versão feminina do partido são utilizadas para organização, suporte de campanhas e outros afazeres que são identificados com o mundo privado. Assim, determina-se funções para mulheres e homens nos partidos, reproduzindo a mesma dicotomia entre público e privado:

[...] Mulher é ótima pra pedir voto, pra ser cabo eleitoral, pra ficar de porta em porta, pra bater, pra convencer o eleitor. E na hora seu candidato homem é melhor pra agir. Mas, a mulher também não se coloca na outra posição também, eu vejo isso, ela não rompe essa barreira pra se colocar também na outra posição, eu acho que já

avancamos muito, mas temos muito ainda pra avançar, a questão da igualdade (Deputada Federal/PMDB).

Embora, algumas entrevistadas reconheçam que há relações desiguais entre homens e mulheres no partido, essas questões não têm sido polemizadas por elas a partir de uma análise na perspectiva feminista que procura desvelar a permanência e a reprodução no âmbito partidário das mesmas formas de discriminação e opressão de gênero na sociedade. A divisão sexual do trabalho reproduzida no interior do partido, nem sequer é discutida. Nota-se, portanto, ausência de debates e formação política das mulheres estabelecidas pelos partidos. Nesse sentido, Pinheiro (2007) alerta para o fato de que faz falta a existência de um treinamento político oferecido tanto pelos partidos políticos quanto por outras formas de organização social. Além disso, o baixo índice de filiação das mulheres aos sindicatos e às associações profissionais também constitui outra desvantagem, pois, sua participação nessas instituições enseja algum aprendizado para disputas políticas mais importantes.

A ausência de uma formação política voltada às mulheres no interior dos partidos políticos, bem como, a resistência dos partidos à instituição do sistema de cotas também tem sido apontada como outra dificuldade latente para a presença das mulheres na política formal. O não-preenchimento das vagas reservadas e o lançamento de “candidaturas laranja” apenas para fazer número são práticas cotidianas no interior dos partidos políticos (PINHEIRO, 2007, p. 85).

A preparação das mulheres candidatas é realizada sem nenhuma institucionalização, ou seja, não há ações específicas desenvolvidas pelos partidos nesse sentido. Portanto, é mister afirmar que o sistema de cotas adotado pelo sistema eleitoral brasileiro, em que estabelece um percentual de 30% de candidaturas de mulheres, têm de certa forma, obrigado os partidos a trabalharem a questão das candidaturas femininas, ainda que de forma lenta e não prioritária. Nesse sentido, é possível identificar a partir dos depoimentos de nossas entrevistadas que as discussões acerca da mulher e política foram introduzidas em seus partidos a partir das cotas estabelecidas para candidaturas femininas. Nesse sentido, as cotas vêm forjando, ainda que de maneira não prioritária e lenta, a discussão da preparação de mulheres no interior dos partidos, como aponta duas de nossas entrevistadas:

Eventualmente assim, estamos na véspera da eleição municipal, então vamos ver aí alguns contatos, uma cartinha: “olha estamos te lembrando nós vamos ter eleição” começa detectar aí, aquela líder comunitária pra ser candidata, que tem uma projeção, que tem um bom posicionamento, aquela comerciante que é importante, aquela entendeu? Comece a detectar, a sinalizar, pra você ver se tem potencial ou

não. Mas, não é uma coisa assim institucionalizada, não é uma coisa organizada, eu pessoalmente fui entender que isso é importante, porque eu sei também que num momento como esse ficam falando: “Tete e aí, as candidatas?” Aí é cobrança em cima de mim (Deputada Federal/PMDB).

[...] nos obriga a trabalhar, por exemplo, cada vez que eu vou no interior discutir a questão do meu partido, eu discuto a questão de que nós temos que ter um número de mulheres e aí a gente faz um cálculo que isso varia de município para município, o número de vereadores e tal, bom, quantos vereadores nós precisamos: “ah tanto”, desses 4 candidatos precisam ser mulher, então vamos começar com uma discussão aqui no município quais são as lideranças femininas que nós vamos ter? Quais são as potenciais candidatas que a gente vai ter? (Deputada Federal – PSDB)

A atuação dos partidos (PMDB e PSDB) junto às mulheres candidatas acontece de forma pontual, geralmente às vésperas das eleições, que se resume ao trabalho de recrutamento de mulheres a serem candidatas, para cumprir a meta estabelecidas pela lei de cotas. Como essas mulheres não são preparadas pelos partidos esse recrutamento leva em consideração capitais políticos e sociais como a influência familiar, a inserção na comunidade, participação na sociedade, ou seja, atributos que são adquiridos externamente aos partidos. Assim, lançam-se candidaturas de mulheres que tenham capacidade de “arrastar votos”.

A ausência de uma formação contínua e sistemática de mulheres candidatas mantém a estrutura atual em que há poucas mulheres disponíveis para se lançar às eleições. Em virtude da ausência dessa formação, o recrutamento das mulheres acaba sendo realizado apenas com objetivo de cumprir as cotas e não com o intuito de lançar candidaturas femininas com potenciais para se elegerem, é nesse contexto, que é muito comum surgirem as candidaturas de “faz de conta”, ou seja, as candidaturas “laranjas”.

De certa forma, a necessidade de cumprir as cotas tem possibilitado a reflexão da necessidade de uma atuação maior dos partidos na constituição e fortalecimento dessas candidaturas, como podemos notar no depoimento abaixo:

[...] Não é fácil você fazer a mulher ser candidata, a questão cultural, a questão da falta de militância política partidária, porque não tem como você de repente cair do céu e falar: “eu quero ser candidata”. Se você não teve militância política no partido, não tem, não existe essa fórmula, pode acontecer um fato ou outro, mas como regra tem que ser essa, não tem outro caminho (Deputada Federal PMDB).

Há ainda outra posição que defende a não institucionalização das cotas, alegando que as candidaturas femininas devem surgir com “naturalidade” e não de forma “forçada”.

Nunca pensei em candidatura política, eu só fui candidata porque surgiram as cotas. Por isso que eu não sou simpática às cotas, eu acho que não é pra ter cota, eu acho que tem que nascer naturalmente as candidaturas de mulheres nos partidos. Porque cota é uma coisa obrigatória, eu pelo menos fui pela cota, como tinha cota de

mulheres, o partido não tinha mulher pra ser candidata me colocaram lá, então eu fui... não foi uma aceitação, não sei nem se o partido me queria pra ser candidata, nem sei se queria (Deputada Federal/DEM-PFL).

É importante refletir sobre dois aspectos dessa posição defendida. Se por um lado as cotas têm forjado a discussão da inserção das mulheres ao poder e os partidos políticos não tem incorporado ações que viabilizem as mulheres a participarem da política e de eleições, mesmo com a vigência de uma lei eleitoral, não podemos nos enganar que os partidos de orientação mais conservadora fariam isso naturalmente, com a ausência de uma legislação que garanta pelo menos a disputa eleitoral de mulheres.

Ou seja, como fazer com que os partidos políticos trabalhem a questão de candidaturas de mulheres? Por outro lado, é preciso pensar em intervenções efetivas para essa situação, porém essas intervenções não são apontadas por nossa entrevistada. O que é relevante destacar é que o discurso da idéia de “naturalidade”, muitas vezes, acaba assumindo a configuração de preservar o que já é tido como “natural”, ou seja, a idéia de “naturalidade” é comumente associada pela nossa sociedade, à idéia de permanência majoritária dos homens nos espaços de poder.

Por outro lado, a dificuldade do preenchimento das cotas de mulheres para as candidaturas tem fortalecido a idéia aparente de que a mulher é um ser apolítico. Os discursos a respeito do não preenchimento das cotas vão ao sentido de legitimar a tese de que as mulheres “não se interessam por política”. Esse discurso baseado na aparência, esconde o que há de mais pernicioso que é a manutenção de preconceitos e estereótipos que contribuem com a conformação da política formal, enquanto espaço majoritariamente masculino. As dificuldades para as mulheres tornarem-se candidatas traduzem-se em obstáculos educacionais, culturais, sociais e econômicos que devem ser trabalhados pelos partidos via formação e adoção de medidas internas, como forma de garantir o exercício do poder pelas mulheres, em suas instâncias de representação.

Sabe, muitas vezes dizem: - “Ah, as mulheres não participam”, muitas vezes: - “Ah vocês não participam porque não querem”. Não é verdade, a mulher além de tudo isso ela tem uma dupla jornada. Às vezes ela trabalha em casa, trabalha fora pra ajudar na renda familiar e ainda tem a militância, aí que ela vai cuidar da questão partidária. Então eu acho que tudo isso dificulta que a gente tenha mais mulheres participando e claro não podemos nos esquecer aqui uma certa dose de machismo também, a gente não pode esquecer que tem homem que não gosta que a mulher dele participe politicamente, que vá lá na frente de uma reunião expor as idéias, defender as suas propostas, então muitas vezes ela acaba participando, presidente de associação moradores que a gente vê bastante, presidente de entidades sociais, presidente de clubes de serviços, uma série de outras coisas, mas quando chega no

âmbito do político ainda há uma certa resistência, eu sempre brinco quando eu encontro um grupo de mulheres: “olha gente enquanto”, e o medo de expor as idéias e quando você pega num microfone e vai se colocar em público você está se colocando de forma aberta para receber críticas também (Deputada Federal PSDB).

Os depoimentos de nossas entrevistadas têm apontado uma série de fatores que influenciam na participação e na decisão das mulheres de se colocarem como candidatas. O primeiro desafio é estimular a participação das mulheres no partido. Em suma, as explicações quanto a pouca participação das mulheres se dá a partir do fator cultural, das jornadas de trabalho enfrentadas pelas mulheres, pelo machismo de seus companheiros e também pela própria inabilidade da mulher em lidar e se inserir nos espaços públicos. Por outro lado, o partido não tem dado enfoque a essa questão e muito menos atua no sentido de reverter essa situação.

Eu acho assim que particularmente o meu partido nós ainda estamos devendo às mulheres. Por exemplo, nós tínhamos na legislatura passada, nós tínhamos 6 deputadas federais pelo PSDB, terminamos com 4 e agora somos 3. Lógico que agora nós temos uma governadora que é a Ieda Crusius. Mas, eu ainda entendo que o PSDB ainda deve muito ainda às mulheres, nós precisamos eleger mais vereadoras, mais prefeitas, mais deputadas estaduais, federais, mais governadoras. Eu acho assim que dentre os partidos políticos nós não somos o pior, mas nós poderíamos pelo próprio potencial do partido, nós poderíamos estar melhor. É uma coisa que realmente precisa ter, recentemente estávamos numa reunião de discussão da reforma política e nós mulheres entendemos que nós precisamos avançar, porque nós éramos na legislatura passada 46 deputadas federais, hoje nós somos 45. Ao mesmo tempo está bom, ampliou no número de senadoras, mas ainda nós somos muito poucas, dentro da câmara são 513 cadeiras e a gente tem apenas 45, quer dizer muito pouco, e desses 45, apenas 3 são do PSDB, então a gente ainda realmente está numa situação de dívida com as mulheres (Deputada Federal PSDB).

Com relação ao comprometimento dos partidos com a incorporação das mulheres ao poder, é necessário enfatizar que há diferenças substanciais entre eles e que se deve levar em consideração as tendências ideológicas. Nesse sentido, o PT tem inspirado outros partidos a discutirem a viabilidade de adoção de cotas para mulheres em suas instâncias internas de representação. Uma das estratégias adotadas pelos partidos, identificados como de esquerda, para aumentar a participação das mulheres foi a formação de quadros femininos para compor as instâncias dos partidos. Nesse sentido, cabe destacar a importância e o pioneirismo do PT ao instituir cotas de no mínimo 30% e no máximo 70% de ocupação de cargos por um dos sexos, nas instâncias de poder internas do partido.

No estatuto do PT é uma regra 30% tanto na executiva como no diretório tem que ser ocupado por mulheres, isso é uma regra que o partido cumpre a risca. [...] Para preencher os cargos de diretórios no espaço nacional a gente consegue. Às vezes até

falta espaço, até sobra mulher, que às vezes até encheu cota, muitas vezes até a gente pede em função de que encheu a cota mínima, aí na hora do ideológico, acaba o companheiro ocupando o espaço. Agora na disputa eleitoral a gente tem tido dificuldade de preencher as vagas (Deputada Estadual/PT).

Assim, de acordo com estudo realizado por Araújo (2005) partidos mais comprometidos com a incorporação das mulheres, as estratégias mais radicais eram aquelas voltadas para trazer mulheres para posições internas; quando se tratava de nomeá-las como candidatas, sobretudo ao parlamento nacional, as estratégias tornavam-se menos radicais e mais diluídas. Em virtude das políticas de gênero implementadas pelos partidos de esquerda, acabou que desencadeando um “efeito contágio” (ARAÚJO, 2005) em outras organizações, como se observa no depoimento abaixo.

O PMDB avançou bastante, agora tem alguns partidos que avançaram mais, como o PT. O PT já há muito tempo fez formulação inclusive no estatuto, estabelecendo um percentual de participação também de mulheres na composição de seu partido. A gente tem feito muito essa discussão aqui internamente no partido, a orientação nossa qual é? Porque isso inclusive está pautado no PMDB mulher a nível nacional, pra que na próxima convenção nossa, nós vamos fazer uma reformulação no estatuto do PMDB pra também levar, estabelecer uma participação de cotas na composição dos diretórios municipais, nas executivas municipais, nos diretórios estaduais, executivas estaduais, entendeu? Nós achamos que foi um avanço já, nós tivemos uma prévia, 20 mil filiados no país inteiro, até então o PMDB mulher nunca tinha tido voto como instituição, como segmento do partido. As mulheres votavam sim, como aquelas, que eram delegadas, por uma maneira ou outras eram delegadas, mas nessa eleição agora, nessa prévia que nós tivemos interna o PMDB mulher votou. Quem vota nos municípios? Vota o diretório municipal que tiver constituído, vota PMDB jovem que tiver constituído e vota PMDB mulher que tiver constituído. Então foi dado direito de voto, de participação e eu acho que é dessa maneira que se leva as mulheres a participarem mais, sem essa motivação da militância política dificilmente ela vai se motivar o suficiente pra disputar o mandato (Deputada Federal PMDB).

É importante ater-se para o que Araújo (2005) tem alertado, pois, nesse processo de adoção de cotas pelos partidos, há um movimento de mão-dupla, que precisa ser levado em consideração. Se Por um lado, a crescente organização das mulheres tende a exercer pressão no sentido de que suas demandas sejam apoiadas pelas direções partidárias. Por outro, a descoberta de que as mulheres são uma força eleitoral decisiva e, portanto, suas demandas não podem ser desprezadas, conduz os partidos a assumir algum nível de compromisso público em relação ao problema da sua inserção nas esferas de poder (ARAÚJO, 2005). Portanto, essa via de mão dupla, de certa forma, oculta os reais níveis de comprometimentos dos partidos políticos para com as mulheres.

È importante frisar que a necessidade de formação de mulheres candidatas apontadas por nossas entrevistadas não vem acompanhada da idéia de uma formação política voltada

para perspectiva de gênero e sim somente para capacitação da mulher candidata, ou seja, a necessidade de desenvolver habilidades necessárias para concorrer aos cargos de poder. É mister analisar que a formação de candidatas não vem acompanhada da noção de incorporação de uma plataforma política voltada para defesa de direitos das mulheres e sim para atender interesses e plataformas políticas dos partidos.

Em relação às cotas e as eleições de mulheres é possível detectar que, apesar da resistência dos partidos em aderir à lei de cotas, podemos perceber que essa lei é vista como positiva pela maioria das deputadas entrevistadas. O que se tem apontado são os resultados favoráveis com relação à eleição de candidatas a vereança, cargo assumido em âmbito municipal. Nesse sentido, muitas mulheres colocam que a lei de cotas fortaleceu as candidaturas femininas, muitas foram só preencher a lista e acabaram se elegendo:

Pra você ver o quanto é importante a lei de cotas agora na eleição de 2004 nós passamos de 6% dos vereadores com mandato de mulheres nós passamos pra 11 e isso foi graças a lei de cotas, porque você vê depoimento de mulheres que falam: - “Olha eu tava lá no meu trabalho, na minha comunidade ou lá na minha casa e de repente o partido precisava preencher o numero de candidatos e foram lá pra me convocar pra eu ser candidata e eu assumi o desafio e fui lá e ninguém acreditava que eu ia, e eu fui pra preencher uma lista só”. [...] Elas dão depoimento que elas foram pra preencher lista só, e que se elegeram vereadoras, mas porque elas se elegeram? Porque tinham potencial, porque se elas não tivessem nessa lista elas não teriam tido oportunidade de demonstrar o potencial que elas tem, então vão ser duas vereadoras, se elas vão ter um novo mandato. Eu não sei, esse é outro questionamento, muitas vezes as pessoas até que tem um engajamento político e não tem um bom mandato, bom desempenho (Deputada Federal/PMDB).

Nota-se a partir desse depoimento que as legislaturas municipais tem-se demonstrado mais permeável às mulheres e que se obteve resultados positivos em eleições de mulheres a partir da institucionalização das cotas, o que melhor precisa ser estudo a respeito, é preciso estudar melhor essa questão política em Mato Grosso.

Seria equivocado afirmar que somente a resistência partidária é o fator determinante para o não ingresso das mulheres à representação política. Essa afirmativa pressupõe o fato de que há um grande contingente de mulheres dispostas a concorrer às eleições e são impedidas pelos partidos, o que de fato não ocorre. Nesse sentido, é possível identificar nos depoimentos de nossas entrevistadas, a consonância com estudos realizados por Araújo (2001), Pinheiro (2007) e Miguel & Grossi (2001), que para além de aspectos culturais, sociais e partidários há fatores relacionados à própria lógica eleitoral, que tem impedido o acesso das mulheres à elite política.

O PT sendo um dos partidos que tem essa questão de gênero mais discutida, mais representativa, isso você vê até na eleição dos parlamentares, o PT é um partido que

consegue ter o maior índice de participação feminina, mas eu vejo que na hora da disputa eleitoral, infelizmente, a posição estrutural dificulta e não tem jeito. Mesmo que defensora na questão de compartilhar a questão do recurso, vou discutir financiamento público de campanha, tem que se ter um percentual para as candidaturas femininas definido em lei. Essa história, “ah é democrático”, não é verdade (Deputada Estadual/PT).

O depoimento acima traz à discussão a influência do sistema eleitoral na eleição de mulheres aos cargos de poder, pois, como tem afirmado Araújo (2003) “ao lado de posições ideológicas, há cálculos eleitorais que influenciam, na esfera organizacional, definem as estratégias partidárias e o lugar dos atores nessas estratégias, tais como o recrutamento e o investimento eleitoral”. Nesse sentido, os partidos preferem investir em candidaturas com altas chances de elegibilidade, portanto, àqueles que já possuem mandatos. Segundo Araújo (2005):

Para as mulheres que estão ingressando, ao desafio de competir com os detentores de mandatos soma-se a necessidade de conseguirem ser incluídas nos critérios anteriormente mencionados, relacionados com uma trajetória partidária e/ou política externa ao partido, seja como liderança associativa, seja representante de cargo público, entre outros. E aqui, também, as mulheres podem encontrar-se em desvantagem (ARAÚJO, 2005).

Há que se levar em consideração o custo financeiro das campanhas eleitorais. Outro fator destacado pelas entrevistadas diz respeito ao financiamento de campanha, pois, no Brasil as campanhas demandam altos custos financeiros, em virtude da lógica eleitoral tradicional. Seguindo a linha de raciocínio, os candidatos que já tem mandato eleitoral, podem dar mais suporte as suas campanhas, pois, já são populares e conhecidos entre eleitores, isso já lhes garantem certa estrutura de campanha e se constitui em uma vantagem com relação a candidatos e candidatas que precisam projetar-se na política. Nesse sentido, Araújo (2005) destaca que em estudos realizados por Matland (2002, p. 113), tem-se observado que em virtude desses espaços serem tradicionalmente ocupados pelos homens gera a tendência de estabelecer padrões com potenciais eleitorais associados aos padrões masculinos.

Uma das coisas que dificulta muito a mulher ser candidata também é a questão do recurso financeiro, nós não somos acostumadas a sentar e debater a questão financeira: “olha como é que nós vamos fazer para angariar recursos pra nossa campanha”. A mulher não foi acostumada como os homens são e se nós tivermos o financiamento público de campanha isso ajuda porque o recurso ele vai ser dividido de forma igualitária pra mim, pra você, pro João, pro Manoel, pro Pedro, pra Maria, vai ser distribuído de forma igualitária, então dentro da proposta assim de forma muito rudimentar vai chegar ao seguinte, “olha o PSDB aqui de Mato Grosso vai destinar 5 mil reais pra cada deputado federal pra gastar durante sua campanha, então nós duas vamos concorrer de forma igualitária com os homens e não como está agora. Porque a gente sabe que ainda os homens tem um poder de articulação

muito maior que o nosso e com isso eles conseguem uma eleição em número bem maior que nós mulheres (Deputada Federal/PSDB).

As desigualdades de gênero também se traduzem em desigualdades financeiras no momento da disputa eleitoral, pois, também é mais difícil conseguir investimentos para candidaturas femininas. As mulheres parlamentares entrevistadas reconhecem que as cotas não são suficientes para que a eleição de mulheres ocorra, seria necessário que os partidos investissem mais nas candidaturas. Nesse sentido, o estudo aponta que para compreender a representação feminina nas instâncias de representação atual, significa pensar em vários fatores que devem ser analisados e não somente a partir da resistência dos partidos às candidaturas femininas.

Portanto, o que se nota através de depoimentos das mulheres parlamentares é que as decisões por candidaturas levam em consideração outros aspectos, que não necessariamente estejam diretamente relacionados ao machismo, mas também, ao sistema partidário e eleitoral²⁵. É possível perceber níveis de comprometimentos dos partidos políticos com o compromisso de eleição de mulheres. Reconhecidamente partidos de esquerda tendem a incentivar mais as candidaturas femininas. Porém, esse incentivo não se traduz concretamente em vitórias eleitorais para as mulheres.

Um dado fundamental que pôde ser observado é a incorporação de discursos em favor da inserção das mulheres na política, pelo menos para algumas, de forma retórica. Como observa Araújo (2005) “esse efeito não necessariamente se reflete em níveis de compromissos idênticos entre as diversas organizações partidárias, mas de todo modo, obriga-as a assumir algum tipo de manifestação pública, formal ou efetiva”. Portanto, os partidos políticos se vêm cada vez mais obrigados a assumir um discurso mais aberto à causa feminista.

A exclusão das mulheres não é mais defendida nos discursos políticos dos partidos e nem está presente na concepção política de nossas entrevistadas, porém, é preciso destacar que há ausência em suas campanhas de plataformas de lutas específicas das mulheres ou bandeiras de lutas identificadas com o movimento feminista. De certa forma, há em diferentes níveis uma absorção em termos de discurso de uma simpatia à eleição de mais mulheres pelos partidos, em algumas representantes de partidos isso se dá de forma mais retórica e outras de forma mais efetiva.

²⁵ ARAÚJO, C. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina: CFH/CCE/UFSC, v.9, 2001, p. 239.

3.2.3 Mulheres na Elite Política Mato-grossense: atuação parlamentar

Neste item procuramos destacar a atuação das mulheres mato-grossenses no parlamento em nível federal, nas duas casas legislativas Câmara Federal e Senado e em âmbito estadual, Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Uma das questões abordadas foi com relação aos trabalhos nas comissões das câmaras federais, estaduais e Senado. Com relação ao fato de estar no parlamento as deputadas nos relataram que se trata de uma experiência muito importante, pois, é um espaço que em sua maioria é composta por homens e, portanto, exige posicionamento e experiência, bem como, estudos para se sobressair nos trabalhos e na argumentação para defender determinados temas. O depoimento abaixo explicita essa questão:

[...] É diferente lógico, outra coisa é você de repente estar no foco da discussão, você participar da discussão. [...] Você expor sua imagem, você expor seu pensamento, você estar ali debatendo, você estar se posicionando, as pessoas estão te avaliando (Deputada Federal/PMDB).

Com relação a essa questão, nossa entrevistada enfatiza que atuar no parlamento foi mais difícil que a própria campanha eleitoral. Pois, sempre participava das campanhas como colaboradora e não como candidata. Mas, via as campanhas com mais naturalidade e não achou difícil participar das disputas eleitorais, uma vez que isso sempre fez “parte de sua vida”, porém, relata que a atuação parlamentar é diferente, exige experiência e preparo. A questão da experiência é muito enfocada por nossas entrevistadas, nesse sentido, o critério para participação das mulheres em determinadas comissões de trabalho em nível federal têm sido a experiência e não critérios explicitamente baseados no gênero. A respeito das desigualdades de gênero, uma de nossas entrevistadas explica que:

Eu acho que se houve ou que se há é uma coisa muito velada. Eu acho que há três mandatos atrás isso era mais presente, eu acho que hoje já não tanto. Teve uma evolução bem rápida nessa última década. Eu acho que a questão da experiência sim, isso é, mas a questão de gênero não, a questão da experiência no ministério é muito forte mais a confiança ela logo vem, mas a questão de gênero eu acho que hoje, hoje no mandato não (Deputada Federal/PMDB).

Embora os critérios de gênero não sejam utilizados de forma explícita para alocar mulheres e homens em comissões de trabalhos no parlamento é preciso enfatizar que quando o critério adotado é a experiência nota-se que o padrão de experiência pode se confundir com atributos masculinos, já que historicamente foram os homens que mais atuaram nos trabalhos do legislativo. É aí que as relações de gênero se manifestam e estruturam as relações sociais,

ou seja, a composição das comissões acaba por revelar também a inserção das mulheres em áreas tipicamente femininas, conforme apontado no depoimento de uma de nossas entrevistadas.

A gente tem muitas mulheres na comissão de seguridade social, na comissão de educação, na comissão que mais assim, não me lembro o nome não sei dizer, não é Seguridade Social e Família, então envolve todas. O problema sabe, o que acontece também é que nós somos muito poucas e aí a gente não consegue se dividir em todas as comissões que gostaríamos, então comissão do trabalho nós temos bastante mulheres, algumas áreas ainda há um número reduzido de mulheres.[...] A questão da segurança até que ainda tem um pouco mais de mulheres, mas por que? Como a questão da segurança envolve diretamente a sociedade como um todo, a mulher costuma estar presente. Falta assim comissão de Minas de Energia, comissão de agricultura, comissão de indústria e comércio sabe, essas comissões e também como nós somos poucas a gente acaba se concentrando naquela que afeta diretamente e que a gente sabe que vai ter uma atuação muito presente, mas de fato ainda nós estamos com uma atuação deficiente em setores que são importantes ali dentro da câmara (Deputada Federal/PSDB).

O depoimento acima revela que os homens participam mais de comissões relacionadas à infra-estrutura e finanças, enquanto que as mulheres costumam inserir-se em comissões mais relacionadas às temáticas que diz respeito à sociedade e estão relacionadas aos cuidados, é preciso ressaltar que essa inserção das mulheres no legislativo não é identificada como um fenômeno relacionado às questões de gênero e sim relacionam-se com outros fatores como a reduzida participação das mulheres e a experiência.

O estudo realizado por Pinheiro (2007) ao tecer uma análise da atuação das mulheres parlamentares federais no Brasil, desde o período pós-constituente traz essa questão. As análises direcionam-se para atuação das mulheres no parlamento em dois subgrupos. A participação das mulheres no primeiro subgrupo diz respeito a projetos na área social, trata-se de uma participação identificada como tipicamente feminina nas áreas relacionadas à saúde, educação, meio ambiente, violência sexual e doméstica, cultura e assistência social. São áreas diretamente associadas aos cuidados e “traduzem-se em uma atuação que remete aos papéis de gênero e às atividades tradicionalmente exercida pelas mulheres”.

No segundo subgrupo encontram-se as mulheres direcionadas também para comissões relacionadas a temas sociais, que, porém, não tem relação direta aos cuidados e aos papéis de gênero e “compreende a atuação das mulheres nos campos do trabalho, da previdência social, desenvolvimento agrário e política rural, segurança pública, meio ambiente e turismo”²⁶.

²⁶ PINHEIRO, L. S. *Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2007. (Série Documentos)

Já em nível estadual a distribuição de homens e mulheres nas comissões de trabalho é orientada a partir de entraves relacionados à tendência ideológica, ou seja, em comissões importantes e estratégicas, os representantes de partidos de esquerda são isolados, nesse sentido, a questão ideológica influencia na inserção de determinados/as parlamentares em comissões de trabalho na câmara. No entanto, mesmo com a presença de apenas uma parlamentar, a comissão para a qual esteve designada foi a educação, também, uma comissão de trabalho intrinsecamente relacionada aos cuidados e associada ao universo feminino:

Enquanto vereadora do partido, procurei dentro do parlamento estar em comissões importantes que decidem a vida, decidem projetos importantes. Não conseguia, mas não era porque era mulher, era porque o partido não podia estar ali naquela comissão. Eu lembro duas comissões importantes que era a de Justiça ou de finanças, mas não era porque era mulher, era por causa do partido. Imagina colocar o PT numa comissão de justiça, mas não ia colocar o PT na de finanças, então eu acho que nessa questão eu não acho que é a questão de gênero, é uma questão ideológica mesmo que soma. [...] Onde eu ocupei espaço dentro da Câmara de Cuiabá, eu fui presidente da Comissão de Educação várias vezes, mas porque eu briguei, articulei e tal, consegui. E lá na Assembléia Legislativa também fui presidente da Comissão de Educação, consegui ser presidente também por uma briga, foi uma disputa, foi articulado pra conseguir ficar na comissão (Deputada Estadual/PT).

Com relação à articulação das mulheres para aprovação de projetos relacionados aos interesses femininos apresentados na Câmara Federal e no Senado identificaram-se a partir de depoimentos de nossas entrevistadas diferenças substanciais em relação a nível federal e estadual. Com relação à Câmara Federal e Senado nossas entrevistadas têm apontado que em algumas situações, a “identidade de gênero” une as mulheres, mesmo que de diferentes colorações partidárias, em torno da aprovação de projetos que dizem respeito diretamente aos direitos das mulheres. Segundo nossas entrevistadas a respeito dos trabalhos na Câmara Federal e no Senado, a questão de gênero:

Tem unido. Tem unido. Acho até porque nós somos poucas ainda, a gente fica meio assustada, sabe que tem que somar e as entidades “chegam junto” também. Então, é uma forma de controle dos nossos procedimentos. Acho que isso tem ajudado a avançar bem. Sexta-feira passada, nós fizemos uma reunião na minha casa, lá em Brasília, no meu apartamento, onde reunimos mais de vinte entidades presentes, desde a presidente do Sindicato de Mulheres, de empregadas domésticas, o CFEMEA e outros. E esses movimentos chamaram todo mundo e estava lá em casa: deputadas, senadoras, a ministra Dilcéia, pra gente discutir, mais ou menos, como deve ser o trabalho este ano, entre a integração, entre o desenvolvimento e as parlamentares. Acho que isso já é uma mudança de mentalidade que é importante na área da legislação e também nos dá visibilidade (Senadora/PT).

[...] nós temos a Bancada Feminina que tem trabalhado de forma conjunta nesse sentido de estar procurando aprovar projetos de leis que deixem que utilizem a figura da mulher de uma outra forma e não banalizada como a gente vê em campanhas de cerveja, campanhas de turismo e tudo mais, isso é uma das bandeiras

da Bancada Feminina. [...] A Bancada Parlamentar que agora está na coordenação ainda provisória da Deputada Heloísa Erundina que é do PSB, tem demonstrado muita unidade na defesa de projetos que realmente vão beneficiar a mulher, a criança e ao adolescente, a gente não está fazendo a luta só na questão da mulher, é da família. Então todos os projetos que tem essa característica, que a gente sabe que vai contribuir tanto para a melhoria da qualidade de vida da mulher, da criança e do adolescente nós temos atuado assim de forma muito forte, muito conjunta, independente da questão partidária, não importa se é do PFL, se é do PT, se é do PSB ou do PSDB, a gente está trabalhando de forma conjunta e tem dado certo, a gente não tem ainda tudo que a gente gostaria, mas existem discussões lá muito importantes como a questão da saúde da mulher, a questão do orçamento, agora recentemente os projetos de lei com relação à questão da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, então tudo isso são bandeiras que a gente tem levado de forma muito firme e de maneira muito unida (Deputada Federal/PSDB).

O fortalecimento da pequena parcela de legisladores nas duas casas legislativas se dá a partir da bancada feminina. Em virtude das mulheres se constituírem em uma minoria em relação aos homens na representação política, a Bancada Feminina no Congresso é um espaço suprapartidário, onde se reúnem deputadas e senadoras para debaterem temas referentes aos direitos das mulheres e aprovar projetos específicos. Reúnem-se, planejam suas atividades, bem como, elegem a sua coordenação. Nesse sentido, a existência da bancada feminina tem sido apontada como um dos pontos fundamentais para trabalhar com as legisladoras as questões relacionadas aos direitos das mulheres. Nessa instância, as organizações de mulheres e ONGs – organizações não-governamentais tradicionais feministas como o CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria de forma incisiva.

O CFEMEA realiza um trabalho de acompanhamento das atividades das parlamentares no congresso, exercendo pressão à bancada feminina, colocando-se como mediadora entre o poder legislativo e os movimentos de mulheres. Especificamente também realiza atividades de assessorias para subsidiar as parlamentares, orientando a bancada a apresentar projetos e apoiar emendas e proposições que venham ao encontro das demandas colocadas pelo movimento de mulheres. Além disso, promove palestras, debates e oficinas como forma de divulgar as proposições feministas junto às legisladoras, realizando o papel de educação e formação política. Com relação à bancada feminina, bem como, o comportamento e articulação do movimento de mulheres, através de ONG's, junto às legislaturas federais é um tema que merece ser mais bem estudado.

Com relação à articulação em torno da aprovação de projetos em nível estadual, a atuação das mulheres torna-se mais difícil. Em primeiro lugar, cabe-se ressaltar que na Assembléia Legislativa de Mato Grosso, historicamente a eleição de mulheres é muito pequena, ou seja, o maior número de mulheres eleitas para assembléia legislativa de Mato Grosso foram duas, na legislatura 1995-1999. Em virtude disso, é muito mais difícil organizar

as mulheres em torno de interesses comuns na Câmara Estadual, já que trata-se, geralmente da eleição de apenas uma mulher. Em segundo lugar, não há um trabalho a ser realizado por organizações não-governamentais feministas ou ainda movimentos de mulheres que atuam de forma a pressionar o legislativo do estado. Essa situação esboça um cenário desfavorável para atuação das mulheres na legislatura estadual. Se poderia dizer que é um lugar em que o poder masculino se exerce de maneira mais efetiva, inclusive a partir dos discursos na tribuna:

Em toda a minha experiência como deputada, vou te contar dois fatos. Fui deputada estadual doze anos. Um dia, por exemplo, eu estava discutindo Política Agrícola. [...] Mato Grosso é um estado eminentemente agrícola e fiz algumas colocações na tribuna. Aí um deputado pediu uma parte. Eu dei a parte porque eu acho que é democrático. E numa parte ele falou: “-Ah, vamos esvaziar o quorum, porque a gente está perdendo tempo aqui”. [...] “- A gente tá perdendo tempo aqui, porque mulher não entende de agricultura, não entende nada. Mulher no máximo entende de cozinhar arroz e feijão em volta do fogão. E essa daí nem disso entende, com certeza!”. [...] Aí eu falei: - Terminou a parte? e ele disse: - terminei. E eu: - Por favor, Senhor Presidente requeira uma cópia porque eu vou entrar com um processo contra o deputado, porque isso foi uma forma de discriminação aberta que violenta nossa constituição. Aí ele pediu desculpa e pediu para retirar a fala dele. E eu não pude meter um processo contra ele, porque pediu pra retirar, quando pede, retira. [...] Aí outras vezes eu estava fazendo uma defesa contra um projeto que estava sendo votado, não me lembro quem era o governo na época. E eu estava combatendo, aí chegou um deputado que era vice-líder do governo e pediu uma parte, eu dei a parte e ele falou: “- vamos esvaziar o quorum”. Porque ele viu que eu estava revertendo, que estava virando o jogo, meus argumentos eram convincentes. [...] Aí ele falou: “- Vamos! Vamos! Vamos esvaziar o quorum! Deixar pra votar outro dia, porque hoje ela está muito nervosa, porque ela está naqueles dias” E ele pensou que com isso ele me intimidasse. Porque a intimidação vem sempre, a tentativa de intimidação. [...] Aí eu falei: - O senhor terminou? E continuei debatendo e se eu não me engano eu reverti aquela votação e ele ficou furioso, foi uma confusão danada. Naquele dia foi interessante porque tinha o pessoal da imprensa que estava lá naquele momento e tinham várias mulheres jornalistas que estavam lá e elas botaram na imprensa, ficaram revoltadas, sei que ele teve sérios problemas... (Senadora/PT).

Eu sempre dizia que no parlamento quando algum parlamentar não conseguia um debate político na questão ideológica, aí quando ele perdia o argumento no debate ideológico começava a questão de gênero, aí dizia “ah porque você é mulher, você tá naqueles dias”, não sei o que. [...] Eu ouvi, de estar naquele dia no microfone, no microfone registrado que eu tive que pedir decoro. Na Assembléia chegaram a falar na tribuna que eu devia estar naqueles dias, coisa horrorosa, mas aconteceu. Porque eu acho assim que pra mim está muito claro, quando eles perdem os argumentos políticos eles usam a questão de gênero que é uma forma inclusive de atingir a gente, [...] desqualificar aí vem o preconceito, porque ele não fala pra um homem que ele está brigando com outro homem parlamentar e aí ele ou vai pra porrada ou fala “é porque você tá sem transar”, ele não fala isso pro outro, você tá faltando ele não fala isso, quando acaba o movimento político ele vai pra porrada, ele, isso eu vi várias vezes na Assembléia Legislativa de quase um ou outro ir as vias de fato. E com a gente que é mulher, primeiro vem esse pra atingir. Depois se precisar vem pra porrada também. [Foi agredida] verbalmente algumas vezes e geralmente por um parlamentar assim, um ou outro parlamentar assim, mas não é uma coisa generalizada, agora é o seguinte não tem ninguém deles que se levanta pra defender, nenhum se levantou pra me defender, nunca, eles têm medo de fazer esse enfrentamento, nem meu colega de partido foi lá me defender (Deputada Estadual/PT).

Os depoimentos acima revelam que no cenário estadual, a relação entre homens legisladores e mulheres legisladoras está perpassado por relações de desigualdades, em que os homens legisladores, utilizam-se de “termos preconceituosos”, geralmente relacionados à sexualidade das mulheres, como forma de desqualificar a mulher intelectual e moralmente. Nesse sentido, no cenário estadual, as desigualdades de gênero no ambiente legislativo se mostra de forma direta. A desqualificação das mulheres é utilizada como mecanismo de intimidação das mulheres legisladoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve a pretensão de realizar uma análise acerca da temática da mulher e política no estado de Mato Grosso, tendo como sujeito de pesquisa as mulheres parlamentares federais e estaduais da legislatura 2003-2007. Essa legislatura foi marcada como aquela que mais elegeu mulheres em nível federal de toda história política do estado: três deputadas federais, uma senadora e uma deputada estadual. Portanto, o presente estudo partiu da “presença” e não das “ausências” das mulheres no poder.

Partiu-se da constatação que a baixa representatividade feminina é um fenômeno universal, portanto, atinge a maioria dos países. Nesse sentido, o estudo realizou um recorte temporal, abordando, somente as trajetórias educacionais, profissionais e políticas das mulheres que se ascenderam ao poder e atuaram enquanto legisladoras no mandato de 2003 a 2007. Para compreender o déficit histórico de participação e representação política da mulher, no Capítulo I discutiu-se sobre o feminismo e sua influência na educação política das mulheres brasileiras. Enfocou-se o movimento feminista como principal agente de transformação, no que diz respeito, à questão da reivindicação da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais das mulheres.

Com objetivo de organizar as mulheres em torno de questões específicas, o feminismo acabou construindo suas próprias metodologias de intervenção, introduzindo no interior dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, práticas político-pedagógicas voltadas à formação de mulheres em uma perspectiva de crítica ao machismo e às desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, engendrada historicamente a partir da cultura e da educação.

Decisivamente a entrada do feminismo no Brasil se deu a partir da abertura política em 1979. O feminismo foi introduzido no Brasil a partir de mulheres que viveram o exílio na França e outros países da Europa e, trouxeram de lá toda a experiência de convívio com grupos feministas e com as idéias de Simone de Beauvoir e Virginia Woolf. Essas mulheres atuaram primeiro, em movimentos e organizações clandestinas de oposição à ditadura e de certa forma, já rompiam com o estereótipo de mulher atrelada ao espaço doméstico.

No contexto do exílio essas trajetórias foram influenciadas pelas práticas feministas e pela efervescência do movimento feminista europeu, fazendo com que essas mulheres aderissem ao feminismo. Portanto, trata-se de trajetórias em que além da consciência política a respeito do rompimento com a sociedade de classes, também, torna-se necessário refletir

sobre o papel da mulher na recondução da sociedade, sobretudo, a partir do restabelecimento da democracia na América Latina.

A partir da década de 90 diante das conquistas formais, no que diz respeito, à legislação e institucionalização de órgãos como o Conselho da Condição Feminina e a criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher, o movimento de mulheres e feminista passou cada vez mais a institucionalizar, via ONGuização.

Esse debate, embora não tenha posições unívocas e também seja bastante polêmico, levanta uma preocupação fundamental que é a mudança nas características das práticas político-pedagógicas antes empreendidas em comunidades populares, portanto, tratava-se de práticas alternativas. Com a institucionalização dos movimentos e a implementação de políticas públicas para as mulheres, as intervenções pedagógicas tem-se centrado cada vez mais na capacitação de profissionais e não mais na organização do movimento. Enfim, o que tem preocupado é a necessidade de formação de novos/novas agentes para empreender lutas futuras, pois, a igualdade entre homens e mulheres ainda não foi alcançada, em maior escala ainda persiste, a fome, a miséria, o desemprego e a violência.

A conquista de direitos civis e políticos das mulheres, demandou historicamente muito esforço e organização. Trata-se de movimentos que foram duramente reprimidos e violentados pelos poderes instituídos, pois, na concepção do Estado Moderno, ancorados no liberalismo, presente na idéia do Contrato Social, sujeito de direitos é identificado com: homem, branco, possuidor de propriedades. Essa questão nos remeteu para o Capítulo II do trabalho, em que se discutiu as lutas das mulheres em torno da conquista dos direitos civis e políticos no mundo ocidental e a importância dessa luta para alteração da cultura política das mulheres. O estudo procurou abordar o processo histórico de exclusão das mulheres dos espaços de poder, processo esse, que se reflete com intensidade no presente e se revela nas baixas porcentagens de mulheres que ocupam os cargos de representação.

A partir de estudos sobre mulher e política realizados na área da ciência política, (ARAÚJO, 2001; AVELAR, 2001; MIGUEL, 2001; PINHEIRO, 2007) procurou-se enfocar os fatores que tem contribuído para permanência da pouca participação e pequeno ingresso da mulher na política formal, sobretudo, nos cargos de representação, enfocando as rotas de acesso ao poder, dentre elas, os partidos políticos. Esses estudos têm constituído em importantes referências para pensar aspectos que interferem nas rotas que as mulheres precisam percorrer para ingressarem no poder.

A discussão feita nos dois capítulos permitiu uma melhor compreensão acerca da representação política das mulheres à luz de uma abordagem que tem como referencial teórico

os estudos de gênero, que compreende as relações entre os sexos a partir dos processos de transformações de ordem econômica, social, cultural e política, que produzem impactos no modo de ser e de viver de homens e mulheres. Com relação à participação política das mulheres, nunca é demais lembrar o importante papel do movimento feminista para a cidadania das mulheres, ou como dizia Virginia Woolf, devemos nos lembrar das muitas conhecidas e desconhecidas que vieram antes de nós e, portanto, tornaram a trilha para nós, mais suave. Embora, as mulheres não se reconheçam propriamente feministas, os direitos das mulheres na sociedade moderna atual, ainda guardam profundas ligações com o feminismo.

É nessa perspectiva que procurou-se abordar o Capítulo III, cuja análise centrou-se nas trajetórias educacionais, profissionais e políticas das legisladoras mato-grossenses, objeto de estudo desse trabalho. O recorte temporal foi a legislatura 2003-2007, pelo fato de que em nível federal, essa legislatura foi aquela que elegeu o maior número de mulheres, cerca de 25% de mulheres foram eleitas para compor a Câmara Federal por Mato Grosso. É também nesse pleito que se elege a primeira senadora da história de Mato Grosso. Portanto, até o momento, essa legislatura constituiu-se em uma excepcionalidade.

É possível afirmar esse caráter excepcional a partir das trajetórias das legisladoras (câmara federal) que se projetam na política diretamente ao plano federal, a partir da influência marital, como alternativa, naquele momento político, de renovação de quadros. Em âmbito estadual, a pequena representação feminina revela um quadro de inércia, sendo eleita uma mulher apenas ao mandato de deputada estadual no período de 2003-2007.

A partir das informações obtidas, identificou-se que a ascensão política das legisladoras se dá a partir de duas vias: a via da liderança em movimentos sociais e sindicatos e a via da influência familiar, nesse último caso, especificamente a influência marital. Com relação às mulheres que se ascenderam a partir da segunda via é possível afirmar que elas se inserem no poder a partir de uma prática política tradicional, onde está muito presente a sua experiência na política, enquanto, primeira dama. Portanto, nessa perspectiva é possível afirmar que se trata de um espaço de subalternidade, em que o poder instituído é delegado a partir da presença masculina.

Já com relação às primeiras, ou seja, àquelas que se ascenderam pela via dos movimentos sociais e sindicais, não há em suas trajetórias profissionais e políticas o exercício do cargo de primeira dama, já que para que isso aconteça é necessário que o homem ocupe o poder executivo, portanto, pelo fato de suas carreiras terem mais autonomia com relação à imagem da figura masculina, não se inserem na política a partir dessa experiência.

Apesar de ascenderem ao poder por vias antagônicas, as relações de gênero, no tocante ao exercício do poder atingem as mulheres de todas as colorações partidárias. As informações apontam que, mesmo conseguindo romper com a lógica dos papéis tradicionais, as mulheres acabam acumulando, junto às atividades políticas, os encargos domésticos. Pois, todas relataram ser difícil conciliar a vida doméstica e a vida política, a decisão e a luta pela candidatura, antes de tudo, começa dentro de casa, fator esse que tem sido apontado como limitador para as mulheres se projetarem como candidatas. Todas têm em comum a aceitação do conjugue quanto ao fato de se candidatarem e projetarem na política.

Ao analisar as trajetórias é possível perceber a constituição de certo capital social, ou seja, o desenvolvimento de habilidades necessárias para atuar no campo da política. Poder-se-ia dizer que a ascensão política também depende em grande parte, ao acesso às redes de relações e contato social, onde a representação política nos revela a noção de uma carreira profissional, em que os atributos necessários como conhecimento, a incorporação de *habitus* e valores provenientes do mundo político é tarefa fundamental de quem se projeta aos cargos de poder. No caso de nossas sujeitas de pesquisa, em suas trajetórias é possível perceber a presença de vários capitais acumulados: culturais, sociais e políticos, que consolidaram uma carreira política e profissional que se conformou no acesso ao poder. No caso de algumas mulheres, essa consolidação chegou bem tarde, cerca de trinta anos de atuação na política.

No que diz respeito às candidaturas, foi possível perceber que nenhuma de nossas entrevistadas tinha interesse em candidatar-se para algum cargo de representação. Isso tem sido explicado em parte, a partir das relações de gênero que estruturam a sociedade e delimitam espaços e lugares a serem ocupados homens e mulheres. Em alguns casos as candidaturas surgiram como estratégia utilizada pelos partidos em lançar candidaturas para apresentar uma “versão feminina” do partido.

Com relação à trajetória de ascensão política foi possível identificar algumas diferenças: as mulheres que se ascenderam pela via familiar, particularmente a marital, elegeram-se diretamente ao poder legislativo federal. Distintamente, as candidatas que se destacaram na política formal a partir dos movimentos sociais, a ascensão aos cargos de representação deu-se de forma gradativa, sendo primeiro, eleita vereadora, deputada estadual e depois, deputada federal ou senador.

Foi possível identificar graus diferenciados de compromisso dos partidos com a inclusão das mulheres no poder. E em primeiro caso, percebeu-se que a temática da mulher e política nem sequer é identificada dentro do partido. Em outros casos, essa temática vem aos poucos sendo incorporada devido a necessidade de se preencher os percentuais de

candidaturas femininas, estabelecidos pelas cotas. Nesse segundo caso, começa-se a discutir a necessidade de estabelecer cotas para representação de mulheres no interior do partido, a exemplo, dos partidos de esquerda que já instituíram as cotas de representação interna, ainda na década de 90. Porém, nesses dois casos identificou-se a ausência de uma formação política voltada às mulheres no interior do partido.

A atuação dos partidos junto às mulheres candidatas acontece de forma pontual, geralmente às vésperas das eleições, que se resume ao trabalho de recrutamento de mulheres a serem candidatas, para cumprir a meta estabelecidas pela lei de cotas. Como essas mulheres não são preparadas pelos partidos, esse recrutamento leva em consideração capitais políticos e sociais como a influência familiar, a inserção na comunidade, participação na sociedade, ou seja, atributos que são adquiridos externamente aos partidos. Assim, lançam-se candidaturas de mulheres que tenham capacidade de “arrastar votos”.

Por outro lado, os partidos de esquerda, historicamente têm demonstrado efetivamente mais compromisso com a incorporação das mulheres ao poder. Pois, o PT, por exemplo, foi o primeiro partido a instituir uma cota de 30% para um dos sexos em suas instâncias de representação partidária. Porém, embora tenha empreendido ações de formação de lideranças femininas, isso não tem se traduzido com mais intensidade no que diz respeito à eleição de mulheres.

A partir das informações obtidas junto às entrevistadas foi possível identificar uma série de fatores que influenciam a candidatura e a eleição das mulheres. Um primeiro fator refere-se ao custo financeiro das campanhas eleitorais. Os partidos políticos têm optado por lançar candidaturas cujo critério de escolha é a elegibilidade, portanto, os candidatos que tem mais potencialidades são os que já exercem mandato eleitoral. Ou seja, como historicamente os mandatos eleitorais têm sido exercidos por homens, os critérios de escolha das candidaturas acabam se associando a padrões identificados com o masculino, conforme tem afirmado Araújo (2005).

As desigualdades de gênero também se traduzem em desigualdades financeiras no momento da disputa eleitoral, pois, também é mais difícil conseguir investimentos para candidaturas femininas. As mulheres parlamentares entrevistadas reconhecem que as cotas não são suficientes para que a eleição de mulheres ocorra, seria necessário que os partidos investissem mais nas candidaturas. Nesse sentido, o estudo aponta que para compreender a representação feminina nas instâncias de representação atual, significa pensar em vários fatores que devem ser analisados e não somente a partir da resistência dos partidos às candidaturas femininas.

A exclusão das mulheres não é mais defendida nos discursos políticos dos partidos e nem está presente na concepção política de nossas entrevistadas, porém, é preciso destacar que há ausência em suas campanhas de plataformas de lutas específicas das mulheres ou bandeiras de lutas identificadas com o movimento feminista. De certa forma, há em diferentes níveis uma absorção em termos de discurso de uma simpatia à eleição de mais mulheres pelos partidos, em algumas representantes de partidos isso se dá de forma mais retórica e outras de forma mais efetiva.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. A “Globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S. (et al). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ARAÚJO, C. M. O. Marxismo, Feminismo e o Enfoque de Gênero. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo, 2000.

_____.Analisando Estratégias – Potencialidades e Limites das Políticas de Cotas no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina, CFH/CCE/UFSC, v. 9, 2001.

_____.Participação Política e Gênero: Algumas tendências analíticas recentes. In: BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, v. 52, n. 52, p. 45-77, 2001.

_____.Os *Partidos Políticos e Gênero*: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 24, n. 24, p. 193-216, 2005.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

AVELAR, L. *O Segundo Eleitorado*: tendências do Voto Feminino no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

_____. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

AVILA, M. B. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed.34,2002.

BAREIRO, L. El Estado, las mujeres y la política a través de la historia latinoamericana. In: *Memória Del II Seminário Regional De poderes y saberes: debates sobre reestructura política y transformación social*. Montevideo-Uruguai: DAWN/REPEM, 2000.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRUSCHINI, C. & LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. In: *Cadernos Pagu – Revista do Núcleo de Estudos de Gênero*. São Paulo: UNICAMP, 2001/2 (17/18).

BRITO, M. N. C. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina, CFH/CCE/UFSC, v. 9, 2001.

BUTLER, J. *Variações sobre Sexo e Gênero*: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, S. & CORNELL D. *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CAPONI, S. Sobre guerras e fantasmas: o feminismo e a distinção entre público e privado. In: MINELLA, L. S. & FUNCK, S. B (orgs). *Saberes e fazeres de gênero: entre o local e o global*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

CITELI, M. T. *Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento*. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina, CFH/CCE/UFSC, v. 9, 2001.

COSTA, A. O. (et al). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

FRASER, N. Políticas Feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça e gênero. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed.34,2002.

FREIRE, P. *A pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, M. G. *Educação não-formal e cultura política*. São Paulo: Editora Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época).

GONÇALVES, A. L. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Poder, Política e Partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GROSSI, M. P. & MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: mulheres na política. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina, CFH/CCE/UFSC, v. 9, 2001.

HAHNER, J. E. *A Mulher Brasileira e suas Lutas sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 87.

HARAWARY, D. *Ciência, cyborgs y mujeres: La reinvención de la natureza*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

HTUN, M. A política de cotas na América Latina. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina, CFH/CCE/UFSC, v. 9, 2001.

LENIN, V. I. O trabalho artesanal dos economistas e a organização dos revolucionários. In: BOGO, Ademar (org). *Teoria da Organização Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.

MORAES, M. L. Q. O feminismo Político do Século XX. In: *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOTTA, M. F. V. *As Escolas de Partido*. In: O Projeto Político-Pedagógico dos Stalinistas Brasileiros (Formação de Quadros e Educação Política no PCB:1950/1958).

MIGUEL, L. P. Política de interesses, política de desvelo: representação e singularidade feminina. In: *Revista Estudos Feministas*. Santa Catarina, CFH/CCE/UFSC, v. 9, 2001.

OUTHWAITE, W. & BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Social no Século XX. Verbete Cultura Política. FEMIA, J. P. 170-171. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

PINTO, C. R. J. Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PITANGUY, J. Gênero, Cidadania e Direitos Humanos. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC:Ed.34,2002.

RIDENTI, M. S. As mulheres na Política Brasileira: os anos de chumbo. *Revista Tempo Social*, Volume2, número 2, 2º semestre 1990.

RISSOTTO, Rodolfo Gonzáles. *Mujeres y Política en el Uruguay*. Montevideo: Ediciones de La Plaza, 2004.

SAFFIOTTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2004 (Coleção Brasil Urgente).

SANTOS, B. S. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SARTI, C. A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, n.16 (Desdobramentos do feminismo), p. 31-48, 2001.

SHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A. (et al). *Mulher e Política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

SOIHET, R. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, V.7, n. 1-2, 1999.

SONTAG, S. O que está acontecendo na América (1966). In: *A Vontade Radical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SORJ, B. O feminismo e os dilemas da sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed.34,2002.

SUÁREZ, M. & BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. G. (org). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: Ed.34,2002.

TOSCANO, M. *Mulher na Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VALDÉS, T. *De lo social a lo político: la acción de las mujeres latinoamericanas*. Santiago-Chile: Editorial LOM, 2000.

VARGAS, V. Institucionalidad y democrática y estratégia feministas en los años 90. In: *Memória Del II Seminário Regional De poderes y saberes: debates sobre reestructura política y transformación social*. Montevideo-Uruguai: DAWN/REPEN, 2000.

WOOLF, V. *O Status intelectual da mulher*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

ANEXO

Roteiro de Entrevista Semi-estruturada.

Mestranda: Vanda Micheli Burginski

Orientador: Prof. Dr. Manoel Francisco de Vasconcelos Motta

Bloco 1**Família e Escolarização**

Como se deu seu processo de alfabetização?

Você percebia diferenciação na educação de meninos e meninas na escola?

Como se deu a escolha da profissão?

Já foi discriminada por ser mulher em alguma atividade profissional que realizou?

Sempre trabalhou fora ou já dependeu economicamente do marido?

Bloco 2**Trajetória Política**

Antes de ser parlamentar que atividade política você exercia?

Você se identificava com essa atividade política?

Qual a importância dessa atividade política?

Já fez parte de algum movimento social? Qual? Por quê?

Como foi o seu ingresso no Partido?

Formação política

Como você vê a relação entre mulheres e homens nos partidos?

Quais as atividades que as mulheres costumam realizar no partido?

Quais as atividades que os homens costumam realizar no partido?

Como você percebe a representatividade das mulheres no partido?

As mulheres assumem cargos importantes no partido? Quais?

Você tem dificuldade de ter liderança política no partido?

O seu partido tem organizado cursos de formação política? Você participou de algum?

Há desigualdades de gênero no partido?

Como foi a sua experiência de candidata?

Você defende o sistema de cotas no partido?

Você acha que o partido tem procurado cumprir o sistema de cotas? De que forma?

A que você atribui sua ascensão política?

Bloco 3

Gênero e vida parlamentar

Na distribuição dos trabalhos no Parlamento você percebe se o gênero é levado em conta?

As comissões que você faz parte, considera que você faz parte dessas comissões porque é mulher?

Existe alguma comissão que você considera que haja discriminação de gênero?

Você já sofreu algum tipo de discriminação ou mesmo violência por parte dos colegas do legislativo?

A que você atribui a pouca representatividade das mulheres no poder legislativo?

Como é conciliar vida doméstica com vida pública?

A família apóia a carreira de parlamentar?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)